



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 48

II Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 14 de dezembro de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Tiago Branco*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, deu-se início ao Período de Tratamento de Assuntos Políticos com a apresentação e votação dos votos presentes, nesta sessão Plenária.

- **Voto de Congratulação Enfermeira Maria Elizabete Lima e Rafaela Almeida e equipa de enfermagem e reabilitação da unidade de saúde da ilha de São Miguel**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*), usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Ana Quental (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o [Voto de Congratulação a Graça Borges Castanho, pelo prémio “TOP 25 OUSTANDING LISTENERS IN THE WORLD 2021”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Délia Melo (*PSD*). Sobre o mesmo, usou da palavra, o Sr. Deputado José Contente (*PS*), seguindo-se a votação, que registou a aprovação por unanimidade.

Posteriormente, foi apresentado [um Voto de Congratulação aos atletas e ao Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António de São Roque do Pico](#), pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), usando de seguida da palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas (*PSD*).

Submetido à votação, Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

Para apresentar o [Voto de Congratulação aos Atletas da Associação Rítmica Terceirense do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo](#), usou da palavra o Sr. Deputado Luís Soares, pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Antes da aprovação por unanimidade, usou da palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes (*PS*).

Seguiu-se a apresentação do [Voto de Congratulação pelos títulos nacionais conquistados pelo Arrifes Kickboxing Clube](#)

na taça de Portugal, pela Sra. Deputada Sandra Dias Faria, do Grupo Parlamentar do PS.

Após a intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), o voto em apreciação foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, e por parte novamente do Grupo Parlamentar do PSD, passou-se para a apresentação do Voto de Congratulação aos atletas João Peres Costa e Gustavo Carvalho Silva - Clube Naval da Praia da Vitória.

Sobre o voto, usaram da palavra os Srs. Deputados Rui Espínola (*PSD*) e Berto Messias (*PS*), tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Seguiram-se cinco Votos de Pesar, todos eles aprovados por unanimidade.

O primeiro, pelo falecimento do Dr. Luís Carlos Decq Mota, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Ana Luís (*PS*), usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*).

O segundo, também pelo falecimento do Dr. Luís Carlos Decq Motta, foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pela Sra. Deputada Salomé Matos (*PSD*).

O terceiro pelo falecimento de João Luís Duarte Ferreira que ficou conhecido por Igor Sampaio, foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A sua leitura coube à Sra. Deputada Sandra Dias Faria, usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Délia Melo (*PSD*).

O quarto Voto de Pesar, foi pelo [falecimento de Cristóvão de Aguiar](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Ana Quental (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*) e Nuno Barata (*IL*).

Por fim, foi apresentado um Voto de Pesar pelo [falecimento do Padre Octávio Medeiros](#), pelo Grupo Parlamentar do PS, sobre o qual usaram da palavra a Sra. Deputada Célia Pereira (*PS*), para fazer a sua apresentação, e o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*).

Passou- de seguida para as Declarações Políticas.

A primeira [Declaração Política](#), coube ao Sr. Deputado Nuno Barata (*IL*).

Aberto o debate usaram da palavra os Srs. Deputados João Bruto da Costa (*PSD*), António Lima (*BE*), Carlos Furtado (*Independente*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e ainda o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*):

A segunda [Declaração Política](#) foi proferida pelo Sr. Deputado José Ávila (*PS*).

Sobre a mesma, usaram da palavra os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Estevão (*PPM*) e o Sr. Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia (*Mota Borges*).

De seguida, entrou na **Agenda da Reunião**.

O primeiro foi a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XII - “Regula a extinção da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Após a intervenção inicial do Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*), iniciou-se o debate com a participação dos/a Srs./a Deputados/a Carlos Silva (*PS*), António Lima (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Sabrina Furtado (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Vasco Cordeiro (*PS*) e João Bruto da Costa (*PSD*).

Submetida à votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por maioria.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Sabrina Furtado (*PSD*) e os Srs. Deputados Nuno Barata (*IL*), Carlos Silva (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*) e António Lima (*BE*).

Seguiu-se o debate do [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XII - “Cria o apoio regional à frequência de estágios curriculares”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O debate iniciou-se com a intervenção do Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes (*PS*), participando posteriormente os/as Srs./as Deputados/as Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Carlos Furtado (*Independente*), Flávio Soares (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), Alexandra Manes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*).

O Projeto Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade, em votação final global.

Para declarações de voto usaram da palavra a Sra. Deputada, Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*) e os Srs. Carlos Furtado (*Independente*), Vílson Ponte Gomes (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Flávio Soares (*PSD*) e Pedro Neves (*PAN*).

No debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XII - “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/A, de 27 de maio, regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas legais”](#), apresentada pelo Governo Regional dos Açores, usaram da palavra o Sr. Subsecretário Regional da Presidência (*Pedro Faria e Castro*), para fazer a apresentação da iniciativa, e ainda os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*) e Joaquim Machado (*PSD*).

A proposta em apreço foi aprovada por unanimidade.

Posteriormente, passou-se para a [“Eleição de um Representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no Conselho da Diáspora Açoriana”](#). Foi eleita a Sra. Deputada Elisa Sousa.

Por fim, foi aprovado por unanimidade o [Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira](#)

**Pinto possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha,
no âmbito do Processo n.º 333/16.4PAVPV.**

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 20 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início a esta sessão plenária com a chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Célia Otelinda Borges Pereira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Mário José Dinis Tomé

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vasco Alves Cordeiro

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Flávio da Silva Soares

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Maria **Guilhermina** Ourique Moniz Silva

Maria **Salomé** Dias de Matos

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vitória Alexandra Correia Pereira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Rui Miguel Oliveira Martins

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Alexandra Patrícia Soares Manes

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

CHEGA (CH)**José Eduardo Cunha Pacheco*****Iniciativa Liberal (IL)*****Nuno Alberto Barata Almeida Sousa*****Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)*****Pedro Miguel Vicente Neves*****Independente*****Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado**

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, este período da manhã está reservado para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, ou seja, para a emissão de votos e votação, e declarações políticas.

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes para esta manhã dos nossos trabalhos são os seguintes:

O Partido Socialista dispõe de 48 minutos, o PSD de 40 minutos, o CDS-PP de 16 minutos, o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem, cada, de 12 minutos, as Representações Parlamentares do Chega,

do IL e do PAN dispõem, cada, de 10 minutos, o Sr. Deputado Independe de 5 minutos e o Governo de 20 minutos.

Vamos iniciar com a apresentação e votação dos votos que deram entrada na Mesa. O primeiro é apresentado pelo Partido Socialista à Enfermeira Maria Elizabete Lima e Rafaela Almeida e equipa de enfermagem e reabilitação da Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel.

Tem a palavra para a sua apresentação o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Tiago Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Enfermeira Maria Elisabete Lima, Enfermeira Rafaela Almeida e à Equipa de Enfermagem de Reabilitação da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel

No dia 27 de outubro de 2021 decorreu a 10.^a edição do Prémio Saúde Sustentável.

Numa iniciativa do Jornal de Negócios e da Sanofi, o Prémio Saúde Sustentável tem por objetivo difundir os exemplos de excelência, que são merecedores de destaque, orientado para a divulgação e incentivo de boas práticas da sustentabilidade da saúde em Portugal.

Naquela que foi a sua 10.^a edição atribuiu prémios em cinco categorias:

- Cuidados de Saúde Centrados no Cidadão;
- Inovação e Transformação Digital;
- Integração de Cuidados;
- Promoção da Saúde e Prevenção da Doença;
- Sustentabilidade Económica e Financeira.

A Região Autónoma dos Açores esteve representada através da Senhora Enfermeira Maria Elisabete Lima e da Senhora Enfermeira Rafaela Almeida, também elas representando a Equipa de Enfermagem de Reabilitação da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel.

Com o trabalho desenvolvido na Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, nomeadamente, na “Reabilitação Respiratória Pediátrica em Contexto de Pandemia – Telecinesiterapia Respiratória e Visitação Domiciliária”, de entre um total de 15 finalistas alcançaram o 1.º lugar na categoria de Integração de Cuidados.

Este é um resultado alcançado que não é de agora, sendo fruto do trabalho desenvolvido ao longo dos anos pelas Senhoras Enfermeiras Maria Elisabete Lima, Rafaela Almeida e pela restante equipa de Enfermagem de Reabilitação da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel.

Partindo de uma ideia seguiu-se a obtenção do conhecimento e, pós-licenciadas em Enfermagem de Reabilitação, concebeu-se o

projeto e, ao longo do tempo, passou-se da evidência para a ação, da ideia para um ideal.

O trabalho e as boas práticas desenvolvidas granjearam o reconhecimento desta equipa dentro e fora da Região no âmbito da Enfermagem, da Enfermagem de Reabilitação em particular e da Saúde em geral.

Em 2012 com o Prémio da Missão Sorriso, em 2017 com o prémio no 4.º Workshop de Boas Práticas promovido pela SAUDAÇOR, em 2018 com o Prémio de Boas Práticas em Saúde organizado pela Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares em parceria com a Direção Geral da Saúde, a Administração Central do Sistema de Saúde e em colaboração com a Direção Regional da Saúde e a Secretaria Regional da Saúde da Região Autónoma da Madeira, em 2019 com uma menção honrosa na 8.ª edição do Prémio Saúde Sustentável na categoria “Contributos para a Sustentabilidade: resultados em saúde” e, agora, com o lugar cimeiro na 10.ª edição realizada em outubro.

No ano em que a Assembleia da República reconheceu e aprovou, sem nenhum voto contra, o dia 18 de outubro como o Dia Nacional da Enfermagem de Reabilitação, data que marca a realização do primeiro curso nesta área em Portugal, sob a responsabilidade da precursora Senhora Enfermeira Maria de Lurdes Sales Luís, é de realçar a conquista também obtida pela Enfermagem de Reabilitação Açoriana.

Maria Elisabete Lima e Rafaela Almeida continuam a dignificar a Enfermagem Açoriana ao nível regional e nacional, sendo um exemplo a seguir por todos os Enfermeiros e um orgulho para Serviço Regional de Saúde, fruto de um trabalho muito profícuo desenvolvido ao longo dos últimos anos de modo a valorizar e reconhecer justamente os cuidados de Enfermagem prestados, elevando a Região Autónoma dos Açores aos mais altos patamares da saúde em Portugal.

É, deste modo, inegável o valor e a importância dos cuidados de Enfermagem.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2021, a aprovação de um Voto de Congratulação à Senhora Enfermeira Elisabete Lima, Senhora Enfermeira Rafaela Almeida e à Equipa de Enfermagem de Reabilitação da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento à Senhora Enfermeira Elisabete Lima, Senhora Enfermeira Rafaela Almeida e à Equipa de Enfermagem de Reabilitação da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel, ao Conselho de Administração da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel e à Mesa do Colégio da Especialidade de Enfermagem de Reabilitação da Ordem dos Enfermeiros

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2021.

Os Deputados, Tiago Lopes, Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Sandra Faria, Miguel Costa

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Ana Quental, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Ana Quental (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Congratulação às Enfermeiras Elisabete Lima e Rafaela Almeida bem como à Equipa de Enfermagem de Reabilitação da USISM, apresentado pelo PS.

Este prémio vem efetivamente reconhecer a importância da enfermagem, e especificamente das especializações de enfermagem, para a prestação de cuidados de saúde na nossa Região e para servir a nossa população.

Ressalvar, sem dúvida, a importância das novas tecnologias, da utilização das mesmas para o uso e benefício da nossa saúde e da nossa população.

Por isso mesmo é que congratulamos as enfermeiras que conquistaram este prémio, intitulado o Prémio Saúde Sustentável. Congratular, como já disse, a Enfermeira Elisabete Lima, a Enfermeira Rafaela Almeida e a Equipa de Enfermagem de Reabilitação da Unidade de Saúde de Ilha de São Miguel.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste voto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado.

O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PSD, a Graça Borges Castanho. Tem a palavra para a sua apresentação a Sra. Deputada Délia Melo. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

A GRAÇA BORGES CASTANHO PELO PRÉMIO “TOP 25 OUTSTANDING LISTENERS IN THE WORLD 2021”

A bancada parlamentar do PSD-Açores congratula-se em homenagear a Professora Doutora Graça Borges Castanho pelo prémio internacional “Top 25 Outstanding Women Listeners in the World 2021”, da responsabilidade do Global Listening Centre, em conjunto com outras 24 mulheres com reconhecido trabalho a nível mundial, e de cuja lista consta a ex-chanceler alemã Angela Merkel.

Através do processo de escuta ativa e da comunicação livre, democrática e justa, Graça Borges Castanho está comprometida com princípios de cidadania, multiculturalidade, direitos das mulheres, educação e bem-estar, praticando e promovendo a dignidade humana, sobretudo das mulheres dos países mais carenciados.

As 25 mulheres laureadas com este prestigiado prémio, oriundas dos 5 continentes, têm contribuído para um mundo melhor em áreas como a educação, investigação, saúde, jornalismo, direito internacional, defesa do meio ambiente, entre outras áreas fulcrais à promoção e defesa dos direitos humanos, com especial destaque para os direitos das mulheres

O prémio “Top 25 Outstanding Women Listeners in the World 2021” visa homenagear mulheres com currículos relevantes e que de certa forma contribuem com a sua ação, local e internacionalmente, para a existência de uma melhor comunicação através da capacidade de escutar e fazer ouvir a sua VOZ.

A Professora Doutora Graça Borges Castanho é detentora de um vasto currículo académico e profissional, como um pós-doutoramento na Harvard University sobre o ensino de Português em Moçambique, doutoramento na Universidade do Minho com tese sobre o Ensino da Leitura através do Currículo, mestrado na Lesley University e licenciatura na Universidade dos Açores em Línguas e Literaturas Modernas – Variante de Português e Inglês.

A laureada foi também diretora regional das Comunidades, conselheira para o Ensino de Português na Embaixada de Portugal em Washington, coordenadora do Plano Nacional de Leitura, vereadora da cultura da Câmara Municipal de Ponta Delgada, coordenadora do suplemento “A Língua Portuguesa em Destaque” do Açoriano Oriental, professora e pedagoga responsável por inúmeros projetos de formação para professores e autora de literatura infanto-juvenil e artigos da especialidade. A mesma participou como palestrante em mais de uma centena de congressos e simpósios nacionais e internacionais.

Com este reputado prémio, a Professora Doutora Graça Borges Castanho vê reconhecido o seu notável trabalho em favor de causas humanitárias e filantrópicas.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação pelo desempenho e sucesso alcançado.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à Professora Doutora Graça Borges Castanho.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2021.

Os Deputados, João Bruto da Costa, Rui Espínola, Jaime Vieira, Joaquim Machado, Elisa Sousa, António Vasco Viveiros e Délia Melo

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José Contente faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado José Contente** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Congratulação.

Em primeiro lugar, devo dizer que, em termos pessoais, conheço a Professora Doutora Graça Castanho há muitos anos. É, de facto, uma personalidade com grande atividade e proatividade, quer em termos profissionais, quer em termos políticos, até em termos de participação ao nível da sua própria freguesia, onde já foi Presidente da Assembleia Municipal da Junta de Freguesia da Maia e Vice-Presidente da Casa do Povo.

Portanto, tem uma dimensão local, para além de ter uma dimensão global. E isso é verdade em termos académicos, em termos profissionais, também em termos políticos e, por isso, este prémio culmina uma trajetória e um percurso de sucessos, com base na sua grande atividade e proatividade, em prol de causas públicas e também em prol de situações multiculturais.

Queria mesmo lembrar que a Professora Doutora Graça Castanho tem sido responsável por projetos em Portugal, nos Estados Unidos e em Cabo Verde, onde é Conselheira neste país, no Observatório da Cidadania Ativa, e Consultora para a Cooperação Internacional da Associação de Crianças Desfavorecidas de Cabo Verde.

É, por isso, uma personalidade que merece o justo reconhecimento da Assembleia Legislativa Regional e é por isso que o Partido Socialista se associa, com gosto, a este Voto de Congratulação.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos colocar à votação este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Partido Socialista aos atletas e ao Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António de São Roque do Pico.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé. Faça favor.

Deputado Mário Tomé (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Aos Atletas e ao Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António de São Roque do Pico que se sagraram campeões nacionais de Kikboxing na variante de Point Fighting

O Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António e os seus atletas, uma vez mais elevaram o nome da Ilha do Pico e dos Açores ao mais alto nível do desporto nacional.

Uma vez mais o jovem Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, do concelho de São Roque do Pico que, na sua missão dedicada ao desporto e concretamente na modalidade de Kikboxing, na variante Point-Fighting, tem sido uma referência do desporto Açoriano, a nível Nacional e Internacional.

Os atletas do Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António estiveram presentes no campeonato nacional de Kickboxing que decorreu no passado dia 13 e 14 de novembro, na cidade de Almada.

Competindo na categoria de Point-Fighting a atleta, Inês Pacheco no escalão de juvenil +65KG e o atleta, Bernardo Silva no escalão de sénior -69KG, sagraram-se campeões nacionais.

A excelência do trabalho desenvolvido pelos técnicos Mestre Pedro Teles, Márcio Tomé e Cristina Fraga e pela Direção do Grupo Desportivo, presidida por Márcio Tomé, tem sido notável na formação dos atletas, bem demonstrativo do nível competitivo já alcançado.

Depois da recente conquista do título regional em outubro passado, o título nacional agora conquistado faz elevar para seis a subida ao lugar mais alto do pódio dos campeonatos nacionais, em que 2021, volta a ser um ano memorável para este grupo desportivo.

Os atletas do Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António estiveram uma vez mais ao mais alto nível competitivo, demonstrando a excelência desportiva do trabalho que desenvolvem ao serviço desta modalidade e deste grupo desportivo.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores felicita a atleta Inês Pacheco e o atleta Bernardo Silva pelos títulos alcançados no campeonato nacional de Kikboxing na variante de Point-Fighting, assim como o Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, constituindo mais um motivo de orgulho e de admiração para todos os Picoenses e Açorianos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos Atletas, ao Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de São Roque do Pico.

Horta, Sala de Sessões, 14 de dezembro de 2021

Os Deputados, Mário Tomé, Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Sandra Faria, Miguel Costa

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado, pela apresentação do voto.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Carlos Freitas faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Freitas (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez temos o desporto do Pico em destaque, a nível nacional, agora na modalidade de Kikboxing, Grupo Desportivo este que serve de exemplo a tantos outros.

Desta forma, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Congratulação aos atletas e ao Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António de São Roque, do Pico, por este feito.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado

Pergunto se há mais inscrições?

Parecendo não haver, vamos passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O próximo Voto de Congratulação é aos “Atletas da Associação Rítmica Terceirense do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo”. É apresentado pelo PSD. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Soares. Faça favor.

Deputado Luís Soares (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Atletas da Associação Rítmica Terceirense do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo

Foi no recente Campeonato Nacional Solo, da disciplina Standard, em Dança Desportiva, que os atletas Tiago Cunha e Marco Diniz, da Associação Rítmica Terceirense do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo, alcançaram títulos nacionais.

O evento, organizado pela Sociedade Alunos de Apolo, teve lugar no Pavilhão Municipal do Casal Vistoso, nos dias 20 e 21 de novembro, englobando os Campeonatos Nacionais 10 Danças, Solo Standard, Latinas e Grupos, o Portugal Open Championship e Rising Stars.

No Campeonato Nacional Solo, Tiago Cunha sagrou-se Campeão Nacional Standard 1 e Campeão Nacional Standard 2, no escalão

Juniores, categoria Intermédios. Já Marco Diniz foi Campeão Nacional Standard 1 no escalão Juventude, categoria Intermédios. A Associação Rítmica Terceirense do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo, participou com 19 atletas, conseguindo alcançar, para além dos 3 títulos de Campeões Nacionais, 1 título de Vencedor do Portugal Open Championship, 2 títulos de Vice-Campeões Nacionais, 2 medalhas de prata no Portugal Open Championship, 8 medalhas de bronze nos Campeonatos Nacionais e o acesso a 5 Finais. Para além da experiência competitiva, a ida a estes eventos permite aos atletas a observação de pares com maior experiência, proporcionando-lhes uma natural evolução e uma motivação extra para o seu trabalho diário.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2021, a aprovação de um voto de congratulação aos atletas Tiago Cunha, Marco Diniz, da Associação Rítmica Terceirense do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo, pelos títulos nacionais alcançados.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento aos atletas, à Associação Rítmica Terceirense do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo, à Associação de Dança Desportiva da Região Autónoma dos Açores e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2021.

Os Deputados, João Bruto da Costa, Rui Espínola, Jaime Vieira, Joaquim Machado, Elisa Sousa, António Vasco Viveiros e Luís Soares

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado,

Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os sucessos alcançados pelos atletas Tiago Cunha e Marco Dinis, são sucessos pessoais e também sucessos associativos, nomeadamente da Associação Rítmica Terceirense do Clube Desportivo do Centro Comunitário do Posto Santo.

Esta Associação, ao longo dos anos, tendo sido fundada em março de 2011, tem registado, no seu palmarés, desde a sua criação, vários títulos regionais e nacionais, em vários escalões, e os feitos alcançados por estes atletas, nos passados dias 20 e 21 de novembro, são a continuidade desse trabalho da excelência que tem vindo a ser desenvolvida ao longo dos últimos anos, pelo que o Grupo Parlamentar do PS naturalmente irá associar-se a este Voto de Congratulação.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

O próximo Voto de Congratulação, pelos títulos nacionais conquistados pelo Arrifes Kickboxing Clube na Taça de Portugal, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, e dou a palavra à Sandra Dias Faria para a sua apresentação.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação
pelos Títulos nacionais conquistados pelo Arrifes Kickboxing
Clube na Taça de Portugal e no Campeonato Nacional de
Kickboxing

No passado dia 27 de novembro, os atletas do Arrifes Kickboxing Clube (AKC) conquistaram cinco medalhas na Taça de Portugal de Kickboxing, disputada em Riba de Ave. A comitiva do Arrifes Kickboxing Clube, composta por sete atletas, acompanhados pelo Mestre Nilton Silva e pelo atleta e treinador Renato Costa, arrecadou três medalhas de ouro e duas de prata.

Naquela que é por muitos considerada a “prova rainha” da Federação Portuguesa de Kickboxing e Muaythai (FPKM), que contou com a participação de 300 atletas, Gonçalo Silva, Romualdo Farias e Ricardo Coelho subiram ao mais alto lugar do pódio, nas disciplinas de Low Kick (-63,5kg sénior), Light Contact (-63kg sénior) e Light Contact (63kg juvenil), respetivamente.

Os atletas Leandro Benevides e Rafaela Silva ficaram em segundo lugar na disciplina de Light Contact em juvenis, nas categorias de peso de -57kg e -55kg, em júniores, respetivamente.

Nesse mesmo mês de novembro, os atletas do Arrifes Kickboxing Clube já haviam conquistado oito medalhas no Campeonato Nacional de Kickboxing, disputado no Complexo Municipal dos Desportos da Cidade de Almada.

Nessa ocasião, sagraram-se vice-campeões nacionais Alexandre Carreiro (Low Kick -60kg Sénior), Ricardo Lopes (Low Kick - 63,5kg Sénior), Romualdo Farias (Kick light -63kg veterano), Tomás Silva (Light contact -47 kg iniciado), Marco Andrade (Kick light -89 kg sénior) e Rafaela Silva (Kick light - 55kg juvenil).

Para além das seis medalhas de prata, o clube dos Arrifes trouxe para os Açores duas medalhas de bronze conquistadas pelos atletas Leandro Benevides (Kick light-57 kg junior) e Fábio Teles (Kick light - 84kg sénior).

O Arrifes Kickboxing Clube, um dos maiores dos Açores, conta com um historial repleto de êxitos, com origens que remontam já há duas décadas.

Há 20 anos atrás, o Kickboxing dava os primeiros passos na Ilha de S. Miguel, pela mão do Mestre Pedro Cymbron, uma lenda do Full-Contact, que nessa época detinha a única escola desta modalidade.

Foi com Pedro Cymbron, que o actual Mestre do Arrifes Kickboxing Clube, Nilton Silva, se iniciou na modalidade.

Alguns anos mais tarde, surgiu nos Açores outra figura que iria marcar o Kickboxing regional: o Mestre Paulo Ribeiro.

A ele se deve o salto qualitativo do Kickboxing regional para a qualidade de modalidade federada, proporcionando aos atletas Açorianos a possibilidade de competir em provas oficiais.

Em 1999 decorreu, nos Açores, o primeiro Campeonato Regional de Kickboxing, no qual o Mestre Nilton Silva se sagrou Campeão Regional de -79 kg.

Após um breve interregno, o Mestre Nilton Silva iniciou a sua escola em 2001. Após uma conversa com o então presidente do Clube Desportivo Escolar da Escola Preparatória dos Arrifes, o professor Aníbal Pires, surgiu o convite para trazer a modalidade para aquele clube.

Ao longo de seis anos, os sucessos alcançados foram múltiplos e consideráveis. Os atletas de Nilton Silva foram campeões regionais durante 5 anos consecutivos e fizeram história em 2007,

colocando pela primeira vez um clube dos Açores no pódio, a nível nacional, com a conquista do título de Vice-Campeões Nacionais por Equipa, na variante de light contact.

Desde aí, os Açores têm gerado vários campeões nacionais da modalidade, em vários escalões etários, atletas estes que têm integrado frequentemente a selecção nacional.

Foi a 17 de Julho de 2008 que nasceu o Arrifes Kickboxing Clube, como agremiação independente.

O clube é hoje uma referência Regional e Nacional. Com órgãos sociais próprios, uma equipa técnica de elevada qualidade e um coletivo de atletas com provas dadas, o Arrifes Kickboxing Clube encontra-se num excelente nível competitivo, suportado por um palmarés invejável.

A 10 de outubro de 2020, o Arrifes Kickboxing Clube recebeu, do Governo Regional dos Açores, o estatuto de entidade de utilidade pública.

“Força, Coragem, Respeito” são o lema do Arrifes Kickboxing Clube.

E é assim que este clube desenvolve diariamente a sua atividade.

Não se concentrando apenas na competição pura, mas promovendo a formação desportiva dos nossos jovens, ensinando-lhes disciplina, autocontrole, coordenação motora e defesa pessoal.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia

Legislativa da Região Autónoma dos Açores que emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula os técnicos, atletas e dirigentes do Arrifes Kickboxing Clube pelos títulos nacionais alcançados na Taça de Portugal e no Campeonato Nacional de Kickboxing, constituindo-se, deste modo, como fonte de inspiração e motivo de orgulho para todos os Açorianos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Arrifes Kickboxing Clube, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal de Ponta Delgada, à Assembleia de Freguesia dos Arrifes bem como à Associação de Kickboxing e Muay-thai dos Açores.

Horta, Sala de Sessões 14 de dezembro de 2021

Os Deputados, Sandra Dias Faria, Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Miguel Costa

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada,

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, com muito gosto, a este Voto de Congratulação apresentado pelo Partido Socialista, que

tem por objeto a felicitação dos títulos alcançados na Taça de Portugal e no Campeonato Nacional de Kickboxing, pelos atletas Gonçalo Silva, Romualdo Farias e Ricardo Coelho, bem como dos seus colegas de equipa, que lograram também ocupar lugares no pódio nas várias disciplinas desta modalidade, com isso expressando a qualidade de formação competitiva que o Arrifes Kickboxing Clube, ao longo dos seus cerca de 20 anos de existência, tem vindo a fazer nesta modalidade.

Quando se iniciou nos Açores, ainda na década de 1990, era vista como todas as modalidades que tem esta tipologia com alguma desconfiança por estar próxima, no entendimento de alguns, de ser algo violenta, mas que, na verdade, está muito longe desse tipo de expressão física, bem pelo contrário, tendo um alto nível e exigência de autodisciplina, mas também de exigência competitiva, como aliás tem vindo a ser demonstrado pelos atletas deste clube, que desta forma, levam mais longe o nome dos Açores, orgulhando naturalmente a nossa Região e de forma mais particular o concelho de Ponta Delgada e a freguesia de Arrifes. Associamo-nos e felicitamos o Partido Socialista pela iniciativa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é aos “Atletas do Clube Naval da Praia da Vitória”. É apresentado pelo PSD. Tem a palavra, para a sua apresentação, o Sr. Deputado Rui Espínola. Faça favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

João Peres Costa e Gustavo Carvalho Silva - Clube Naval da Praia da Vitória

Foi no recente Campeonato Nacional de Juniores e Seniores de Natação em Piscina Curta, que decorreu nas Piscinas Municipais de Leiria, que João Peres Costa e Gustavo Carvalho Silva, atletas do Clube Naval da Praia da Vitória, alcançaram resultados de grande relevo, nomeadamente 6 títulos de campeão nacional, um vice-campeonato e a obtenção de um recorde nacional de Juniores.

João Costa bateu o recorde nacional do escalão júnior-18 anos nos 100 metros Estilos, com a marca de 56 segundos e 40 centésimos, tendo-se sagrado campeão nacional nos 100, 200 e 400 metros Estilos, e conquistando ainda um 2º lugar.

Também presente esteve Gustavo Silva, que foi campeão nacional nos 50, 100 e 200 metros Costas, e ainda vice-campeão nos 100 metros Mariposa.

A nível regional, aqueles jovens nadadores do Clube Naval da Praia da Vitória bateram cinco recordes regionais absolutos - 100, 200 e 400 metros Estilos (João Costa), 50 metros Costas e 200 metros Livres (Gustavo Silva); mais dois recordes regionais do escalão Júnior-18 anos - 200 metros Costas e 100 metros Mariposa (Gustavo Silva).

Os dois atletas do Clube Naval da Praia da Vitória estão, desde a época passada, a residir no Centro de Alto Rendimento de Rio Maior, onde são orientados pelo treinador Rodrigo Franca Batista, tendo vindo a demonstrar uma evolução gradual e constante, fruto de muito trabalho e dedicação.

O sonho de alcançar os patamares mais altos da Natação Portuguesa torna-se cada vez mais um objetivo real e possível, apesar de estarem longe da sua família e dos seus amigos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2021, a aprovação de um voto de congratulação aos atletas João Peres Costa e Gustavo Carvalho Silva, ambos do Clube Naval da Praia da Vitória, pelos resultados obtidos no Campeonato Nacional de Juniores e Seniores de Natação em Piscina Curta.

Do presente voto de congratulação deverá ser dado conhecimento aos atletas, ao Clube Naval da Praia da Vitória, à Associação Natação da Região Açores, à Direção Regional do Desporto e à Federação Portuguesa de Natação

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2021.

Os Deputados, João Bruto da Costa, António Vasco Viveiros,

Rui Espínola, Jaime Vieira, Elisa Sousa e Joaquim Machado

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentado o voto. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao voto apresentado aqui pelo Sr. Deputado Rui Espínola, saudando os atletas João Costa e Gustavo Silva pelos resultados que obtiveram, saudando também o seu treinador, saudando o José António Mendonça na qualidade de Presidente do Clube Naval e votando favoravelmente este voto, também saudando todo o percurso e o trabalho que o Clube Naval da Praia da Vitória tem feito na promoção dos desportos náuticos.

O Clube Naval é conhecido, e muito conhecido, pelas provas em águas abertas no mar. Esta vertente da natação, em piscina curta, é eventualmente uma vertente menos conhecida, mas a verdade é que os resultados que têm sido alcançados, o trabalho sustentado e sustentável que tem vindo a ser desenvolvido, e também a

aposta destes atletas e das suas famílias em manter estes atletas no Centro de Alto Rendimento do Rio Maior, tem vindo a dar resultados muito promissores para o futuro.

Portanto, o Grupo Parlamentar do PS associa-se, com muito gosto, a este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos aos Votos de Pesar.

O primeiro é apresentado pelo Partido Socialista, pelo falecimento do Dr. Luís Carlos Decq Mota. Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Ana Luís. Faça favor Sra. Deputada.

Deputada Ana Luís (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento do Dr. Luís Decq Mota

No passado dia 2 de agosto faleceu, vítima de doença súbita, o Dr. Luís Carlos Decq Mota.

Era uma figura incontornável do Hospital da Horta, instituição onde exerceu funções por mais de 35 anos de forma zelosa, responsável e empenhada. Fundou o serviço de obstetrícia em 1982 tendo acompanhado o percurso de inúmeras mulheres do Faial, Pico, S. Jorge, Flores e Corvo, numa fase particularmente sensível das suas vidas, sempre com um sorriso no rosto, que lhe era tão característico, com uma palavra de apoio, quando os medos e incertezas eram mais fortes, ou então com uma piada, para desanuviar o ambiente, porque o sentido de humor era, igualmente, uma das suas marcas de personalidade.

Pela forma dedicada e exemplar com que exerceu a sua profissão foi homenageado pela Câmara Municipal da Horta, no Dia da Cidade de 2016, com a Medalha de Mérito Municipal Dourada.

O Dr. Luís Decq Mota destacou-se, igualmente, como cidadão participativo na vida pública da sua comunidade tendo o desporto náutico e o PCP como outras das suas paixões.

Foi presidente da Direção e da Assembleia Geral do Clube Naval da Horta, do qual era sócio honorário, sendo, atualmente, membro do seu Conselho Geral. Fazia do mar a sua segunda casa e a bordo do “Air Mail”, acompanhado por familiares e amigos, fez inúmeras viagens e participou em diversas regatas sempre de sorriso rasgado.

Ao nível político foi um militante destacado e dedicado do Partido Comunista Português sendo, atualmente, membro da Comissão de Ilha do Faial. Em representação do PCP foi

candidato à Câmara Municipal da Horta, em 1984, e integrou, por diversas vezes, as listas do PCP para as eleições autárquicas, legislativas nacionais e regionais.

O Dr. Luís Decq Mota era, igualmente, um homem da família: da nuclear, esposa, filhas e netos, mas também da sua família alargada, irmãos e sobrinhos, preservando os laços ao longo dos anos e das várias gerações.

Com o seu pai partilhou o nome e a profissão e herdou a bondade, o desprendimento e o sentido de dever para com todos.

Por isso, o Dr. Luís Decq Mota filho era também estimado e apreciado por todos. Foram as suas qualidades humanas, o seu exemplo de cidadão participativo e preocupado e profissional sempre disponível que fizeram da sua súbita partida uma perda para toda a comunidade, o que se traduziu em diversas homenagens públicas de várias entidades e particulares, das quais destaco o mural construído com os nomes das crianças que ajudou a nascer, no serviço de obstetrícia do Hospital da Horta.

A sua imagem de marca era o seu sorriso - aberto e franco. Mesmo quando menos efusivo nas horas mais duras, era um sinal de empatia e, simultaneamente, de apoio e conforto.

É um exemplo que nos deixa, ter sempre um sorriso como forma de encarar a vida, por vezes tão dura e injusta.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de

Pesar pelo falecimento de Luís Carlos Decq Mota e que do presente voto seja dado conhecimento à sua família, à direção Regional do PCP Açores e à Secção Regional da Ordem dos Médicos.

Sala de Sessões, 14 de dezembro de 2021

Os Deputados, Ana Luís e Tiago Branco

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Dr. Luís Decq Mota foi, sem dúvida, um homem e um profissional que deixa saudade a quem com ele se cruzou.

Era um cidadão ativo, tanto no associativismo, como na vida política, para lá das responsabilidades que sempre soube assumir na sua vida profissional.

Era um profissional humano, bem-humorado, como foi dito no voto, e de sorriso fácil.

Se me permitem uma nota um pouco mais pessoal, foi o Dr. Luís Decq Mota que esteve presente no momento em que eu também abracei, no fundo, a paternidade pela primeira vez. Sem dúvida, a única coisa que ele pedia foi que não lhe estragassem o 25 de Abril e, coincidência das coincidências, foi no dia 25 de Abril,

mas ele esteve lá, com o seu bom humor. Esteve presente sempre com o seu sorriso e por isso deixa, sem dúvida, muita saudade.

Associamo-nos, obviamente a este Voto de Pesar.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também pelo falecimento do Dr. Luís Carlos Decq Mota, o Grupo Parlamentar do PSD apresenta um Voto de Pesar.

Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos. Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Salomé Matos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de Luís Carlos Decq Motta

Luís Carlos Decq Motta nasceu a 11 de julho de 1948 no seio de uma família numerosa e com tradição na medicina. Quis o destino que, numa tarde de verão, enquanto apreciava uma prova náutica

como tantos milhares de outras vezes havia feito, o mar engalanasse a sua partida. Na tarde do dia 2 de agosto de 2021 um manto da tristeza abateu -se sobre familiares, amigos e conhecidos após a notícia do seu falecimento.

No decurso da sua carreira profissional, Luís Carlos Decq Motta foi Diretor Clínico do Hospital da Horta, instituição onde criou em 1982 o Serviço de Obstetrícia e se manteve como diretor de serviço até à data da sua aposentação.

Ao comando de uma vasta equipa de outros profissionais de saúde esteve de forma íntima presente nos círculos familiares de milhares de famílias não só da ilha do Faial como das ilhas vizinhas do Pico, S. Jorge, Flores e Corvo.

Enquanto médico obstetra desempenhou a sua função de forma exemplar, imprimindo excelência e humanismo em todos os seus atos. O seu conhecido e único “*tou-bem...tou-bem*” com que sossegava as grávidas ao som dos batimentos cardíacos fetais permitiram-lhe a consideração e amizade por parte da população.

Foi homenageado pela Câmara Municipal da Horta no Dia da Cidade em 2016 com a Medalha de Mérito Municipal Dourada, "pelo profissionalismo e serviços prestados ao longo de mais de três décadas ao serviço do Faial e dos Açores e pelo elevado sentido de responsabilidade, zelo e humanidade com que exerce as nobres funções de médico, no Hospital da Horta."

Ao longo da sua vida, foi um cidadão ativo no meio social e político tendo estado ligado aos corpos diretivos de diversos

organismos e associações, mas foi na dedicação à prática da vela que Luís Carlos Decq Motta esboçou os seus maiores sorrisos captados pelas lentes de fotógrafos profissionais e amadores.

Conhecido por todos como um homem do mar, começou a velejar nos anos 50, mantendo-se quase uma década de forma assídua na prática da vela ligeira, até ingressar na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra. Regressado, à cidade da Horta foi sempre uma presença constante no Clube Naval da Horta, na qualidade de Presidente da Direção, posteriormente como Presidente da Mesa da Assembleia Geral, integrando, à data do seu falecimento, o Conselho Geral para o biénio 2021-2022. Apesar de ter possuído outros veleiros foi no “Air Mail” que desde 1992, do mar fez a sua segunda casa e nele fez regatas, travessias, campeonatos e ganhou muitos prémios e troféus de glória, mas principalmente, dele fez uma escola familiar para as filhas, sobrinhos, netos e sobrinhos-netos, como se orgulhava de dizer *“a vela é uma escola de vida e o meu barco foi sempre um barco de formação”*. Homem de família, eram assim também as suas tripulações.

Encontrava na vela e na sua atividade profissional semelhanças várias, desde a beleza do momento até ao limbo ténue entre os momentos de tranquilidade e o disparo da adrenalina nos sobressaltos.

A par da profissão e da vela onde ganhou visibilidade, a família era o seu verdadeiro porto de abrigo. Com o seu cariz sempre

disponível era um autêntico aglutinador de afetos e de laços familiares.

Resta-nos perguntar o que ainda não foi dito sobre o Dr. Luís Carlos Decq Mota e como perpetuar a sua memória. Ser humano extraordinário, afável, generoso e divertido, todas as homenagens serão poucas para se fazer justiça ao homem e ao profissional que foi.

Assim, com um sentimento de pesar ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Luís Carlos Decq Motta do qual deve ser dado conhecimento formal à sua família, ao Conselho de Administração do Hospital da Horta, à Secção Regional da Ordem dos Médicos, à Secretaria Regional da Saúde e Desporto, à Assembleia Municipal da Horta e ao Clube Naval da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2021

Os deputados regionais, João Bruto da Costa, Rui Espínola, Jaime Vieira, António Vasco Viveiros, Elisa Sousa, Salomé Matos e Joaquim Machado

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos votar este Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar é apresentado pelo Partido Socialista, pelo falecimento de João Luís Duarte Ferreira. Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Dias Faria.

Deputada Sandra Dias Faria (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de João Luís Duarte Ferreira que ficou conhecido por Igor Sampaio

João Luís Duarte Ferreira nasceu a 29 de dezembro de 1944, na Rua da Mãe de Deus, em Ponta Delgada. Dedicou a sua vida às artes, como ator, pintor, cenógrafo e figurinista.

Começou os estudos em Ponta Delgada e completou a sua formação em Lisboa, tendo frequentado a Escola de Belas Artes.

Foi desde cedo que se apaixonou pelas artes, primeiro pela pintura, chegando a expor alguns dos seus trabalhos. Enquanto estudava começou a trabalhar, como assistente de cenografia no Teatro Monumental e, ainda numa entrevista recente ao Correio dos Açores, recordou o Padre Baptista, seu “mestre”, com quem aprendeu as técnicas da pintura e da representação e que o motivou a ir conhecer o mundo.

Durante quase dois anos viajou, à boleia, pela Europa. Pintou nas ruas de Paris quando era proibido fazê-lo em Portugal. Quando regressou a Lisboa terminou os estudos no Conservatório de Lisboa com a classificação de 17 valores, em 1971, ano em que “tirou carteira” e teve que mudar de nome, passando a chamar-se Igor Sampaio.

A sua estreia nos palcos foi num espetáculo de Natal para crianças, da autoria do açoriano Norberto Ávila e com o ator, também açoriano, Luís Horta de quem ficou muito amigo. Esteve 22 anos no Teatro Nacional Dona Maria II, integrando o elenco residente, fez revista no Parque Mayer, representou no Teatro Aberto, no Teatro da Trindade, no Teatro Monumental, Estufa Fria, Casa da Comédia, Teatro Experimental de Cascais, Gerifalto, Capitólio, Variedades, Companhia de Teatro Popular de Lisboa, Maria Vitória, Teatro Aberto e nos últimos anos estava no Teatro d’A Comuna.

Em digressão percorreu o País, mas também levou a sua arte até aos emigrantes, no Canadá e Estados Unidos da América. Ficou-lhe a mágoa de não ter tido destaque como ator nos palcos dos Açores, onde esteve com algumas obras, mas como cenógrafo e figurinista.

Na televisão estreou-se com Nicolau Breyner, na série “O Espelho dos Acácios”, e ao longo da sua vida participou em diversas séries e telenovelas, na RTP, SIC e TVI.

Dos Açores falava com orgulho da sua amizade com Zeca Medeiros, tendo participado no “Mau tempo no canal”, no “Gente Feliz com Lágrimas” e no “Escrito no Basalto”. Também participou no Café Moderno, de Emanuel Macedo.

A 3 de setembro deste ano a sua morte deixou a sua família, amigos, colegas, admiradores, enfim, várias vertentes do panorama cultural nacional mais pobres com a sua ausência. As justas homenagens que lhe foram feitas revelam o homem e o artista que foi, com impacto junto de todos com quem privou, deixando saudades e um vazio também no mundo artístico. A todos demonstramos o nosso profundo pesar pelo falecimento de Igor Sampaio.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão Plenária no período legislativo de dezembro de 2021, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de João Luís Duarte Ferreira, conhecido no meio artístico como Igor Sampaio.

Do presente Voto deve ser dado conhecimento à sua família, ao Teatro D’A Comuna e à Casa do Artista.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2021

Os Deputados, Sandra Dias Faria, Vasco Cordeiro, Andreia Costa, Miguel Costa

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Délia Melo, faça favor.

Tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este Voto de Pesar, pelo falecimento do artista açoriano Igor Sampaio, nome artístico de João Ferreira, que teve uma vida dedicada às artes, uma carreira como ator, cenógrafo e figurinista.

Portanto, pisou vários palcos nacionais, internacionais, e teve também uma presença constante na televisão, através de séries e novelas.

Igor Sampaio levou o nome dos Açores além-mar e, deste modo, consideramos esta homenagem póstuma justa e um reconhecimento pelo desempenho e pelo sucesso por ele alcançados.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Então vamos passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelo falecimento de Cristóvão de Aguiar. Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DE CRISTÓVÃO DE AGUIAR

No passado dia 5 de outubro, na cidade de Coimbra, faleceu o escritor, intelectual e professor universitário, natural da freguesia do Pico da Pedra, ilha de São Miguel, Luís Cristóvão Dias de Aguiar.

Cristóvão de Aguiar, como era conhecido no mundo da literatura e no meio académico, era considerado pelos seus pares como um dos autores açorianos de maior relevância no panorama da literatura portuguesa contemporânea, tendo-nos deixado um vasto legado de obras de géneros tão diversos como poesia, contos, memórias, novelas e romances.

Nascido a 8 de setembro de 1940, frequentou entre os anos de 1960 e 1971, na Universidade de Coimbra, o curso de Filologia Germânica, tendo cumprido pelo meio o serviço militar na Guiné Portuguesa, nos anos de 1965 a 1967, período durante o qual teve de interromper os seus estudos. Retoma-os, no ano de 1972, e

começa o trabalho de leitor de Língua Inglesa na Universidade de Coimbra, ao mesmo tempo que se torna colaborador da Revista Vértice.

Entre outras condecorações, foi agraciado com o grau de Comendador Titular da Ordem do Infante D. Henrique, com a insígnia Autonómica de Reconhecimento da Região Autónoma dos Açores, recebeu a medalha de Mérito Municipal do Concelho da Ribeira Grande.

Em 2005 foi homenageado pela Faculdade de Letras e Reitoria da Universidade de Coimbra, por ocasião dos quarenta anos da sua vida literária, tendo sido publicado o livro, "Homenagem a Cristóvão de Aguiar", coordenado pela Prof. Doutora Ana Paula Arnaut, o qual contém a generalidade das críticas e ensaios publicados sobre a obra do autor durante a sua vida literária.

A maior referência literária de Cristóvão de Aguiar, a trilogia romanesca, publicada entre 1978 e 1981, é *Raiz Comovida*, vencedora do Prémio Ricardo Malheiros, uma obra dedicada às comunidades açorianas da emigração e da guerra colonial na Guiné, e considerada a sua obra mais importante.

No conjunto da sua vasta e eclética obra, merece também especial destaque a sua *Relação de Bordo*, publicado em três volumes, um interessante diário da literatura portuguesa; A obra de memórias *Grito em Chamas*, de 1995; *Trasfega, casos e contos*, de 2003, que lhe valeu o Prémio Miguel Torga; *A Tabuada do Tempo - a lenta narrativa dos dias*, em 2006, com o qual vence novamente o

Prémio Miguel Torga; O livro de poemas *Mãos Vazias*, de 1965; E a tradução, em 1982, de *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith. A edição completa das suas obras teve a chancela das Edições Afrontamento.

Conhecida e pública que foi a sua posição contra a expressão “Literatura açoriana”, mais por irreverência do que por formalismo intelectual, Cristóvão de Aguiar, segundo Avelino Meneses, citado por Santos Narciso na edição de 11 de outubro último do jornal “Atlântico Expresso”, diz ter defendido os oprimidos numa “linguagem dialectal e regionalista”.

Cristóvão de Aguiar gravou palavras eternas em cada um de nós, como as que agora se citam: “O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.”

A propósito da sua morte, citando Sua Excelência o Presidente do Governo Regional dos Açores, a “a literatura portuguesa, a lusofonia e sobretudo os Açores perdem muito com o seu falecimento”.

Cristóvão de Aguiar morreu a 5 de outubro de 2021, em Coimbra, aos 81 anos de idade.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento de Luís Cristóvão Dias de Aguiar.

Do presente voto seja dado conhecimento à Família, à Junta de Freguesia do Pico da Pedra, à Câmara Municipal de Ribeira Grande e à Reitoria da Universidade de Coimbra.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2021.

Os Deputados, João Bruto da Costa, Jaime Vieira, Rui Espínola, Elisa Sousa, Joaquim Machado, António Vasco Viveiros, Ana Quental e Alberto Ponte

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições. Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José San-Bento, seja bem-vindo. Tem a palavra. Faz favor.

(*) **Deputado José San Bento (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Permita-me que nesta breve passagem aqui, pelo nosso Parlamento, enderece saudações democráticas à Mesa, aos Membros do Governo e também às Sras. e Srs. Deputados desta Legislatura.

O PS naturalmente associa-se, solidariamente e com tristeza, a este Voto de Pesar que invoca a memória do grande escritor Cristóvão de Aguiar.

Eu tive oportunidade e o privilégio de conhecer Cristóvão de Aguiar, apresentado por um grande camarada e um grande amigo, também já falecido, o Dr. José Medeiros Ferreira.

Retenho dele a serenidade e a elegância com que se dirigia a várias personalidades, numa tertúlia em que ambas,

esporadicamente, tanto quanto percebi, participavam, e que eu tive a oportunidade de, também nesse dia, num sábado, poder participar com várias personalidades, de um círculo de amigos e intelectuais do Professor Medeiros Ferreira.

Queria também fazer uma invocação ao livro “Raiz Comovida”. É uma obra de referência. Um livro, por aquilo que descreve, por aquilo que estimula a imaginação e por aquilo que acaba por criticar, porque também critica, de enorme interesse e uma obra divertidíssima. É impossível ler esse livro sem muitas gargalhadas, que também acabam por ser uma forma diferente de evocar o grande escritor que foi Cristóvão de Aguiar.

Ele era uma pessoa (e o voto refere isso) que era crítico à ideia de haver uma literatura açoriana.

Não vou aqui, obviamente, contribuir para essa polémica. Queria só assinalar que, mesmo seguindo essa opinião, de que não há literatura açoriana, uma coisa é certa: a literatura portuguesa conta com excelentes escritores originais dos Açores.

Cristóvão de Aguiar era um desses e nós associamo-nos aqui, respeitosamente, a este voto e também endereçamos as sentidas condolências aos seus familiares e aos seus amigos, que eram muitos.

Deixou muitas saudades, mas felizmente deixou um legado, em termos de obras, que irão perdurar no tempo e irão influenciar diversas gerações.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Tive com Cristóvão Aguiar alguns dos meus mais violentes debates político-filosóficos.

Ouso dizer que fomos amigos sem nunca nos ter visto, até há bem pouco tempo, até bem antes, uns meses antes da sua morte, nos termos cruzado acidentalmente nos corredores da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada.

Mas com Cristóvão de Aguiar fui “Um Grito em Chamas” na nova relação de bordo, fui “Passageiro em Trânsito” entre a trilogia da “Raiz Comovida”.

Nada de recensões, nada sinopses, nada dessas presunções e literatices que eu não sei fazer.

Cristóvão de Aguiar chamava-me “o gralha”, brincava comigo por causa do mau português. Ele era um sábio nesta arte. Eu continuo a ser um aprendiz.

Se o conceito de açorianidade nasceu com Vitorino Nemésio, certamente tem em Cristóvão de Aguiar um continuador, com exceção para “Passageiro em Trânsito” e para a sua obra poética onde há uma clara alteração de estilo. As restantes obras são belíssimos exemplos do estilo “Crítica de Costumes”, das nossas

ilhas, das nossas gentes, dessas gentes que fizeram e fazem a grande nação Açores.

Nelas, nas obras de Cristóvão de Aguiar, com destaque para a primeira, “Raiz Comovida”, está tudo no seu lugar. Conseguimos “imaginar o luzir dos instrumentos da música nova do Pico da Pedra, o cheiro da terra das estufas, o sabor daquela fatia de pão de milho com manteiga de vaca que ficou por comer, o odor dos chicharrinhos fritos, o cheiro a maresia do mar das Calhetas.

Vi, com real branquidão, as batas das ajudantes do Doutor Alemão, ali, à Rua do Contador, onde na minha infância tantas vezes percorri de casa para a escola.

Já não havia o Doutor Alemão. Estavam lá apenas dois Borda Cola, do Sr. Gilberto Nóbrega, pendurados à varanda.

Cães de verdade, não cães como os de “Passageiro em Trânsito”, e que tantos vemos por aí.

Que canelas pensais vós, mordiscar, ou cães literados, sem possuir a dentação completa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Vamos então passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Pesar, e último, é apresentado pelo Partido Socialista, pelo falecimento do Padre Octávio Medeiros. Para a sua apresentação tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira. Faz favor, Sra. Deputada, tem a palavra.

Deputada Célia Pereira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar pelo falecimento do Padre Octávio Medeiros

Vítima de doença prolongada, faleceu esta segunda-feira, dia 18 de outubro, o padre Octávio Henrique Ribeiro de Medeiros, com 76 anos de idade, natural da freguesia da Lomba do Botão, concelho da Povoação, Ilha de São Miguel.

O Padre Octávio, como era conhecido, pautou toda a sua vida pelo espírito de missão e de serviço aos outros. Uma vida dedicada à Igreja, ao Ensino e à Ciência. Uma vida onde os princípios e valores da liberdade, solidariedade, igualdade, partilha e dádiva estiveram sempre presentes. Foi sempre um cidadão muito ativo e dedicado à causa pública e à sua terra natal. Nasceu a 27 de dezembro de 1944 e foi ordenado sacerdote pela Diocese do Uíje, em Angola, a 23 de abril de 1972.

Na Diocese de Angra foi vigário episcopal para a ilha de São Miguel e aposentou-se como pároco da igreja de Nossa Senhora

da Penha de França, Água Retorta, e de Nossa Senhora de Fátima, em Lomba do Botão.

Realizou os seus estudos na área das Ciências Sociais na Universidade Pontifícia Gregoriana em Roma, onde se licenciou e onde, em 2003, fez o doutoramento com a tese “Os Trilhos da Fé – Práticas e Representações em São Miguel”.

Foi docente durante 25 anos na Universidade dos Açores, onde entrou em outubro de 1983 como assistente convidado, para o Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais, do qual também foi secretário. E onde, de abril de 2004 a 2010, foi professor auxiliar convidado, tendo lecionado diversas unidades curriculares nas áreas das ciências sociais e sociologia.

Pertenceu ao Centro de Estudos Sociais, desde o seu início, foi diretor do Curso de Serviço Social até à sua aposentação, tendo-se dedicado a estudos na área da sociedade “com particular destaque para alguns artigos sobre os repatriados açorianos dos EUA e Canadá”.

Considerado um dos intelectuais da Diocese, dedicou também muito do seu tempo e conhecimento ao registo, para memória futura, de importantes dados estatísticos e história local em livros, deixando assim uma riquíssima e importante obra.

Foi ainda Diretor do Instituto de Cultura Católica, Administrador Paroquial de Água Retorta, Ouvidor Eclesiástico da Povoação, Vigário Episcopal de São Miguel, Pároco da Matriz da Vila da Povoação, presidente da direção da Fundação Maria Isabel do

Carmo Medeiros e Diretor Geral da Escola Profissional Monsenhor João Maurício de Amaral Ferreira.

Foi também autor de vários artigos na imprensa regional, com uma última participação na Crença, jornal paroquial de Vila Franca do Campo. Aposentou-se como pároco da Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, Água Retorta, e N^a Sr.^a de Fátima, Lomba do Botão.

Em 2010 foi agraciado, pelo Governo Regional dos Açores, com a Medalha Autonómica de Mérito Cívico e, em 2012, recebeu da Câmara Municipal da Povoação o título de Cidadão Honorário do Concelho.

O seu pedido “em vez de levarem flores façam uma esmola a uma família carenciada ou mandem celebrar uma missa por alma de todos os defuntos” é bem expressão do seu sentir e do seu viver.

E, porque é difícil a escolha das palavras que melhor recordem e prestem a justa homenagem à vida e obra do Padre Octávio, homem de Fé e da Ciência, termino este Voto de Pesar com as palavras de Santo Agostinho:

“A morte não é nada.

Eu só passei para o outro lado do Caminho.

Eu sou eu, vós sois vós.

O que eu era para vós, continuarei a sê-lo.

Dêem-me o nome que sempre me deram, falem comigo como sempre fizeram.”

Assim nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário a 14 de dezembro de 2021, emita este voto de pesar pelo falecimento do Padre Octávio Henrique Ribeiro de Medeiros.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à sua Família, à Diocese de Angra do Heroísmo, à Universidade dos Açores e à Câmara Municipal da Povoação.

Horta, Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2021

Os Deputados, Célia Pereira, Vasco Cordeiro, Miguel Costa, Sandra Dias Faria e Andreia Costa

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada,
Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo Regional:

Umhas breves palavras só para dizer que, naturalmente, o Partido Social Democrata associa-se a este Voto de Pesar, dando nota de que temos um voto de igual teor, como é do vosso conhecimento, distribuído na sessão de outubro, tal como este do Partido Socialista, que, pelas circunstâncias de organização dos nossos trabalhos, não foi possível ser lido nessa altura, o mesmo tendo acontecido com o do Partido Socialista.

No decurso dos trabalhos desta semana, naturalmente, trazemo-lo à vossa consideração, um voto de invoca a memória do Professor e amigo Padre Octávio Medeiros.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos então passar à votação deste Voto de Pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Encerrámos assim a apresentação e votação dos votos. Antes de passarmos às Declarações Políticas, vamos fazer um intervalo.

Regressamos a um quarto para o meio-dia.

Eram 11 horas e 23 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com as Declarações Políticas.

Eram 11 horas e 50 minutos

Cabe à Iniciativa Liberal iniciar as Declarações Políticas, neste plenário. Para o efeito dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Açorianos;

Há um ano, nesta mesma sala, desta mesma tribuna e sob os mesmos holofotes, proferimos o discurso final sobre a aprovação do Programa do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores. Discutimo-lo e votámo-lo.

Fizemo-lo convictos de que estávamos a interpretar o sentido dos votos expressos nas urnas e que nos trouxeram a este parlamento, pluralidade ideológica, refrescamento de políticas que carecem de contemporaneidade e representatividade de novas tendências do pensamento político nos Açores.

Passado este tempo urge fazer, senão um balanço, pelo menos uma análise do que eram os Açores há um ano, o que pensamos mudar, e o que, entretanto, foi feito, e onde se encontram hoje essas premissas e esses anseios.

Em dezembro último, a Iniciativa Liberal aprovou um Programa de Governo que plasmava e operacionalizava um conjunto de preceitos que constam de um acordo de incidência parlamentar firmado entre o nosso partido e o líder da coligação de Governo, o Partido Social Democrata.

Pacta sunt servanda, pelo menos da nossa parte, os acordos são para cumprir, estamos fazendo o nosso trabalho, pelos Açores e pelos Açorianos, pelos que aqui vivem, trabalham, empreendem e constituem família, mas também por aqueles que estão agora a nascer para que aqui desejem viver e não sejam obrigados a procurar na emigração, como em outros tempos, o rumo para a sua felicidade.

Os Açores estão melhores hoje.

Os Açorianos hoje têm mais disponibilidade financeira do que há um ano, mercê do abaixamento da carga fiscal que fizemos inscrever no orçamento de 2021 e que se refletirá ainda mais no Orçamento do próximo ano;

Os Açorianos hoje têm menos corresponsabilidade na dívida pública regional, mercê da redução do endividamento que fizemos inscrever no Orçamento de 2022;

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade, tem mais!

O Orador: Os Açorianos hoje, estão mais livres e menos dependentes da máquina do Estado/Região, afinal as maiorias absolutas são castradoras do pensamento plural e sem este não há evolução e melhoria das ferramentas de governação;

Os pequenos empreendedores Açorianos, hoje, já têm facilitado o sistema de licenciamento industrial porque, esta casa, aprovou um novo regime mais simplificado e menos burocrático.

Os que aqui, nesta casa, mais criticam os radicalismos, são os que, ao fim de mais de 20 anos de poder quase absoluto, foram

incapazes de impulsionar o necessário crescimento económico imprescindível para a melhoria do bem-estar social de um povo que, dia após dia, vai perdendo confiança nas instituições e nos mecanismos de gestão da coisa pública e se vai afundando num mar de desesperanças.

É dessa incapacidade de resolver os problemas das pessoas, que emergem os populismos e os radicalismos. A culpa não é dos populistas, é dos incapazes.

Dissemos, por exemplo, há um ano, que a vontade de mudança, expressa nas urnas em 2020 deveria garantir um “novo modelo de governação” que seja “mais transparente nos procedimentos”. Não foi isso, no entanto, que o processo escabroso das Agendas Mobilizadores nos demonstrou.

Dissemos aqui, há um ano, que queríamos um Governo mais rigoroso nas decisões e mais humilde na atitude democrática, rubricamos o canto da folha. É custoso, no entanto, encontrar nesta governação sinais claros dessa humildade e dessa atitude democrática, encontramos mesmo, alguns tiques de prepotência e arrogância.

Defendemos aqui, há um ano, reduzir a ocupação do sistema político-administrativo pelo partido do poder. O que temos registado ao longo destes últimos 365 dias, é à captura da administração pública regional por parte dos diretórios dos partidos que constituem a coligação de Governo, numa corrida desenfreada para a construção de novas clientelas políticas que

em nada abonam em favor da transparência, do rigor e da boa gestão dos recursos públicos que se pretende, se deseja e até se exige no momento difícil que atravessamos.

Afinal, neste Governo de coligação, alguns fazem o mesmo que o PS fazia e mais aquilo que julgam que o PS fazia, mas nem lhe passava pela cabeça fazer.

Defendemos aqui, há um ano, fomentar uma sociedade civil saudável e uma economia livre, onde a cor política não é vantagem ou obstáculo.

Deste Governo espera-se mais:

Mais reformismo;

Mais rigor;

Mais transparência;

Mais arrojo;

Mais empenho;

Mais humanismo;

Mais criatividade...

Deste Governo espera-se menos:

Menos socialismo;

Menos estatismo;

Menos paternalismo;

Menos caciquismo;

Menos clientelismo.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Nuno Barata.

Está feita a declaração política. Estão abertas as inscrições?

Estipula o nosso Regimento que, concluída a Declaração Política, os restantes grupos e representações parlamentares e o Governo, têm direito a usar da palavra até cinco minutos, e as representações parlamentares até 3 minutos, por uma só vez, encerrando o declarante.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Nuno Barata, não sei se pretende encerrar a sua...

Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, Sr. Deputado Nuno Barata, a consideração e o respeito, que a Iniciativa Liberal, neste Parlamento, e V. Exa. em particular, nos merece, não nos levaria, certamente, a que a sua declaração política pudesse passar sem um contributo da nossa parte, um modesto contributo, para ressaltar alguns dos aspetos que V. Exa., daquela tribuna, salientou e que nos parecem, de facto, pertinentes e oportunos.

Desde logo, tem razão V. Exa. quando enaltece o facto de vivermos nos Açores um tempo novo, com uma nova forma de governar e de relacionamento entre forças políticas, desde logo,

no conjunto de estabelecimento de acordos de incidência parlamentar que permitem uma governação estável nos Açores.

Isso é importante para a nossa economia, para o desenvolvimento da nossa Região e também para ultrapassarmos a crise económica derivada da crise pandémica que nos tem assolado e que tantas dificuldades tem causado aos Governos das várias regiões e, em particular, ao nosso.

São esses acordos que todos estamos empenhados em cumprir e fazer cumprir, que nos permitem, hoje, estarmos a discutir a sua declaração política, em vésperas, é certo, de um ato eleitoral para a Assembleia da República, e naturalmente também compreendemos que cada um faça da sua intervenção, pública e política, alguma diferenciação que permita aos açorianos e aos eleitores estabelecer as diferenças entre as diferentes forças políticas que se irão apresentar, em janeiro, a eleições. É natural, faz parte do debate político. Mas o que nos importa salientar é, de facto, esta conjuntura que permite, através do diálogo, da concertação, do estabelecimento de pontes e de entendimentos, melhorar a vida dos açorianos.

É isso que este Governo demonstrou e que este Parlamento consagrou, através deste primeiro ano da XII Legislatura.

Foi isso que se conseguiu através da redução de impostos, uma medida fundamental para alavancar a nossa economia e permitir aos Açores retomar uma atividade económica que, aliás, já vem, nos últimos cinco meses, dando indicações de alguma melhoria e

ter valores positivos em termos da confiança e em termos da própria atividade económica, nomeadamente com o valor de 12%, do mês de setembro, deste ano, conforme foi salientado no debate do Plano e Orçamento do último mês.

Mas também através de outros entendimentos que, com o contributo naturalmente da Iniciativa Liberal, que tem um acordo firmado em termos de incidência parlamentar, permitem que a representação dos açorianos neste Parlamento tenha frutos em termos de estabelecer aquela que para nós é fundamental, que é uma diferença entre o passado socialista, que tivemos nos últimos 24 anos, e em particular dos últimos 8 anos da responsabilidade do Presidente atual do PS-Açores, Dr. Vasco Cordeiro, que trouxeram a Região para os piores indicadores sociais do país e dos piores da Europa. Indicadores sociais que deviam envergonhar quem governou os Açores nos últimos anos, mas que para nós são um desafio e, estou certo, que para a Iniciativa Liberal, são o principal mote de desafio para este estabelecimento de diálogo com este Governo e com esta maioria.

É, para nós, extremamente importante, que isso continue a ser claro no relacionamento interpartidário e parlamentar, pois é isso que nos permite dar aos açorianos aquilo que é mais importante, que é um Governo capaz de fazer as reformas que são necessárias para afirmação de uma alternativa política ao socialismo da pobreza, das dificuldades e dos maus indicadores sociais que tivemos nos Açores e que, com estratégia, com visão de futuro e

com passos seguros, mas firmes, em termos de mudança de políticas, sejamos nós, esta maioria parlamentar que tem permitido esta governação, capazes de dar aos açorianos uma oportunidade de verem que afinal existe, como tem sido demonstrado, uma alternativa política nos Açores capaz de fazer desenvolvimento de políticas acertadas para tirar os Açores do trilho de dificuldades económicas que nos foi deixado pelo Partido Socialista.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Presidente do Governo Regional, faça favor. Tem a palavra.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro):

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Começo, em nome da cidadania, da democracia, mas também, como é óbvio, deste XIII Governo da Região Autónoma dos Açores, por deixar aqui, perante uma declaração política da Iniciativa Liberal, nos termos em que a fez, uma saudação ao Deputado Nuno Barata.

Uma saudação, que se faz acompanhar de um sentimento, desde logo, de que é nossa profunda convicção que sim. A citação do brocardo latino, “pacta sunt servanda”, deve ser efetivamente uma referência nas instituições, nas pessoas e no relacionamento com honra e compromisso.

É saudável que esta seja a atitude que, no entanto, não prescinde de escrutínio, de diálogo, da dialética que se impõem na evocação maior que aqui representamos: a democracia, a pluralidade democrática que, resultante do último ato eleitoral nas legislativas regionais dos Açores, permitiu uma composição, desde o conjunto dos mais 45 anos de Autonomia dos Açores, mais plural, mais representativa e, sobretudo também, formadora de uma solução nova nunca antes experimentada. Uma solução governativa, não apenas de um só partido, de uma coligação que se fez e se fundou como princípio ético e democrático de assegurar, com a coesão, a referência à maioria de votos e à maioria de mandatos face ao partido mais votado nas legislativas, mas igualmente, com humildade democrática, a necessidade, fruto da importância de assegurar estabilidade política, governativa, para a legislatura (os acordos de incidência parlamentar) onde o Iniciativa Liberal foi parte decisiva.

Ora, há efetivamente uma perspetiva que corresponde ao conteúdo assertivo da declaração política. Sim, uma visão reformista! Sim, uma visão plural! Sim, uma aposta na economia!

Sim, uma aposta na sociedade! Sim, numa libertação da sociedade face à governamentalização excessiva da economia.

Ora, não podemos dissociar, no entanto, destas perspetivas reformistas, e, aliás, transpostas no Programa do XIII Governo, bem como nas suas opções de médio prazo, a circunstância concreta de que, para além da visão política, da perspetiva democrática vivenciada em 2020, com as legislativas regionais, com os outros factos que são conviventes com esta realidade política: a realidade económica e financeira que é, de um legado dos últimos anos, muito penosa para ruturas e perspetivas disruptivas que pretendíamos no mais curto prazo possível, no entanto, este legado, que é objetivo, dá as suas limitações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não podemos prescindir de prioridades máximas, entre elas, obviamente, a salvaguarda do cumprimento das obrigações e dos compromissos assumidos pela Região, não apenas no contexto da dívida bancária, mas também da dívida real, não bancária, mas à economia. E é preciso garantir transparência neste relacionamento.

É condicionador de perspetivas reformistas, mais ousadas e de mais curto prazo de tempo.

Não podemos dissociar também deste tempo, o tempo social e de saúde pública, que é a vivência de uma pandemia que na história da democracia autonómica não tem paralelo e que condiciona a definição de prioridades, alocação de recursos, penalizações no

desenvolvimento socioeconómico, da normalidade e da naturalidade com que poderíamos, se não fosse a pandemia, assumir também.

Ora, estas são condicionantes que não podem, para além da objetividade, da solução dos compromissos assumidos, também considerar a intensidade dos mesmos no tempo em que a realidade nos impõe algumas limitações no avanço que pretendemos

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Presidente.

O Orador: Termina, Sr. Presidente.

Por isso, creio que a declaração política quando aponta para que haja uma expectativa deste Governo esperar mais perspectiva reformista, nós estamos associados nessa perspectiva.

Quando se espera deste Governo menos intervenção, nós aguardamos a capacidade e a capitalização das nossas empresas, da nossa economia, para que haja mais sociedade, mais economia e menos necessidade de um Governo omnipresente.

Muito obrigado, e saúdo a participação e a declaração política do Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo)

Presidente: Sr. Deputado António Lima tem a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal traz-nos uma declaração Política que tem um “tom de aviso à navegação”, ou melhor, à coligação.

Esta declaração política tinha alguns poucos elogios à solução governativa que se encontrou e tinha muitos avisos e até críticas.

Em primeiro lugar, são curiosas as intervenções, tanto do Sr. Deputado João Bruto da Costa, como do Sr. Presidente do Governo, porque responderam (como se precisassem de resposta!) aos elogios e silenciaram as críticas,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor está a fazer exatamente o contrário!

O Orador: ... aquilo que se esperava que seria uma resposta às críticas e aos avisos que foram aqui colocados, mas sobre isso tivemos silêncio. A coligação ainda tem tempo, por isso, há sempre esperança.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que chatice!

O Orador: Mas há, de facto, um elogio que (por falta de tempo não poderei ir a todos) estranho que o Sr. Deputado Nuno Barata o faça, principalmente vindo da Iniciativa Liberal, que é de que temos uma Região mais livre.

Eu ouvi com atenção a sua declaração política, e ao mesmo tempo que avisa que temos uma Região mais livre, fala do clientelismo, do caciquismo, fala do controlo das máquinas partidárias da coligação e é com surpresa que oiço que se elogia a liberdade adquirida nos Açores, ao mesmo tempo se avisa para práticas deste tipo.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: De facto, para além disso eu acrescentaria a “caça às bruxas” que o Sr. Presidente do Governo...

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... dizia que não existiriam, mas que há por aí, e não são poucas. Por isso, aquilo que pergunto, Sr. Deputado Nuno Barata, é como é que o senhor apoia um Governo para o qual o senhor avisa destas práticas? Um partido, como a Iniciativa Liberal, que diz tanto prezar a liberdade, seja a liberdade económica, seja a liberdade individual.

De facto, é difícil compreender como é que se pode dizer que há mais liberdade neste cenário. Nós partilhamos dessa visão: caciquismo, clientelismo, controlo das máquinas partidárias, é isso que se vê.

Por isso concordamos plenamente com essas críticas, com esses avisos, com essas matérias, porque, de facto, aquilo que se fez, em grande medida, não foi acabar com dependências, foi substituir dependências e em muitos aspetos agravar dependências.

Ou seja, uma Região mais livre é coisa que não temos.

Por isso, também estranhei a intervenção do Sr. Presidente do Governo, como já referi, mas percebi agora, ao longo deste ano de governação, aquilo que o senhor queria dizer quando falava em campanha eleitoral de desgovernamentalização.

De facto, há cada vez menos Governo e menos Administração Pública, e o que há é uma partidarização cada vez mais crescente...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... seja do Governo, seja da Administração Pública. Por isso, é que o senhor dizia que queria desgovernamentalizar a Região e não despartidarizar, porque o que queria efetivamente dizer com isso, o corolário dessa afirmação, era a partidarização da administração pública, e esse é o grande perigo para o qual eu tenho a certeza de que o Sr. Deputado Nuno Barata também está atento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Furtado faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os resultados eleitorais das eleições de outubro de 2020 trouxeram a esta Casa um equilíbrio parlamentar, único, na

história desta Casa. A quantidade de partidos que participam agora nos destinos dos Açores é, efetivamente, um momento único.

Mas também é preciso analisar que esse momento único também traz responsabilidades, e responsabilidades muito grandes, a todos os autores políticos desta Casa, porque cada Deputado, neste momento, tem exatamente a mesma responsabilidade que tem o Sr. Deputado Nuno Barata, o Deputado Independente, ou outro qualquer Deputado. Portanto, o juramento de consciência que fez cada Deputado ao povo açoriano, dá a obrigação de, a cada momento, a cada decisão, ter exatamente a mesma responsabilidade de qualquer um de nós.

Sim, é verdade é que este ano de governação, este ano de Assembleia Regional, trouxe um momento diferente à política açoriana e à vida dos açorianos.

Efetivamente todos reconhecemos que hoje há mais democracia, há mais pluralidade de pensamento, há mais oportunidade de participação das sensibilidades de cada parlamentar.

Essa sensibilidade, obviamente que tem de ser auscultada de outra forma, porque é importante no equilíbrio de forças nesta Casa, mas reparemos que há aqui uma situação que é preciso acautelar. Não pode ser notícia essa responsabilidade de cada um de nós. Não pode ser notícia que efetivamente a democracia tem um ar mais respirável durante este ano, porque essa é obrigação nossa, é

obrigação de cada um de nós enquanto parlamentares, enquanto políticos, promover essa qualidade aos açorianos.

Notícia seria se depois desse equilíbrio parlamentar, dessa ampla participação de forças políticas nesta Casa, se continuasse ou piorasse o momento que existia de 24 anos de governação socialista. Portanto, isto, sim, seria notícia, porque aquilo que estamos a proporcionar, enquanto políticos, ao povo açoriano, é efetivamente a obrigação nossa. Não é notícia! Portanto, é uma obrigação nossa.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (*CDS-PP*): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política foi um jeito de balanço e uma análise da nossa Região que tínhamos há um ano e que temos agora, o que eram os Açores antes, como disse daquela bancada o Sr. Deputado Nuno Barata, e, numa realidade muito diferente daquela que tínhamos, uma pluralidade muito diferente da que tivemos no passado e se isso tem resultado ou não em benefício dos Açores e

de uns Açores melhores. É esse o balanço que efetivamente temos de fazer.

O certo é que ao longo deste primeiro ano têm sido muitos os contributos de todos os partidos, e numa dinâmica parlamentar muito diferente da que tínhamos. O Grupo Parlamentar do CDS está convicto que tem trazido benefícios para os Açores e para os açorianos.

Tudo está feito? Não!

Tudo foi bem feito? Não!

Mas é preciso ter este espírito para poder melhorar, para poder continuar a fazer o caminho e para poder mantermos o foco. Mau era se achássemos que estava tudo feito e que estava tudo bem feito. Isso, sim, seria darmos um alerta, porque algo estaria mal. Por isso, ainda bem que existe esse espírito também por parte de todos nós, porque é assim que as coisas devem ser feitas.

Também dizer, por parte deste Governo e em jeito do tal balanço dos Açores que tínhamos antes, que a verdade é que temos um Governo com vontade e com abertura para resolver os problemas, de muitos açorianos e dos Açores, que estávamos a enfrentar e que urgia resolver, como o caso dos enfermeiros, dos técnicos de diagnóstico e terapêutica, dos farmacêuticos, dos professores e de tantos outros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Tem existido essa abertura por parte do Governo para resolver e para ultrapassar os problemas que existiam, por exemplo, com estes açorianos na nossa Região.

Muitas têm sido as medidas também importantes, desde a área da solidariedade social, da mudança de políticas que se está a fazer, do caminho que se está a percorrer, desde a Tarifa Açores, desde a redução fiscal.

Existe uma série de medidas e acho que muito foi feito ao longo deste ano.

Certamente que os desafios são mais que muitos, muito há a fazer, mas há um caminho que é necessário percorrer e interessa, sim, dar passo seguros para termos uns Açores melhores.

Por isso, esse balanço, como disse o Sr. Deputado Nuno Barata, dos Açores que tínhamos ante, a verdade é que entendemos que temos hoje uns Açores melhores, com grandes desafios pela frente, e é verdade.

Para terminar, em relação à crítica que foi feita, da crítica que a Iniciativa Liberal faz e dos avisos que faz ao Governo, eu acho que ainda bem que os faz, porque a verdade é que tem de existir espírito crítico também, quer dos Deputados que apoiam o Governo, quer dos partidos que também apoiam e que estão integrados nesta solução de Governo.

Mau era se tínhamos, como tínhamos no passado, e ainda na anterior legislatura, em que os Deputados da bancada do Partido

Socialista que suportavam o Governo achavam que o Governo fazia tudo bem.

Ainda bem! E acho que é esta pluralidade também de termos um Governo de três partidos, de termos partidos e deputados a apoiar esta solução do Governo, que faz com que exista hoje este espírito de crítica, esta liberdade de podermos criticar o que entendemos que deve ser criticado e cada um faz a análise e o entendimento que deve fazer sobre essas críticas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas existe essa realidade que não existia no passado.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Nuno Barata para encerrar a sua Declaração Política. Tem a palavra, Sr. Deputado. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Acho que deixámos claro, já no passado, e agora, nesta câmara, na nossa opinião publicada, que a Iniciativa Liberal não é uma extensão dos Grupos Parlamentares do PSD, do PPM e do CDS.

Portanto, esta é que é a questão que traz mais pluralidade ao Parlamento, mais debate, mais intervenção cívica, mais discussão. E se é um facto que temos deixado, ao longo deste ano, quase sempre os mesmos e reiterados avisos, também é facto, Sr. Presidente do Governo, que, infelizmente, continua a haver espaço para que tenhamos de reiterar esses mesmos avisos. Isso era o que se esperava que já não fosse necessário.

Não seria por isso necessário que o Sr. Deputado António Lima viesse falar da crítica e não falar das coisas boas que fizemos.

Comprendemos alguma dificuldade no, perdoem-me a expressão, “desmame” de algumas mochilas que trazemos de trás. Mas não podemos continuar a definir políticas para o futuro dos Açores constantemente falando do passado.

Aqui, atrás de mim, há quem ainda vá buscar ao fundo do caixote do lixo as políticas do Dr. Mota Amaral.

Não queira, V. Exa., fazer a mesma coisa com as políticas de Carlos César e Vasco Cordeiro. O passado é passado. Olhemos o

futuro e melhor vida para o futuro dos açorianos, não das gerações, como eu disse naquela tribuna, não daquelas que estão entrando no mercado de trabalho agora, não daqueles que estão vendo os seus filhos nascer agora, mas desses filhos que num futuro próximo queiram viver nessas ilhas e queiram desenvolver essas ilhas como o lugar onde querem constituir família e criar riqueza.

E é nessa perspetiva de melhorarmos os instrumentos de governar esta Região que estamos aqui, construtivamente, a apontar soluções, a dar as nossas apertações e a fazer os avisos que faremos sempre que entendermos que devemos fazer, porque enquanto o discurso da mudança de paradigma for apenas um discurso e não uma prática efetiva, estaremos aqui, sessão legislativa a seguir de sessão legislativa, até que dure esta legislatura, a dizer aquilo que entendermos dizer para alertar o Governo, para mudar de facto esse paradigma de governação e esse modo de fazer política que é vetusta, é pernicioso e não serve os interesses dos açorianos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para esta manhã de PTAP.

Vamos avançar. Está encerrada esta declaração política.

A próxima Declaração Política é do Partido Socialista. Dou a palavra para o efeito ao Sr. Deputado José Ávila. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado José Ávila (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A promoção da coesão regional, nas vertentes económica, social e territorial, constitui a principal política de investimento da União Europeia e deveria constituir a principal política de qualquer Governo de uma região ultraperiférica e, ainda para mais, quando se trata de uma região arquipelágica e com assimetrias provocadas pelas dimensões geográfica e demográfica.

É certo que já muito se fez ao longo dos anos de autonomia, para prevenir o aumento das disparidades regionais com apoios Europeus.

Não obstante estas prerrogativas europeias – e que, recomendavelmente, para não dizer obrigatoriamente, têm de ser adaptadas ao nosso arquipélago, – temos assistido a um retrocesso em algumas áreas que cheiram a centralismo “doméstico” e parcialidade na interpretação dos instrumentos comunitários criados exatamente para isso, ou seja, para combater os desequilíbrios entre países, entre regiões e, mesmo, entre ilhas.

Este Governo está em funções há apenas um ano, e isso impede-nos de exigir que faça muito ou que faça tudo, mas não podemos deixar de o criticar por aquilo que desfaz, nomeadamente quando põe em causa a tal coesão regional que tanto se fala e que toda a gente jura defender.

Já se sabe que falar é fácil, o difícil é mesmo fazer. Quem está agora na posição já começa a ver o que custa fazer, ao mesmo tempo que confirma que a facilidade com que falava não se coaduna com a realidade.

Agora desfazer o que funcionava bem é que não se percebe.

A operação sazonal de transporte marítimo entre todas as ilhas dos Açores para, por exemplo, o PSD era uma boa ideia e as críticas iam no sentido de exigir a sua refundação por entender que tinha chegado “a hora de perspetivá-lo, para posicioná-lo como um novo produto credível e confiável para o mercado turístico externo”, citei um antigo Deputado daquele partido.

Ao que parece já deixou de ser uma boa ideia e o mesmo partido que queria refundar este serviço com o objetivo de o tornar mais eficiente, surge agora a afundá-lo, literalmente. Não se percebe, sinceramente.

A tutela dos transportes recusou uma “política despesista”, apontando que a taxa média de ocupação na Linha Amarela rondava os 30%. A pergunta que se deixa aqui é se para este Governo unir todas as ilhas é despesa ou investimento? E se vai acabar com ligações marítimas e/ou aéreas de rotas com baixas taxas de ocupação? É que se for assim, estaremos cá para ver.

Esta medida tomada de forma inusitada e, ainda para mais, sem consultar as autarquias e os conselhos de ilha e explicada deste modo é um triplo ataque à coesão regional, nas vertentes territorial, económica e social.

O que dirá a União Europeia quando se reivindica mais verbas para ultrapassar a ultraperiferia, quando cá dentro fazemos, ou melhor, faz este Governo precisamente o seu contrário?

Será que não vale a pena utilizarmos algumas verbas destinadas à coesão para unir as ilhas?

E, muito sinceramente, quando o Governo diz que vai “estudar alternativas” ao transporte marítimo de ligação interilhas, para “um efetivo serviço à população” com “custos que o orçamento da região possa suportar”, dá que pensar.

Acaba-se primeiro e depois é que se vai estudar. Não devia ser ao contrário, ou seja, estudar a alternativa e depois alterar o modelo? E este estudo das alternativas, quanto tempo vamos ter de esperar para que veja a luz do dia?

Como vamos resolver o problema da mobilidade dos Açorianos nomeadamente nos eventos de maior dimensão que animam as ilhas no período de verão?

Mas a coesão regional nos últimos tempos sofreu outro revés. O fim dos encaminhamentos para passageiros aéreos não residentes. Como se sabe, esta política de aeroporto único beneficiava todas as ilhas, especialmente as que não têm gateway.

Este é mais um rude golpe, desferido ao mesmo tempo, sem aviso e sem audição prévia das entidades das ilhas mais prejudicadas, curiosamente sempre as mesmas.

Como se sabe, a política de encaminhamentos gratuitos, coloca um passageiro em qualquer ilha dos Açores ao mesmo preço.

Tem custos, é certo, mas não se trata de uma despesa, mas antes um investimento na coesão das ilhas dos Açores, suportado pelos orçamentos da Região e da República.

Os números do turismo, em período de pré-pandemia, expressavam um crescimento relativamente equilibrado nas ilhas, mas com este caminho vamos assistir a ritmos muito diferentes que originarão desequilíbrios que deixarão marcas nos proveitos da hotelaria, no investimento público e privado e, sobretudo, na vida das ilhas que precisam do turismo como um novo pilar do desenvolvimento económico.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ciente das dificuldades criadas por esta nova política de reversão de conquistas no âmbito da mobilidade, vai apresentar nesta Assembleia uma iniciativa que visa minimizar os impactos económicos e sociais provocados por esta determinação unilateral deste Governo das minorias unidas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A conjugação destas decisões perniciosas para grande parte das ilhas representa uma visão enviesada da coesão e colide mesmo com o programa de Governo, porque aí pode ler-se “Somos ilhas. Os transportes aéreos e marítimos são os nossos caminhos. Melhorar o sistema de transporte e as suas estruturas é o nosso desígnio”, fim de citação.

Mas se tivermos dúvidas, lemos mais à frente, também nesse documento “A eficiência do transporte aéreo e do transporte marítimo alavanca o desenvolvimento sustentável numa região ultraperiférica e descontínua como a nossa. A eficiência do transporte aéreo e do transporte marítimo acelera a coesão social e territorial”, citei.

Como se pode acelerar a coesão social e territorial desmantelando os melhores instrumentos para o fazer?

Estudem, consultem, decidam. Mas, enquanto isso, não destruam as boas ideias. Não abandonem os mecanismos de suporte de desenvolvimento de muitas das nossas ilhas, sem terem uma alternativa credível, caso contrário estaremos perante um retrocesso inaceitável.

Disse.

Deputado João Vasco Costa (PS): Pólvora seca!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado José Ávila.

Está apresentada a declaração política e estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O tema da declaração política do Partido Socialista naturalmente que é um tema que nos interessa e que todos nós acarinhamos a coesão regional. Quanto a isso não há qualquer dúvida, e esse é o empenho do Grupo Parlamentar do PSD, a iniciativas, como as do passado, e é naturalmente aquilo que tem sido a política deste Governo.

Mas, fundamentalmente, a sustentação para a Declaração Política, assenta em duas críticas centrais: uma tem a ver exclusivamente com a operação sazonal, e a outra tem a ver com o fim da mobilidade, que são dois temas que já foram discutidos neste Parlamento, nomeadamente em setembro e durante a discussão do Plano e Orçamento.

Portanto, foram dois temas que mereceram resposta por parte do Governo, da parte dos grupos parlamentares que apoiam o Governo, com explicações sustentadas, nomeadamente quanto à linha sazonal, aquilo que foi a decisão do Governo, no caderno de encargos e que já foi adjudicado à Atlânticoline para os próximos dois anos, com um ano de prorrogação. Foi que uma parte daquilo que era a linha sazonal, a Linha Amarela, a parte que envolve Santa Maria, São Miguel, Terceira e as Flores, foi excluída. Mas foi excluída de uma forma transitória, partindo do pressuposto de que faria sentido um estudo com alternativas economicamente compatíveis com aquilo que são os benefícios dessas linhas.

Essa questão implica um interregno de dois anos, pelo menos, mas não pode ser separada daquilo que é a Tarifa Açores e das

vantagens do ponto de vista da coesão que trouxe a Tarifa Açores...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... naquilo que é a opção de muitos dos passageiros que, utilizando num período de três ou quatro meses a linha sazonal, agora, alternativamente, têm, durante 12 meses, condições muito mais vantajosas através da via aérea. E, não obstante a própria linha sazonal, naquilo que é o Grupo Central, mantem a sua atividade com oferta reforçada, e que a experiência do próximo ano poderá indicar ao Governo a necessidade do reforço da oferta, ainda que no âmbito do caderno de encargos, com essa validade de dois anos, porventura, com mais um.

A questão da mobilidade também foi explicada no debate do Orçamento e foi explicada sobretudo pela gravidade que representou, do ponto de vista da legalidade, em função daquilo que foi o compromisso do anterior Governo Regional, em função de encaminhamento de residentes, ou só de passageiros.

A verdade é que aquilo que era a comunicação à União Europeia falava em passageiros residentes.

Aquilo que foi a prática aplicada pelos governos anteriores foi, de uma forma genérica, a todos os passageiros.

Mas também convém explicar o seguinte:

Aquilo que consta nesta nova modalidade de mobilidade garante todo o encaminhamento de residentes, ou seja, cerca de 50%, todos os que beneficiavam desse encaminhamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Além disso, é bom não esquecer que o encaminhamento aplica-se apenas aos voos vindos do continente e não aos voos internacionais ou com origem...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... noutras partes do mundo, quer seja da Europa, quer seja dos Estados Unidos.

Também é bom referir que, quem utilizar a SATA, tem a tarifas praticamente iguais e isso também pode ser demonstrado com qualquer consulta ao site da SATA.

Mas esse assunto não está encerrado e aquilo que disse o Governo, é aquilo que nós esperamos. Desafiamos o Governo, para que aos não residentes que venham do continente e que beneficiavam, e deixaram de beneficiar, dos encaminhamentos, seja encontrada uma alternativa economicamente compatível com aquilo que são os recursos da SATA e da Região, mas que traga alguma justiça e que não prejudique outras ilhas, nomeadamente as ilhas que não recebem voos das *low cost* e que não fiquem desfavorecidas relativamente às ilhas de São Miguel e Terceira.

Mas essa questão tem de ser estudada de uma forma racional, economicamente compatível com aquilo que são os respetivos benefícios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É este desafio que renovamos também ao Governo, que essa medida, essa alternativa aos encaminhamentos de quem

não é residente e vem do Continente, e nas condições que se aplicava a quem não era residente, que seja rapidamente encontrada essa alternativa. Diria que é urgente e esse é o desafio que deixamos ao Governo, realçando, naturalmente aquilo que são as vantagens da coesão.

O balanço que é feito de um ano de governação deste Governo, é que, em matéria de coesão, nós estamos muito melhores do que aquilo que estávamos com a governação anterior.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor. Tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Esta declaração política que o Partido Socialista nos traz hoje, pela voz do Sr. Deputado José Ávila, é sobre um assunto obviamente pertinente e que interessa a todos os açorianos. Tem a ver com a mobilidade e as ligações entre todos nós.

Efetivamente tenho de concordar, e o CDS concorda e partilha, de que aquilo que foi bem-feito não deve ser desfeito.

Mas eu julgo que há um equívoco na declaração política, quando alega que há coisas que foram bem-feitas. No nosso entender, não são assim grandes conquistas ou pelo menos alternativas.

E quando se fala da mobilidade dos açorianos, e quando nos fala o Sr. Deputado José Ávila sobre o transporte sazonal marítimo, nós não podemos dissociar aquilo que era o transporte sazonal marítimo com aquilo que foi o transporte aéreo de passageiros com a implementação da Tarifa Açores.

Nós não podemos dissociar um milhão de pessoas que foi transportado em toda a operação do transporte sazonal, com cerca de 100 mil viagens que são mensalmente vendidas pela SATA Air Açores, atualmente.

Ou seja, num mês, temos 10% de toda a operação do investimento de uma década. Isso é indissociável. Há uma melhoria. Efetivamente há muito a fazer, nomeadamente no transporte de mercadorias, mas isso é algo que também a própria SATA veio dar razão àquilo que era, há muito, uma intensão do CDS e que foi aprovada, inclusivamente, por Governos do Partido Socialista, mas que nunca produziu resultados, que foi o estudo sobre o avião mini-cargueiro, um avião cargueiro para o transporte de mercadorias interilhas, que o Governo Socialista, efetivamente, nunca levou a cabo, ou pelo menos, se levou, nunca o tornou público.

Relativamente ao encaminhamento gratuito de passageiros há um facto! É que a Resolução do Conselho de Ministros o que diz é que os encaminhamentos são apenas para residentes. E é exatamente aquilo que agora continua a constar.

Entendo até que poderia aqui configurar alguma concorrência, não digo desleal, mas pelo menos de alguma desigualdade, entre as empresas que, no fundo, operavam apenas para uma ilha, mas que podiam vender todo arquipélago sem depois ter qualquer despesa nisso, enquanto temos uma própria empresa de bandeira que concorria com outros valores.

A realidade é que há muito por fazer aí, ainda também, e este Governo tem de fazer algo naquilo que tem a ver com os encaminhamentos e que pode passar tanto pelo Air Pass, que foi falado pelo Sr. Secretário, como até este Governo tem de instar a própria SATA a procurar acordos *interline* que possam, no fundo, permitir interligações entre outras empresas com a nossa empresa, com a SATA Air Açores, com as ligações regionais.

Efetivamente é isso que temos de avaliar, muito bem, é se queremos um turismo de massas *low cost*, ou se queremos um turismo que permita concretizar mais com menor pressão ambiental, por exemplo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, fazer mais com menos.

É isso que eu julgo que é a grande aposta na Região, não é fazer um turismo de massas *low cost*, mas sim um turismo de nicho que

permita efetivamente tirar mais rendimento com aquilo que é o nosso produto de maior valor acrescentado, que é efetivamente a nossa Região, é a nossa natureza exuberante, é a nossa cultura. É isso que nos demarca dos demais e é isso que nós devemos vender para os poucos que consigam cá vir e assim, sim, ter rendimento e haver crescimento económico sem depauperarmos aquilo que é a nossa maior riqueza.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O assunto que o Sr. Deputado José Ávila nos trouxe a este Parlamento, é um assunto bastante relevante e eu apreciei a forma construtiva como apresentou a questão.

Evidentemente tenho algumas discordâncias do ponto de vista da análise que efetuou, nomeadamente eu considero que é importante reconhecer, e V. Exa. não o fez, o enorme significado, para a mobilidade dos açorianos, que significa o êxito da Tarifa Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é muito relevante e é um êxito dos Açores, eu diria que é uma das medidas que neste momento e ao longo deste ano teve um impacto muito, muito, positivo. Isso é reconhecido amplamente por toda a população.

Devo dizer também que existiram outras melhorias. Dou-lhe aqui outro exemplo, no âmbito do abastecimento de mercadorias à Ilha do Corvo e também às Flores,...

Deputado José Ávila (PS): E é um investimento.

O Orador: ... em que o que aconteceu foi, nos últimos dois anos, aquela ilha esteve 50 dias sem abastecimento marítimo de mercadorias, para além da situação dramática em que a população ficou, nomeadamente no que diz respeito ao abastecimento de combustível, com uma conjuntura de rotura a muito poucas horas do abastecimento de combustível e com todos os prejuízos que isso causaria à população, para além do susto que isto provocou na população.

Portanto, esse problema, veja bem, foi resolvido...

Deputado Nuno Barata (IL): Mas sem eficiência!

O Orador: ... também com eficácia. Ao longo da operação deste ano não temos uma única falha. Uma única semana de falha!

É possível fazer melhor? É!

Está a ser feito e está a ser feito sem nenhum tipo de descontinuidade, não falhando uma única semana.

Eu bati-me aqui ao longo de muitos meses. O que vos disse, na altura em que os senhores tinham responsabilidades governativas, foi que era possível fazer melhor e servir melhor as populações, e foi isso que foi feito e é isso que está a ser feito, com êxito. Com êxito assinalável, até ao momento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Devo dizer também que em relação à questão dos encaminhamentos, eu não fujo a essa questão.

É importante que exista uma distribuição dos fluxos turísticos por todas as ilhas e é evidente que os encaminhamentos estavam a ter um papel muito positivo nesse sentido.

Deputado Manuel Ramos (PS): É verdade!

O Orador: Porque senão, o que nós vamos ter é uma concentração do fluxo turístico em apenas algumas ilhas e isso é negativo e isso é inaceitável.

Por isso é que eu devo dizer é que reconhecemos que existem melhorias a efetuar no sistema, e uma delas era evidente, que era, de facto, a falta de oportunidades de mobilidade para os residentes, era um problema gravíssimo a nível do Corvo, das Flores, da Graciosa (muitas ilhas), em que os residentes tinham muita dificuldade em sair das suas ilhas dado o grande aumento do fluxo turístico.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: Nós, o que queremos, é o desenvolvimento económico e também que os fluxos turísticos nos cheguem para

promover o crescimento económico, mas isso também pode transformar a vida e a mobilidade dos residentes num inferno.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: E, nalgumas das nossas ilhas, era isso que estava a acontecer.

Portanto, tem de ser encontrada uma solução; uma solução que acautele a capacidade e a mobilidade de deslocação dos residentes, e também que acautele que nos cheguem fluxos turísticos.

Ora, esse é um desafio que pertence ao Sr. Secretário dos Transportes. Eu espero que a resposta que seja encontrada seja uma resposta que acautele que esses fluxos turísticos nos cheguem também às ilhas de menor dimensão. É essa a sua responsabilidade e posso-lhe dizer que da minha parte eu espero prover as soluções que são apresentadas e a sua eficácia. Se não resultarem, obviamente, irei pedir responsabilidades.

É uma questão muito importante. Não podemos promover o crescimento turístico apenas em algumas ilhas. Isto não pode acontecer.

Portanto, tem de ser encontrada uma solução que permita, por um lado, resolver o problema de mobilidade dos residentes, que era um problema grave, que estava a ter uma dificuldade de concretização muito grande e, por outro lado, garantir que chegam os fluxos turísticos necessários para o crescimento económico dessas ilhas.

Portanto, em relação a essa preocupação que aqui foi expressa por parte do Partido Socialista, devo dizer que essa também é uma preocupação por parte do PPM.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo)

Presidente: Muito obrigado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, faça favor.

Tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Transportes, Turismo e Energia
(Mota Borges): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dar aqui duas ou três notas relativamente às questões que o Sr. Deputado José Ávila colocou, umas delas relativamente à operação sazonal que este ano de 2021 não esteve, nem estará no próximo operacional, e outra relativamente aos encaminhamentos.

Já tive oportunidade, aqui, nesta câmara, de transmitir a justificação de uma e de outra, e estou disponível para aqui, e em qualquer outro fórum, voltar ao tema e esclarecer aquilo que eventualmente não tenha sido entendido de uma forma clara.

Queria começar por dizer que, no tocante àquilo que inscrevemos no Plano deste Governo, relativamente à coesão territorial e à consideração de todas as ilhas por igual, nós mantemo-nos na mesma linha, só que nos mantemos de forma diferente.

Portanto, essa atenção vai ser mantida e a primeira linha de ação que veio a consomar a medida concreta para o contributo da coesão territorial foi o lançamento da Tarifa Açores que, de facto, trouxe um ambiente de circulação interna das ilhas, inédito, e que teve um eco expressivo nos meios de comunicação bem expresso e mesmo nas forças sociais económicas com as quais nos cruzamos durante este ano, que fizeram um elogio claro das consequências de natureza económica e de circulação dentro das ilhas.

É verdade que a operação sazonal está suspensa por dois anos, está em estudo a sua eventual recomposição noutros moldes e, portanto, conforme foi patente aqui na discussão do Plano, está prevista a construção de um, ou dois navios para injetar, ou colocar, ao serviço da Região.

Portanto, vamos estudar a melhor forma de os pôr ao serviço da ligação marítima de passageiros interilhas e, quando tal acontecer, esta câmara será oportunamente informada de tal facto.

Relativamente aos encaminhamentos há pouco tempo também tive a oportunidade de transmitir aqui a contingência ou as contingências que estiveram associadas à sua suspensão parcial, e tinha a ver com o seguinte:

Os encaminhamentos, de facto, mantêm-se para os residentes. Que não haja dúvidas relativamente a isso, e vou sublinhá-lo as vezes que forem necessárias. Os encaminhamentos para residentes mantêm-se exatamente como se mantinham no passado.

O que aconteceu foi que tivemos que lançar o concurso público internacional para as OSP regionais e para isso tivemos de nos suportar numa comunicação feita no início de 2020, à Comissão Europeia, onde estava expresso que os encaminhamentos eram só para residentes.

Portanto, foi com base nessa comunicação que, de facto, os encaminhamentos estão, parcial e temporariamente, suspensos. Portanto, vamos encontrar, e estamos a trilhar caminhos nesse sentido, uma solução próxima de um *interline* que nos arranje forma de promover a circulação de residentes, não nas ilhas, mas no espaço continental, de forma a acederem às ilhas, senão na forma que o faziam no passado, mas de uma forma facilitada de maneira que a coesão, de facto, se mantenha a esse nível na distribuição dos fluxos turísticos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS. PP, PPM e Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, Sr. Deputado José Ávila, para encerramento desta declaração política, tem a palavra.

(*) Deputado José Ávila (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar fazendo algum feedback relativamente a algumas questões que foram aqui levantadas pela Sra. e pelos Srs. Deputados que falaram e pelo Sr. Secretário Regional.

Queria começar pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, que é uma pessoa que também foi eleito numa ilha pequena e que compreende esta situação.

Digo, Sr. Deputado, que o senhor tem muita sorte. O senhor tem muita sorte, porque o Sr. Secretário nunca disse, do serviço que foi contratado agora para servir o Corvo (e bem, porque eu entendo que esse serviço é um bom investimento), aquilo que disse sobre a Linha Amarela, que andava só a gastar gasóleo e com uma ocupação de 30%.

Deputado Nuno Barata (IL): Mas eu posso dizer, não tenho problema!

O Orador: Repare bem! Há aqui uma ligeira diferença entre as duas situações e, no meu entendimento, não deveria ter havido.

Eu pergunto ao Sr. Deputado (sei que não pode responder já, mas é uma pergunta retórica) se não acha que o Governo deveria ter arranjado uma solução primeiro para interromper este serviço? Acho que seria o mais lógico. Vamos primeiro estudar, vamos consultar as entidades de cada uma das ilhas, e depois vamos substituir um serviço que seria provável para o Governo, que fosse melhor que o atual.

Agora, dismantelar o existente, dizendo que se vai estudar e que se vai implementar daqui a dois ou três anos, acho que é um erro gravíssimos para as nossas ilhas, sobretudo para as ilhas mais pequenas.

Sr. Secretário, a sua justificação foi feita aqui novamente, mas nunca me irei esquecer que o Sr. Secretário disse que a Linha Amarela só tinha uma ocupação de 30% e que andava só a gastar gasóleo.

O senhor diz que realmente os encaminhamentos dos residentes continuam a existir. Muito bem!... Mas diga-me uma coisa: os residentes se calhar não vão fazer turismo para a Graciosa. Eu preciso para a Graciosa, para São Jorge, para o Pico, para o Faial e para outras ilhas encaminhamentos de turismo para encherem os nossos hotéis...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estão muito cheios!

O Orador: ... e movimentarem a nossa restauração, para que não fiquem atrás das ilhas que, neste momento, têm *gateway*.

Sr. Deputado Rui Martins, fazer mais com menos!... Parece-me que não é bem assim. Estão a fazer mais, talvez, mas com mais.

E digo outra coisa (repare!): acha que é fazer mais, promovendo a venda de um período que já está vendido por natureza? Vamos vender ainda mais no verão? Como? Pode esticar ainda mais? Acho que não!

Temos de vender é outras ilhas, outros destinos e em períodos diferenciados.

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, parece que o Governo encontrou uma omissão! E eu pergunto: e o que é que fez para resolver isso? Fez alguma coisa? Ou deixou ficar e deixou andar e por isso encerrou os encaminhamentos para as ilhas sem *gateway*.

Sras. e Srs. Deputados, realmente quem vos viu e quem vos vê!

Ainda recentemente, há cerca de um ano, tudo estava mal! Estava mal os transportes aéreos, estava mal os transportes marítimos, a saúde estava mal,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Também!

O Orador: ... a pobreza não existia, ou a pobreza era um problema.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Isso é mentira!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Os senhores é que diziam isso!

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Machado, percebo a sua excitação, mas tenha calma que passo a explicar.

A pobreza para os senhores era um grande problema. Agora não existe, parece que não existe. Os senhores talvez não andam na rua para ver os sinais que andam a aparecer em todas as ilhas dos Açores.

É que de repente parece que ficou tudo bem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Num ano passou do pior para o melhor. Reduz-se os serviços e fica tudo bem; reduzem-se serviços essenciais e parece que não se passa nada; acabam-se com as conquistas como o transporte marítimo de passageiros, os encaminhamentos aéreos e fica tudo bem.

Não, Sras. e Srs. Deputados!... As conquistas não são nossas, são do povo açoriano e, como tal, devemos ter mais respeito e consideração por essas conquistas e temos que as tratar de um modo transparente que é um dos grandes lemas deste Governo.

Faz algum sentido deixar São Miguel, Santa Maria e Flores sem transporte marítimo de passageiros?

Faz algum sentido deixar a Graciosa, São Jorge e Pico sem um serviço com mais capacidade para transporte de viaturas e passageiros?

E as festas? Como é que vamos resolver o problema da mobilidade dos açorianos em períodos de festas?

Faz sentido um turista gastar mais num Ponta Delgada/Graciosa, por exemplo, do que Lisboa/Ponta Delgada?

Faz sentido um turista pagar muito mais...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fazia sentido era quando os residentes pagavam mais do que os outros! Isso é que fazia sentido!

O Orador: ... nas suas férias, apenas porque optou...

Sr. Presidente, assim não dá.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir...

O Orador: Eu pergunto é se faz algum sentido um turista pagar mais pelas suas férias, porque quis optar por uma ilha sem *gateway*? Faz algum sentido, Sr. Deputado Joaquim Machado?

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Eu vou terminar já, dizendo e confirmando que estas duas decisões foram tomadas unilateralmente sem consultar ninguém e representam um retrocesso inaceitável nas políticas de coesão.

Espero, muito sinceramente, que os decisores da União Europeia nunca olhem para os Açores como parece que alguns políticos estão a olhar para algumas das nossas ilhas.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):
Nomeadamente António Costa!

O Orador: Quando se grita por mais apoios para as Regiões Ultraperiféricas, não se esqueçam das ilhas que são a periferia nesta região e como tal também precisam de ultrapassar as dificuldades que a geografia lhes impõe.

Para isso é preciso investimento (é preciso investimento!) que não pode ser confundido com despesismo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito obrigado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está encerrada a declaração política e, atendendo à nossa hora, vamos fazer a nossa interrupção para o almoço.

Até logo.

Eram 13 horas e 01 minutos

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Sr. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, desta feita com a Agenda, entrando no ponto um: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XII - “Regula a extinção da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.”**. É, naturalmente, uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores.

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes, conforme estipula o nosso artigo 132.º do Regimento, estão assim distribuídos:

O autor da iniciativa, o Governo, e o Partido Socialista dispõem de 22 minutos, o PSD de 20 minutos, o CDS-PP de 14 minutos, o Bloco de Esquerda e o PPM dispõem ambos de 12 minutos, as Representações Parlamentares de 10 minutos cada, o Sr. Deputado Independente dispõe de 5 minutos.

Para apresentação da iniciativa tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Joaquim Bastos e Silva*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A racionalização do Setor Público Empresarial Regional, é um dos objetivos do XIII Governo Regional dos Açores.

Esta racionalização passa pela redução e extinção de empresas públicas, quando seja possível prosseguir o interesse público, de forma mais eficiente e menos onerosa, de forma direta pela Administração Pública Regional, no âmbito das suas atribuições e competências.

A Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, AZORINA, foi criada em 2010, pretendendo modernizar a atuação administrativa e assegurar os princípios da racionalidade

económico, do interesse público e o reforço da função reguladora e fiscalizadora.

Passados mais de 10 anos considera-se necessária a racionalização que conduz a uma melhor gestão da prossecução do interesse público.

De acordo com as opções do XIII Governo Regional dos Açores, as atribuições cometidas à AZORINA não justificam a sua manutenção na estrita medida em que as suas atribuições podem ser prosseguidas pelos serviços competentes da Administração Regional Autónoma.

À semelhança do que se verificou com a SPRHI e com a SAUDAÇOR, também aqui se constatou que não foram integralmente atingidos os objetivos que estiveram na base da sua constituição.

Assim, as atribuições da AZORINA relativas à promoção e apoio à gestão integrada das áreas protegidas terrestres e marinhas, valorizando os recursos naturais e paisagísticos e a biodiversidade e geodiversidade do arquipélago dos Açores, serão integradas nos departamentos do Governo Regional com competência em matéria de ambiente, alterações climáticas, ordenamento do território, recursos hídricos e recursos florestais.

A AZORINA demonstra uma dependência financeira dos contratos programa, que estabelece com o Governo Regional, constituindo estas injeções de capital a parte mais significativa da sua receita.

Estas transferências da Região Autónoma para a AZORINA entre 2016 e 2020, totalizaram mais de 14 milhões de euros.

No que se refere às receitas resultantes de vendas e prestações de serviço, em 2018 e 2019, foram respetivamente 1,8 e 1,9 milhões de euros.

À data de hoje o passivo bancário está próximo dos 6 milhões de euros. Ao nível da sua atividade é evidente a sobreposição de funções, de competências e interferências, numa colisão da AZORINA com as funções da Direção Regional do Ambiente e da Direção Regional dos Recursos Florestais.

Quer isto dizer que são as mesmas competências multiplicadas a entidades, infraestruturas e recursos humanos a desempenhar a mesmas tarefas e funções.

Não se trata de articulação, colaboração ou complementaridade entre a AZORINA e os diversos serviços da Administração Pública Regional.

Trata-se, sim, de duplicação de custos e redundância, com claros prejuízos para o erário público regional.

Não queremos que, por si só, a componente comercial da AZORINA, assente nas receitas de bilheteira, possa justificar a existência da sua estrutura sob a forma de Sociedade Comercial.

Veja-se que na Região e em todo o país não houve necessidade de constituir sociedades comerciais para efetivar a cobrança de entradas e a conseqüente receita pública.

Acresce que o objeto social principal da AZORINA não inclui qualquer atividade económica com o fim último de obtenção de lucro, mas antes “a promoção e o apoio à gestão integrada das áreas protegidas terrestres e marinhas, valorizando os recursos naturais e paisagísticos e a bio e geodiversidade do arquipélago,...

Deputado Carlos Silva (PS): E então?

O Orador: ... a realização de projetos e ações destinadas a proteger a biodiversidade, a geodiversidade, os recursos naturais, nomeadamente os hídricos e os geológicos, bem como a adoção das consequentes medidas de gestão de território, construção, exploração e manutenção de infraestruturas destinadas à recolha, transferência, valorização e destino final dos resíduos, águas residuais e seus derivados”.

Assim não se vislumbra qualquer vantagem económico financeira ou operacional na continuidade da AZORINA, face à existência de diversas entidades na esfera da Administração Pública Regional, habilitadas e competentes para desempenhar as funções que lhe são atualmente acometidas.

Em relação aos encargos com remunerações do Conselho de Administração da AZORINA, de acordo com os relatórios e contas da empresa, estes representaram 582 mil euros, nos últimos 5 anos, (2016 a 2020), a que corresponde uma média de 129 mil euros, até 2019, para os Membros do Conselho de Administração, 65 mil euros em 2020, e 72 mil euros este ano.

Em relação aos trabalhadores da AZORINA, a presente proposta prevê que os trabalhadores com contrato de trabalho por tempo indeterminado e a termo, sejam integrados nos diversos serviços da Administração Pública Regional, após aprovação em concursos, através dos quais serão sujeitos a um processo simplificado de seleção restrito.

Findo este processo, serão celebrados contratos de trabalho em regime de direito público, por tempo indeterminado, à semelhança do que ocorreu nos anteriores processos de extinção das empresas SPRHI, SAUDAÇOR, SDEA e SINAGA.

Continuarão válidos os contratos de estágio e socioprofissionais não havendo, nestes 18 casos, lugar à integração, apenas o direito que é legítimo à conclusão do programa em concurso.

Em julho deste ano foram realizadas reuniões presenciais com todos os 207 trabalhadores da AZORINA distribuídos pelas nove ilhas.

Nestas reuniões, o Governo Regional fez-se representar por um elemento da DROAP e um elemento da Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Em alternativa à opção de integração na Administração Pública, os trabalhadores foram informados de que são livres de escolher, de forma esclarecida, o direito à indemnização por extinção do seu posto de trabalho, nos termos do Código de Trabalho.

Caso optem pela cedência de interesse público e celebrem contrato a termo incerto, os trabalhadores passarão a ter a

categoria, carreira existente na Administração Pública, que lhes seja reconhecida para efeitos de integração após o procedimento concursal, passando a ser remunerados de acordo com o Estatuto Remuneratório das mesmas.

Cento e oitenta e oito trabalhadores serão integrados na Administração Regional.

O processo de extinção da AZORINA constitui a conclusão da primeira fase de reorganização e reestruturação do Setor Público Empresarial Regional, levado a cabo pelo XIII Governo Regional, passados que estão 12 meses da sua entrada em funções, o que permite reduzir o peso do Setor Público Empresarial Regional à semelhança do se que sucedeu com a SDEA e com a SINAGA.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Está apresentado o diploma e estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista entende, sobre a AZORINA, em primeiro lugar, tecer algumas considerações prévias. Já tivemos essa abordagem em Comissão, mas importa também aqui esclarecer algumas matérias que, no nosso entender, não foram devidamente esclarecidas.

Em primeiro lugar, nós entendemos que a AZORINA desempenhava, e desempenha, um papel importante na gestão ambiental dos parques naturais, na gestão integrada das áreas protegidas e isso não deve ser desvalorizado.

Não ser associada a questão do lucro, à partida, mas a verdade é que nos últimos anos a AZORINA conseguiu obter receitas próprias de montantes significativos.

A título de exemplo, em 2019, e um ano de pré-pandemia, as receitas próprias da AZORINA atingiram os 1,9 milhões de euros. Dirá o Sr. Secretário Regional das Finanças: era suficiente para fazer face a todos os encargos? Não, não era.

Mas dizer que não tinham uma atividade mercantil também não é verdade. Se compararmos até com outras empresas públicas que o Governo pretende manter e não pretende extinguir, nós podemos comparar que a AZORINA tinha receitas próprias muito mais elevadas. Comparo, por exemplo, com o IROA que irá manter-se na esfera pública, e bem,

A AZORINA tem receitas próprias muito mais elevadas, mas vai ser extinta.

Portanto, esse é, desde logo, um primeiro argumento que entendemos ser importante clarificar aqui.

Também não concordamos com a apreciação que o Sr. Secretário faz, que a AZORINA tem um papel redundante. Redundante, porque, supostamente, não acrescenta nada à atividade que exerce. E nós não concordamos porque, desde logo, o facto da AZORINA trabalhar com outros departamentos do Governo, é complementar e não é redundante. Isso é normal acontecer. Mais uma vez cito o exemplo da IROA. A IROA trabalha em cooperação com os departamentos do Governo da Agricultura e isso não faz da sua atividade redundante.

Podemos ir também à Atlânticoline e a outras empresas públicas. É normal que haja uma cooperação com vários departamentos do Governo, sem que isso torne a atividade da empresa redundante ou desnecessária,

Também importa aqui esclarecer que com a extinção que está prevista da IROA, aquilo que vem no diploma é que os serviços que eram até agora exercidos pela AZORINA passam a ser exercidos por 4 ou 5 departamentos diferentes, incluindo a Agricultura, incluindo Alterações Climáticas, Serviços Hídricos. Ou seja, essa própria distribuição das funções que eram exercidas é uma justificação para a não extinção da empresa, porque um dos objetivos da existência da AZORINA era a gestão integrada de vários serviços. Com a sua extinção, basicamente os serviços passam a ser divididos e a ser exercidos por vários departamentos

do Governo. Aqui, contraria até a ideia de que pretendemos racionalizar a atividade que era exercida pela AZORINA.

Também do ponto de vista financeiro, já foi de certa forma abordado, mas o Sr. Secretário reiterou a questão do contrato programa.

Até ficámos com a ideia de que, com a extinção da AZORINA, as verbas que eram alocadas a esse contrato programa, deixa de haver uma alocação dessas verbas para as finalidades que eram consignadas: a gestão integrada, a gestão dos parques naturais, a proteção das áreas protegidas, peço desculpa pela redundância.

Portanto, também aqui não haverá qualquer poupança e isso foi realçado, em parte, em Comissão. O Sr. Secretário disse, por um lado, que não havia poupança, mas depois não conseguiu resistir à demagogia dos salários para dizer que afinal havia uma poupança.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Não é verdade!

O Orador: É verdade! Disse isso em Comissão, mas se o Governo não pretende desinvestir nos serviços que eram exercidos pela AZORINA, então a razão de argumentar que a sua extinção vai provocar alguma poupança, também cai por terra e também não se concretiza, porque se pretende manter a alocação de verbas à gestão ambiental e à proteção de áreas protegidas, então a sua manutenção como atividade e o exercício dessa

atividade pela AZORINA justifica-se e não existe o argumento de que ela é desnecessária e que devia ser extinta.

Também a questão dos encargos da administração foi aqui realçada.

O Sr. Secretário fez uma média dos últimos anos, de forma a tentar reduzir o impacto que tinha sido o último ano que está previsto nas contas, que foi 2020, e cujos encargos rondaram os 64 mil euros, como confirmou agora, embora em Comissão tenha referido 80 mil euros, mas penso que esse assunto também já ficou esclarecido.

A questão que nós colocamos, Sr. Secretário, é: com a extinção da AZORINA, com a atribuição das suas funções a 4 ou 5 departamentos do Governo, será normal que o Governo também crie cargos de dirigentes ou de coordenadores para controlar a atividade que era exercida pela AZORINA.

Se vai efetivamente criar esses cargos, que é normal que aconteça,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Normal?!

O Orador: ... até para gerir os 180 trabalhadores, então também aqui haverá, de certa forma, algum dispêndio com os encargos salariais das pessoas que eram responsáveis pela gestão dessas funções.

Também aqui o argumento da poupança dos salários da pessoa que estava na administração e que, por acaso, também é funcionária pública, não nos parece que seja sensato, mas

conforme realçámos, nós entendemos que a extinção da AZORINA é uma questão que não se prende por questões económicas ou racionais, mas sim uma opção política, que é legítima, mas que é uma opção política deste Governo em extinguir a empresa AZORINA de forma a dar cumprimento àquele que é o seu programa.

Mas, no nosso entender, isso não faz sentido porque ela não constituía um encargo para o erário público, isso é visível nos capitais próprios que são positivos e que foram confirmados na ordem dos 8 milhões de euros, e, portanto, não contribuía, negativamente para o défice das contas públicas.

Já aqui referimos que as receitas próprias, em 2019, atingiram quase os 2 milhões de euros, e isso resulta da exploração dos parques naturais.

Também importa clarificar que o papel que a AZORINA tinha na gestão integrada dos parques naturais, é um papel que, no nosso entender, é importante, porque exatamente garantia essa gestão integrada e merecia ser acautelado.

De qualquer forma, também gostaríamos de deixar algumas questões ao Sr. Secretário das Finanças, mas se calhar, também o Sr. Secretário das Alterações Climáticas e do Ambiente poderá esclarecer.

Dos cerca de 188 trabalhadores que serão integrados, Sr. Secretário, qual era o vínculo desses trabalhadores? Eram todos contratos sem termo? Existiam alguns trabalhadores com contrato

a termo e alocados a alguns projetos? Ou existiam também alguns trabalhadores com contrato de trabalho, em comissão de serviço, que possam não ficar abrangidos pela integração?

Temos informações diferentes sobre casos de trabalhadores que estão alocados a projetos e que serão integrados e temos também exemplos de trabalhadores que estão alocados a projetos, mas que não ficarão integrados na Administração Pública Regional.

Portanto, esse é um assunto importante que deve ser esclarecido, porque importa acautelar os direitos dos trabalhadores na possível extinção que está a ser aqui discutida.

Portanto, aguardamos pelos esclarecimentos.

Muito obrigado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições?

Sr. Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A AZORINA é uma empresa pública criada em 2010, cujo objeto se sobrepõe às competências da Administração Pública Regional.

À data da sua criação opusemo-nos alertando para a duplicação de estruturas, para os custos acrescidos e para a menor transparência que a criação desta empresa acarretaria.

A proliferação de empresas públicas, seja na Administração Central, Local ou Regional, que em tempos se verificou no país, constituiu uma forma de desorçamentação que, com as regras estatísticas do EUROSTAT, entretanto criadas, deixou de ser atrativo.

Evidentemente que processos de internalização de empresas públicas, cuja existência não se justifique por motivos de desenvolvimento de uma atividade essencialmente comercial, ainda que de serviço público, são aceitáveis e em muitos casos são o caminho a seguir.

Desde a passada legislatura que diversas empresas públicas regionais foram extintas, processo esse que teve continuidade na presente legislatura, já com o atual Governo Regional.

Em todos esses processos encontramos, no entanto, o mesmo problema de fundo: são violados os direitos dos trabalhadores, nomeadamente no que diz respeito ao tempo de serviço e ao seu posicionamento remuneratório. Ou seja, há trabalhadores que veem o seu salário ser cortado, e os anos do seu trabalho serem apagados, por via da não contabilização integral do seu tempo de serviço.

A decisão de extinguir esta empresa, a AZORINA, é uma decisão do poder político, é da Região, e, por isso, não podem de modo algum serem os trabalhadores a pagar o custo dessa decisão.

Em todos esses processos a mesma injustiça e desrespeito por quem trabalha.

Mudou o Governo, mas a política ficou!

Neste caso em concreto, verifica-se que se reduz o salário de 18 trabalhadores e apaga-se a antiguidade e avaliação de desempenho dos dirigentes em comissão de serviço.

Para além disso, não é claro o que acontecerá com os trabalhadores com contratos a termo certo.

Não nos oporíamos à extinção de uma empresa que, na prática, cumpre competências que são da Administração Regional, se essa extinção, entre outros princípios, assegurasse, na íntegra, os direitos dos seus trabalhadores.

Opomo-nos, sim, e à semelhança do que fizemos nos processos de extinção de outras empresas públicas, a uma extinção que prejudique seriamente os seus trabalhadores.

Ainda assim, não deixaremos de apresentar propostas de alteração, na especialidade, a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que garantam os direitos dos trabalhadores e minimizem o impacto negativo sobre a sua vida e sobre a sua carreira.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

A proposta de DLR nº 14/XII, regulando a extinção da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A. (Azorina), é mais uma iniciativa legislativa deste Governo, cumprindo os programas eleitorais dos partidos desta coligação e do programa do Governo.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: O que se passou durante a governação socialista em matéria de SPER foi verdadeiramente uma estratégia errada determinada com objetivos de circunstância e de curto prazo.

Nalgumas situações pretendeu-se apenas fugir ao perímetro orçamental, permitindo recorrer a financiamento sem que tal refletisse no stock de dívida pública, face às regras que em cada momento impostas pelo Eurostat, não evitando que a fatura chegasse mais tarde, inevitavelmente, aos contribuintes.

Deputados Flávio Soares e Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Muitas das empresas constituídas não desenvolviam qualquer atividade mercantil, característica *sine qua non*, para a justificação da existência de qualquer entidade empresarial.

Foram os casos da SAÚDAÇOR, da SPRIH, da AZORINA e da SDEA entre outras.

Noutras situações, foi um apetite desmesurado em intervir na economia, estendendo os braços da Administração Pública a áreas de pura atividade de mercado, como se, não tendo sido possível viabilizar essas empresas com a gestão privada, tivesse a Administração Regional essa capacidade. Foram prejuízos sucessivos e um encargo para o erário público, como no caso da SINAGA.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Mas, para memória, futura importa recordar os números.

Em 2017, as participações da Administração Regional (diretas, indiretas, totais e parciais) ultrapassavam mais de 50 entidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O anúncio pelo CDS da proposta de criação de uma Comissão de Inquérito ao SPER no início de 2018, subscrita pelo PPM e pelo PSD, teve como consequência imediata e como reação o anúncio pelo Governo de então, de um processo de reestruturação do SPER, o qual determinou a extinção de empresas como a SPRIH e a SAUDAÇOR, entre outras.

Perante a evidência da absoluta ausência de justificação para a sua existência, o Governo do Partido Socialista cedeu na sua teimosia, porquanto anteriormente já havia inviabilizado propostas da oposição nesse sentido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Ainda assim, as justificações apresentadas, oficialmente, tentaram sempre esconder o erro e o verdadeiro motivo da criação daquelas empresas, bem como, muitas vezes, o desvio das suas funções iniciais, como foi o caso da SPRIH.

Sendo o PS maioritário na referida Comissão de Inquérito, a votação do respetivo relatório e conclusões teve apenas o voto favorável do Partido Socialista.

O PSD, CDS e PPM votaram contra, sendo que nas suas conclusões próprias mencionaram e cito *“Constata-se que algumas entidades pouco contribuíram para os objetivos propostos com a sua constituição, sendo estas entidades do SPER frequentemente utilizadas como fonte de aquisição de dívida pelo que há já muito tempo se justifica a sua extinção, como são exemplo a SPRHI S.A., a AZORINA e a SAUDAÇOR”* e que ainda,

“Resulta das audições efetuadas, em especial relativamente a entidades como a LOTAÇOR, AZORINA, SPRHI, SINAGA, NONAGON, e ILHAS DE VALOR que houve uma intenção declarada de intervenção na economia de cariz planificador com manifestos resultados negativos”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Centrando ainda na AZORINA importa referir o seguinte:

Aquando da sua constituição, a Secretária da Agricultura incluía a área do ambiente, sendo que, à AZORINA foram atribuídas

competências em matéria das florestas. Posteriormente e ainda na mesma legislatura, com a separação do ambiente e a criação de uma secretaria regional própria, bem como na legislatura seguinte com o XII Governo Regional, prologou-se por inércia a mesma situação.

Ou seja, a AZORINA tinha como tutela a Secretaria Regional do Ambiente Turismo e Energia, mas tinha competências numa matéria que dependia de outra Secretaria.

A AZORINA sempre exerceu competências coincidentes com as do departamento do ambiente da Administração Regional. A sua extinção é, pois, uma medida antes de mais, de mero bom senso e de racionalidade administrativa e económica.

Desde a sua existência, a AZORINA recebeu do Orçamento Regional cerca de 14 milhões e deixa um passivo bancário de 6 milhões de euros.

O seu património passa a ser da RAA e a integração dos seus recursos humanos será pacífica.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD vota favoravelmente esta proposta do Governo Regional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor. Tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, reconheço o papel importante desempenhado pela AZORINA, pelas suas funções.

A questão que se levanta não é de desprezar as funções, é de, dentro da legitimidade da ação governativa e do direito de reorganizar (assumindo aí uma componente política, mas que não é ideológica, é organizativa) reconhecer que há formas mais eficientes de organizar os serviços para realizar aquelas importantes missões.

Portanto, não é a desvalorização da missão da AZORINA.

Eu próprio tive ocasião de dizer (e evito essas referências pessoais, mas não há dúvida que faz parte da minha vida) que eu, durante um período, fui Diretor Regional do Ambiente. Portanto, tenho uma sensibilidade que vem desses anos que exerci essas funções, onde já havia as áreas protegidas. Toda esta preocupação com estas intervenções, fazem parte da minha sensibilidade pessoal.

Mas não são, de facto, atividades mercantis. Felizmente, que hoje em dia, e fruto do turismo e do entusiasmo das populações, mesmo locais, existe centros de interpretação, existem entradas nos locais, existe, portanto, uma atividade que é ligeiramente mercantil e que ficámos aqui, dentro de uma ativamente normal, realizou nos anos 2018 e 2019, 1,8 e 1,9 milhões de euros, que não despidendo, mas que não é a razão da manutenção de uma empresa pública.

Nesse aspeto, Sr. Deputado António Lima, também já lhe responderei às questões que levantou e que são pertinentes, que têm a ver com as questões dos trabalhadores, mas que do ponto vista organizativo percebi que concorda que as funções da Administração Pública devem ser realizadas pela Administração Pública e não por outros organismos.

Nesse aspeto, estamos de acordo. Eu penso que isto é uma atividade, tipicamente, da Administração Pública e não empresarial.

Vamos então à questão dos trabalhadores. Temos de reconhecer todos que esta é sempre a questão principal. As pessoas, são, de facto, o centro da vida, o centro de tudo e é com elas que nós devemos manifestar as nossas preocupações de natureza ética e política. Neste caso, está em causa 188 trabalhadores que vão ser integrados. Nesse aspeto, a questão que se põe é, quais os que são... Também já explicarei o critério. O critério não é arbitrário,

o critério é absolutamente objetivo e é legal e legalista, no melhor sentido.

Cento e setenta, destes trabalhadores, têm ligeiras melhorias e 18 têm ligeiras reduções.

Quais são os critérios aplicados? Não são especiais para aqui, mas já agora passo, em revista, os critérios principais, porque acho que é que aqui no Parlamento que se deve fazer uma espécie de revisão da matéria dada.

“A integração ocorre na base das carreiras gerais da Administração Pública correspondentes às funções que estavam a desempenhar (técnico superior, assistente técnico, assistente operacional), sendo condição de integração a posse das habilitações legais exigidas para estas carreiras, para além dos demais requisitos legais exigidos para o provimento em causa.

Na ausência das habilitações legais exigidas, os trabalhadores serão integrados nas carreiras da Administração Pública em que se verifica o preenchimento do requisito habilitacional detido e cujo conteúdo funcional mais se aproxime daquele que vinha sendo exercido.

Os trabalhadores foram integrados nas carreiras da Administração Pública na mesma posição remuneratória atribuída aos trabalhadores da Administração Pública, nas mesmas carreiras, e com o mesmo tempo de serviço, sendo-lhes assim assegurada a equiparação na evolução das carreiras destes trabalhadores públicos.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*):

Muito bem!

O Orador: Para o efeito, de acordo com as regras existentes de evolução nas carreiras da Administração Pública, na integração e posicionamento remuneratório nas carreiras, foi contado todo o tempo que os trabalhadores possuíam em contrato por tempo indeterminado a partir de 2004...

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*): Comissão de serviço!

O Orador: ... até ao presente, nos mesmo moldes para os funcionários públicos, atribuindo a esse período relevante as avaliações de desempenho, que foi atribuída à generalidade dos trabalhadores públicos: bom, ou muito bom, de 2004 a 2008, e a partir de 2009 adequado.

De igual modo, o tempo detido pelos trabalhadores em contrato de trabalho, por tempo indeterminado, foi contabilizado para efeitos da duração do período experimental nas carreiras onde foram integrados, ficando, assim, isentos do mesmo, quando aquele período de tempo coincide e ultrapassa o mesmo.” Portanto, técnico superior 180 dias,... Há aqui uma série de preciosismo que não vale a pena estar aqui a ler.

“Na pendência do processo de dissolução e liquidação da AZORINA os trabalhadores foram cedidos através do regime de cedência de interesse público, celebração de contrato a termo incerto, em regime de direito público, ao órgão ou serviço de

Administração Pública Regional de acordo com o interesse das partes.”

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor. Tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, eu penso que não respondeu às minhas questões sobre os trabalhadores com contrato de trabalho e que estão alocados a projetos. Portanto, qual será o destino que será dado? Eles serão todos integrados?

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): São os 180!

O Orador: Eu fiz a pergunta e o Sr. Secretário não respondeu.

Temos informações que há trabalhadores que estão alocados a projetos, com algum prazo, e não serão abrangidos pela integração na Administração Pública Regional.

Portanto, se assim é, então a sua resposta de que serão todos integrados não é verdadeira, mas para evitar fazer conclusões

precipitadas, gostaríamos que esclarecesse se todos os trabalhadores que estejam com contrato de trabalho, mesmo aqueles em comissão de serviço, serão ou não abrangidos pela integração na Administração Pública Regional?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Prescindo, Sr. Presidente,

Presidente: Prescinda.

A Mesa não tem inscrições. Sr. Secretário Regional, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, não consigo responder-lhe a casos particulares. Os 188 trabalhadores serão todos integrados. Os que não serão integrados são os que estão a contratos ocupacionais de natureza diferente e também me referi a eles. Portanto, os 188 serão integrados. Não tenho informação específica para lhe dar, nem penso que seja aqui um sítio, no plenário para o fazer.

Muito obrigado.

Deputado Miguel Costa (PS): Não é? Mas o senhor acabou de dizer que era!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, há duas questões nas matérias que foram abordadas pelo Sr. Secretário, em resposta àquela que foi a minha intervenção inicial sobre esta matéria também.

Do ponto de vista funcional, do ponto de vista da organização, não temos nenhum problema com a integração desta empresa, ou de uma empresa com estas características, na Administração Pública. Como referi, não é essa a nossa discordância com a proposta. Ela advém exatamente das questões, em que fiz mais ênfase, na intervenção inicial, ou seja, na questão remuneratória, e na questão, neste caso em concreto desta empresa, do tempo de serviço.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas já respondeu!

O Orador: Na questão remuneratória, o Sr. Secretário leu a forma de integração, a carreira onde são integrados e o método de integração, mas o que isto resulta, e como disse também na sua intervenção, é que há 18 trabalhadores que têm uma diminuição na sua remuneração. Esse é que é um problema.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E porque é que isso acontece? O senhor tem a resposta.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E porque é que isso acontece? Até podem não ter habilitação nenhuma!

Deputado Nuno Barata (IL): Deviam ter!

O Orador: Se me deixar terminar.

Aqui, os trabalhadores não têm qualquer responsabilidade e a decisão de extinguir a empresa não é deles, é do Governo...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Qual Governo?

O Orador: ... e será desta Assembleia, que irá aprovar esta proposta.

Ora, não têm de ser prejudicados, de forma alguma, por esta decisão. Como sabem, esta discordância não é especificamente com esta maioria, nem com este Governo,

Já tivemos com o anterior Governo e já apresentámos as mesmas propostas de alteração e não vamos mudar de opinião, porque mudou de Governo, ao contrário do que muitas vezes acontece. Não vamos mudar de opinião e este princípio nós não abdicamos. Para além disso, a questão do tempo de serviço. O Sr. Secretário falou da questão de serviço dos trabalhadores com contrato de trabalho, mas não referiu a questão do tempo de serviço dos dirigentes que estiveram em comissão de serviço na AZORINA e que veem o seu tempo de serviço apagado. Na nossa opinião, isso não é correto, porque esse tempo foi tempo trabalhado e tempo trabalhado é tempo contado.

Não nos parece, de forma alguma certo, e não nos parece que seja uma decisão decente, por uma decisão da Assembleia e por uma

decisão do Governo, apagar-se o tempo de serviço de quem prestou um serviço à Região, e à empresa em particular, e que esteve na empresa em comissão de serviço. Estando no seu serviço original teria o seu tempo de serviço contado. Assim deixou de o ter.

Há uma situação aqui de injustiça e há uma situação de violação de direitos, nomeadamente o direito ao salário e à segurança, neste caso, na perspetiva da evolução salarial e da progressão na carreira.

Se os trabalhadores estavam integrados e se as carreiras são ou não exatamente compatíveis com aquelas que há na Administração Pública, eles não têm culpa de se terem criado carreiras, que não exatamente as mesmas daquelas que existem na Administração Pública. Não é sua responsabilidade.

A responsabilidade é do poder político que as criou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A solução que o senhor apresenta é despedimentos!

O Orador: A solução que o Governo apresenta é altamente lesiva desses trabalhadores, como foi na SINAGA, como foi em todas as outras empresas que foram extintas.

É por isso que o Bloco de Esquerda apresenta propostas de alteração e, naturalmente, não sendo aprovadas, iremos votar contra a proposta.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional das Finanças, eu acredito que a sua palavra tem valor, como Secretário Regional das Finanças. Portanto, aquilo que diz aqui é relevante para o debate e é relevante, porque nós estamos a discutir uma proposta de extinção de uma empresa pública cujos trabalhadores poderão, ou não, ser afetados por aquilo que aqui é discutido e analisado.

Portanto, os seus esclarecimentos são importantes. Por isso volto a questionar:

O Sr. Secretário pode garantir que todos os trabalhadores com contrato, inclusive, aqueles que estejam em comissão de serviço, serão integrados na Administração Pública Regional?

Pode-nos deixar essa garantia que isso vai acontecer?

E pergunto novamente isso, e vou citar o parecer do Sindicato dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais do Sul e Região Autónomas. Passo a citar:

“A proposta do diploma configura ao reduzir a zero a antiguidade e a avaliação do desempenho dos corpos dirigentes da AZORINA, S.A ao qual este sindicato quer manifestar o seu completo desacordo.” Mas isso já foi aqui realçado pelo Bloco de Esquerda.

Além disso, diz ainda, e continuo a citar:

“Com efeito, podem existir trabalhadores que no seu contrato, em comissão de serviço, que não esteja previsto na sua integração na AZORINA e, como tal, de acordo com a proposta legislativa teriam a sua antiguidade reduzida a zeros, quando alguns já trabalham há vários anos.”

Pergunto novamente: pode nos dar essa garantia de que aquilo que estamos aqui a aprovar prevê a integração de todos os trabalhadores, mesmo aqueles que estejam em comissão de serviço?

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é uma comissão de serviço, Sr. Deputado?

Deputado Carlos Silva (PS): Qual delas?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qualquer uma!

Deputado Carlos Silva (PS): Interna ou externa?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Eu votei contra a criação da AZORINA, tal como o Bloco de Esquerda votou também contra a criação da AZORINA.

Mas não tendo encontrado aqui a minha argumentação, posso utilizar a argumentação que, na altura, o Bloco de Esquerda utilizou.

Deputado António Lima (BE): Não utiliza a sua porque não tem!

O Orador: Também serve para mim, porque diz mais ou menos a mesma coisa. O Bloco de Esquerda o que disse foi:

“O Bloco de Esquerda tem alertado para o esbanjamento de dinheiros públicos que no geral representa esta duplicação de estruturas, em paralelo com organismos do Governo.

Apesar da ressalva do Sr. Secretário, essa tem sido a prática corrente e a constante referência no preâmbulo desta Proposta de Decreto às parcerias público privadas dá um sinal do que será o seu futuro.

Numa altura em que tantos sacrifícios são impostos, o Governo avança com mais este desperdício de dinheiros públicos.

Estas sociedades por si tornam a Administração Pública menos transparente, escapam à fiscalização efetiva do Parlamento, são um sugador de dinheiros públicos e depois, se entrarem em colapso financeiro, o Governo intervém com o dinheiro dos contribuintes, se tiverem sucesso privatizam-se para gáudio de alguns e descapitalização da região e de todos nós.

Assim, entendendo, como dissemos, a necessidade de unificar procedimentos e uma atuação consertada em defesa do ambiente, a substância deste projeto, não concordamos com a sua forma, também pelos princípios que enunciámos e pelos perigos subjacentes que essa forma contém.”

Subscrevo! Há algum exagero aqui, nas expressões. Podia ter sido dito com o mesmo conteúdo e com menos violência do ponto de vista do discurso, mas devo dizer que o Bloco de Esquerda tinha inteira razão.

Deputado António Lima (BE): E agora querem cortar!

O Orador: O que se provou foi que essas competências cabiam à Administração Regional diretamente, que o deveria ter feito.

O Bloco de Esquerda tinha razão quando disse que se criava trabalho precário. O Bloco de Esquerda tinha inteira razão e o PPM acompanha essa posição.

Agora há que ser coerente. Se o Bloco de Esquerda não concordava, se dizia que era um desperdício, se dizia que se duplicavam as funções, então como é que vamos resolver este assunto? Vamos deixar que a AZORINA continue com estes procedimentos? Continue a provocar este prejuízo à Região? Com prejuízos que, como o Bloco de Esquerda bem anunciou e bem profetizou, seriam muito significativos, como se veio a verificar.

Portanto, eu agora acho que há uma solução e a solução é extinguir a AZORINA.

O PPM nesta matéria irá ser coerente. Aquilo que dissemos na altura da sua criação é aquilo que agora vamos fazer no âmbito do Governo de coligação que é extingui-la.

Se não concordámos com a sua criação vamos extingui-la, com segurança para os trabalhadores, que é uma ponte que é essencial

para nós, como é para o Bloco, e que nós aqui também defendemos, e que este Projeto assegura.

Portanto, da nossa parte, coerência total. Votámos contra a sua criação, vamos votar a favor da sua extinção.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado António Lima, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, foi bonita a parte da intervenção que leu. De facto, aquilo que dissemos mantemos, na íntegra, porque a discordância que tínhamos na altura, em 2010, é a mesma que mantemos hoje. Aliás, foi isso que disse na minha intervenção inicial, de forma mais resumida, é verdade.

Ora, se a coligação quer o voto favorável do Bloco de Esquerda nesta proposta, tem bom remédio.

O Bloco de Esquerda apresentou um conjunto de propostas de alteração que não fazem nada mais do que, por um lado, evitar cortes salariais, e por outro lado garantir que o tempo de serviço dos trabalhadores que estiveram em comissão de serviço é contabilizado e que todos os trabalhadores, inclusive aqueles em comissão de serviço, são integrados na empresa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor quer criar uma carreira lateral na Administração Pública?

O Orador: Ou seja, a defesa total e integral dos trabalhadores, ao ser aprovada pela coligação, significa o nosso voto a favor.

Agora, se querem prejudicar os trabalhadores extinguindo a empresa, como um dano colateral, não contem connosco. Têm uma decisão muito simples a tomar: ou aprovam as nossas propostas de alteração, ou então, obviamente nós mantemos a coerência de sempre. Não nos opomos à extinção da empresa, desde que os trabalhadores não sejam prejudicados. É uma decisão muito simples de tomar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sempre que este Governo trouxe uma iniciativa para extinguir uma empresa pública, teve todos os cuidados no que diz respeito a trabalhadores, propriamente ditos, para que sejam processos limpos, transparentes, com reuniões individuais com cada um deles, neste caso 207, para que haja maior paz social, porque também isto importa no que diz respeito a estes trabalhadores e às suas famílias, e todas as vezes que tratamos destes processos, aqui, no Parlamento, o que se nota é que grande chatice é

exatamente esta: é haver paz social e os processos estarem a ser efetivamente bem conduzidos pelo Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: O que o Sr. Deputado Carlos Silva aqui nos traz é uma descrição daquilo a que eventualmente estava habituado a ver com governos do Partido Socialista, que mais não é do que descrever toda a precariedade que o Partido Socialista estava habituado a imprimir nas pessoas...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima) e Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e aos trabalhadores também na Administração Pública Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Partido Socialista promovia a precariedade, este Governo está a resolver a precariedade, mas mesmo assim encontra sempre alguma forma de dizer alguma coisa, muitas delas apenas para não ficar calado, e encontra sempre algum problema neste tipo de processos.

Mais uma vez, obviamente, sou obrigada a recordar o primeiro diploma que entrou nesta Casa, para a extinção da SPRHI, pelo

Partido Socialista que se não fossem aceites todas as alterações de outros partidos nesta própria Casa,...

Deputado António Lima (BE): Foi do Bloco de Esquerda!

A Oradora: ... aí, sim, na altura da extinção da SPRHI,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: ... os trabalhadores só tinham um remédio, ou era ir para a rua ou era estarem calados.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas eu deduzo e posso até ter alguma falha neste sentido, e se estiver errada por favor alguém que me corrija, uma pessoa para estar numa comissão de serviço tem de ter um lugar de origem.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Ou contrato de trabalho!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não se pode estar em comissão de serviço sem ter um lugar de origem.

Portanto, para mim, parece-me óbvio que as pessoas que estão em comissão de serviço regressarão ao seu lugar de origem.

Mas para que a memória também não nos falhe, e no que diz respeito a pareceres e a relatórios, no relatório do Tribunal de Contas em 2016, na auditoria à própria AZORINA, podemos ler: “acrescenta o Tribunal de Contas que no recrutamento dos trabalhadores, a AZORINA não promoveu a prévia divulgação pública das ofertas de trabalho, não tendo adotado mecanismos transparentes e de contratação de pessoal que assegurem a igualdade e não discriminação dos candidatos a emprego.”

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eram os amigos!

A Oradora: Por isso agora eu até percebo que seja muito chato que este Governo esteja a falar individualmente com cada um deles e esteja a respeitar todas as regras na contratação pública...

Deputados Joaquim Machado (PSD) e Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... para acautelar não só os indivíduos que trabalham na AZORINA como as suas próprias famílias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, estamos a falar de 207 entrevistas efetuadas, 188 trabalhadores integrados na Administração Pública Regional. O Sr. Deputado António Lima falou dos 18 que tem uma diminuição do seu salário, mas esqueceu-se de falar, obviamente, nos 170 que terão um acréscimo no seu salário.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Ora, Sr. Deputado, sempre à volta! Miopia! Só vê a árvore, não vê a florestas!

A Oradora: Estamos a falar também de 19 programas de estágio, e aí o Governo cumpre tudo o que já cumpriu nas outras extinções de empresas públicas e estamos a falar de 18 trabalhadores que ligeiramente têm uma ligeira redução, mas para os quais é também contado, obviamente, todo o tempo de serviço.

Portanto, as carreiras são respeitadas, a integração é feita, é respeitada, as pessoas foram informadas, foi-lhes dado a escolher o que seria para si mais confortável. São respeitadas todas as regras de contratação pública...

Deputado Gustavo Alves (*PPM*): Muito bem!

A Oradora: ... e o que nós vemos neste momento, neste Parlamento, são pessoas à procura de problemas, porque se calhar custa-lhes muito que este processo esteja a ser bem conduzido.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (*PS*): A sua coerência a gente conhece, mesmo antes das eleições!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado João Vasco, nem sem a máscara a gente o percebe!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

Gostaria de começar esta intervenção pelo aspeto negativo deste diploma: apenas peca por tardio!

A extinção da AZORINA já deveria ter sido resolvida há muito tempo...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Já não devia era ter sido criada!

O Orador: ... e, desde o anúncio, até agora, já passou quase um ano, mas efetivamente foi o tempo que mediou este processo de renegociação com os funcionários. Isso leva-me aos factos, àquilo que são factos desta extinção.

O facto é que a grande maioria dos funcionários está satisfeita com as alterações que este diploma introduz...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e que é a tal paz social que a Deputada Sabrina Furtado bem relevou.

No fundo, tínhamos uma empresa pública que exercia funções que são da competência da tutela, da Secretaria Regional do

Ambiente e Alterações Climáticas, que tem competências na área da gestão das áreas protegidas, na comunicação, na educação e na gestão ambiental. Aquela redundância que o Sr. Deputado Carlos Silva diz que não existe, porque a AZORINA, no fundo, interagia com vários departamentos do Governo, o que eu não percebo, é se agora a internalização deste serviço, a Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, não interage com os outros gabinetes do Governo? Ou seja, está cada um fechado nos seus gabinetes e não interagem uns com os outros. Isto é uma novidade dita aqui pelo Sr. Deputado Carlos Silva, porque aparentemente só a AZORINA é que poderia interagir com os vários departamentos do Governo.

Deputado Carlos Silva (PS): É precisamente o contrário!

O Orador: Depois, por outro lado, também diz que a AZORINA não contribui negativamente para as contas públicas.

Ora, é muito fácil dizer que a AZORINA não contribui para os resultados negativos nas contas públicas, quando os investimentos são feitos pelo Governo Regional e a coleta de dividendos e proveitos é feita pela empresa.

Quer dizer, a AZORINA não investe nos centros de interpretação, mas, no entanto, cobra as entradas.

Assim é fácil, assim até eu gostaria de ter uma empresa dessas em que não faz qualquer investimento, mas colhe os seus proveitos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Por outro lado, e relativamente àquilo que são os valores que o Sr. Deputado Carlos Silva também diz não configurarem uma poupança com o Conselho de Administração, porque primeiro falava-se em 80 mil euros, depois afinal já são só 64 mil euros.

Pergunto também, e é uma pergunta que deixo no ar e talvez o Bloco de Esquerda possa responder, porque eu acabo por não perceber, que é, nós tínhamos uma Presidente do Conselho de Administração, que, no fundo, é uma comissão de serviço.

Eu pergunto se deveria ser criada esta carreira AZORINA na função pública, em que os salários da AZORINA passam para a função pública, havendo uma nova carreira, com novos índices salariais?

E se, no fundo, um salário que é de 4.800 euros, mesmo sendo a Presidente funcionária pública, se uma poupança de 3.400 euros no salário mensal, para alguém que não acrescenta nada àquilo que é a gestão da comunicação ambiental na Região, se isso não é uma poupança efetiva? E se devíamos criar este salário? Porque a Sra. Presidente, efetivamente, tem uma redução de 3.400 euros no seu salário.

Gostaria de saber também, efetivamente, quantos trabalhadores é que prefeririam continuar na AZORINA nesta situação, nos termos de uma empresa com precariedade associada, à

internalização e à integração, no fundo, na Secretaria? Essa era uma pergunta que era importante ser respondida.

Eu também não percebo, quando o Sr. Deputado António Lima falou nas comissões de serviço (e deixo a pergunta no ar, e pergunto ao Sr. Secretário, sem qualquer problema) é se estes funcionários que estavam em comissão de serviço, quando fizeram essa comissão de serviço, se o pressuposto não foi aquele? Ou seja, se havia algum pressuposto do tempo de serviço deles ser contabilizado? É esta a pergunta que deixo, que aparentemente o Bloco de Esquerda acha que havia esse pressuposto, quer dizer, as pessoas aceitaram uma comissão de serviço, e agora nós temos que contabilizar a comissão de serviço, quando eles foram fazer essa comissão de serviço sem qualquer pressuposto desse género.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional das Finanças, faça favor. Tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só para clarificar que apenas não serão integrados os 18 elementos que estão a desenvolver programas de estágio e um trabalhador em comissão de serviço, que eu não vou mencionar o nome, mas que é uma trabalhadora que consta do processo, em comissão de serviço, no âmbito do projeto Life IP Azores Natura. A trabalhadora não é objeto de internalização, dado que, conforme confirmação da AZORINA, a mesma não possui contrato de trabalho a termo, ou por tempo indeterminado, possuindo somente uma comissão de serviço, admitida a 1-11-2019, e que tinha um vencimento de 1.871 euros. É, de facto, o caso que acabei de relatar.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem! Percebeu, Sr. Deputado Carlos Silva? O Sr. Secretário Regional é engenheiro, mas não sabe desenhar!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva** (*PS*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Sabrina Furtado, e Sr. Secretário Regional das Finanças, eu não sou jurista, confesso as minhas limitações,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Nota-se!

O Orador: ... nessa e noutras matérias, mas penso que o artigo 162.º do Código do trabalho diz:

“Contratos de trabalho em comissão de serviço com qualquer trabalhador, mesmo externo, e sem vínculo”. Portanto, não é verdade aquilo que disse, que não poderiam ser trabalhadores sem vínculo.

Aparentemente, Sr. Secretário Regional das Finanças, o Sr. Secretário disse que o trabalhador em causa, que fez menção, não tem um contrato de trabalho. Portanto, ele está em comissão de serviço. O Sr. Secretário diz que ele não tem um contrato de trabalho e, portanto, ele não vai ser integrado por essa razão. Foi isso que disse mesmo, ou eu percebi mal?

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Por mais explicações que dê, o senhor nunca vai perceber!

O Orador: É porque, pelas informações que temos, isso é um contrato de trabalho em comissão de serviço (contrato de trabalho em comissão de serviço), previsto no artigo 162.º do Código do Trabalho.

Portanto, se assim é, a decisão do Governo Regional é ilegal, em não integrar esse trabalhador e exige-se esclarecimentos neste Parlamento, que é o local próprio.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Não é uma questão legal, Sr. Secretário, é uma questão de opção!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate sobre esta proposta do Governo tem, e na minha opinião muito bem, abordado a questão na perspetiva dos trabalhadores. Mas há uma outra componente em relação à qual, pelo menos da minha parte, julgo importante solicitar esclarecimentos ao Governo Regional, esclarecimentos esses que permitirão, no fundo, antever a forma como se poderá processar o desenvolvimento da atividade que era, ou que é, atualmente, desempenhada pela AZORINA e a forma como se processará no futuro, suscitam-me algumas dúvidas, que eu pedia ao Sr. Secretário Regional, se pudesse esclarecer.

As dúvidas radicam no seguinte:

Em primeiro lugar, um dos grandes argumentos para a apresentação desta proposta é que as funções desempenhadas pela AZORINA são melhor desempenhadas pelos organismos da Administração Regional. Isso, então, exclui, à partida (e precisava do esclarecimento do Governo sobre essa parte), que esteja no horizonte do Governo a cedência da exploração de qualquer um

dos elementos que, neste momento, está sujeito à administração da AZORINA, a outras entidades que não a Administração Regional.

Eu dou-lhe um exemplo concreto:

A Caldeira Velha já foi administrada, a sua gestão já esteve a cargo de uma autarquia local. No caso concreto, a Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Os argumentos que são invocados pelo Governo para extinguir a AZORINA, na minha leitura (peço-lhe que corrija, se eu estiver enganado), impedem, porque contradizem, que, no futuro, o Governo venha a ceder a exploração da Caldeira Velha, a qualquer outra entidade, por exemplo, a uma autarquia local, ou a uma entidade terceira, porque, se assim acontecesse, o Governo estaria a contradizer-se em relação aos fundamentos deste diploma.

A segunda questão, tem a ver com o seguinte:

Foi decidido pelos anteriores Governos Regionais a fixação de um determinado tarifário para o acesso, sobretudo para não residentes, a estruturas que eram geridas pela AZORINA.

Portanto, havia a cobrança de bilhetes relativamente ao acesso a parques naturais, e outros, por parte de não residentes.

Eu não estou a perceber como é que face ao regime da contabilidade pública, é possível que entidades...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os museus!

O Orador: Os museus não é, porque as receitas dos museus são do fundo da ação cultural! Portanto não se aplica.

Eu não estou a ver como é que, face ao regime da contabilidade pública, e sendo certo, - para que conste -, que não se aplica nesta situação a mesma situação dos museus, porque a receita dos museus constitui receita de um fundo dotado de autonomia administrativa e financeira, como é o caso do Fundo de Ação Cultural, neste caso concreto, assim não acontece. Não está previsto em lado nenhum.

Eu não percebo como é que é possível, ao abrigo do regime da contabilidade pública, continuar a cobrar os acessos aos parques naturais, uma vez extinta a AZORINA?

Não se compara esta situação com outras situações, como por exemplo, no caso da SPRHI, em que existe a antecedência relativamente aos créditos que esta tem sobre particulares que sejam arrendatários do seu património, que têm a possibilidade de se deslocar à contabilidade pública para aí liquidar as quantias que são devidas, mas essa situação não se compagina, como compreende, com o acesso a um parque em que há a cobrança imediata de um bilhete.

Essas duas questões, ou esses dois grupos de questões, eu gostava de perceber como é que se vão passar num futuro?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não vejo, relativamente à sua primeira questão, com a qual não vou nem dizer que não, nem dizer que sim (não fará parte da gestão em que estarei envolvido), mas não consigo vislumbrar qual seria o impedimento de mudar a cedência de uma área protegida, de uma entidade pública, para outra entidade pública? Confesso que não consigo entender a questão, mas pode ser com defeito meu. Não vejo!

Acho que é um assunto que não foi sequer equacionado agora, não está em discussão neste momento, mas que o Governo decidirá mais à frente se sim, se não, se vai considerar essa hipótese, ou não, para essa, ou para outra qualquer. Citou o caso da Caldeira Velha, uma vez que ela já esteve no âmbito da gestão da Câmara Municipal da Ribeira Grande.

Relativamente à questão que pôs, que não vislumbra a possibilidade da fixação de um tarifário para não residentes, da análise que fizemos, também a seu tempo nós encontraremos essa solução no âmbito da Secretaria do Ambiente. Não encontrei em ninguém essa dúvida, mas ela será com certeza esclarecida. Eu

não tenho, neste momento, as condições de o fazer aqui, mas com certeza, se o Sr. Secretário do Ambiente quiser dar alguma visão sobre esta matéria, o poderá fazer.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário das Finanças, eu talvez não me tenha explicado bem nas questões que coloquei, porque o problema não é, obviamente, em relação à legitimidade do Governo decidir ceder a exploração da Caldeira Velha, de mais três, ou da totalidade dos parques naturais que eram geridos pela AZORINA. O problema não é esse!

O problema é a contradição entre um Governo que chega a esta Assembleia e diz: nós queremos extinguir esta empresa pública, porque entendemos que as suas atribuições, e as suas funções, são melhor cumpridas pela Administração Regional (foi isso que os senhores disseram). E agora o que o senhor me diz é: Bom, podemos, eventualmente, no futuro vir a ceder.

Sr. Secretário, o único problema é esta contradição.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Eu não acho que seja contradição!

O Orador: Acho eu!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Ficamos os dois bem!

O Orador: E acho que é lamentável que, efetivamente, um dos grandes argumentos para a extinção da AZORINA seja, no segundo seguinte, desmentido pelo próprio Sr. Secretário Regional, que subiu àquela tribuna para apresentar uma proposta em que o grande argumento é: extinga-se a AZORINA, porque o Governo Regional, a Administração Regional Autónoma, tem melhores condições para desenvolver as suas funções. Aqui é que “não bate a bota com a perdigota”!

Desculpar-me-á o Sr. Secretário Regional, mas, efetivamente, (o senhor está sem máscara, mas não é por causa disso)...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Mas eu ponho!

O Orador: ... cai a máscara ao Governo naquilo que tem a ver com os objetivos da extinção da AZORINA. Não tem nada a ver com o facto das funções da AZORINA serem melhor garantidas pela Administração Regional. Porque, -repare-se! -, do que nós estamos a falar, e o argumento que foi expandido daquela tribuna,

foi, exatamente, este. E aquilo que se demonstra agora pela intervenção do Sr. Secretário, é que este argumento, afinal, pode não valer.

Bom, mas então é um argumento que vale a pena para convencer os Srs. Deputados?

Não me parece que seja muito curial esta apresentação e esta posição.

Em segundo lugar, a questão é muito simples. Relativamente ao segundo assunto, a questão é muito simples, Sr. Secretário. Nós não estamos a falar de uma entidade, segundo a vossa argumentação, que tenha autonomia administrativa e financeira, porque toda a vossa argumentação para extinguir a AZORINA, assenta, exatamente, nesta circunstância. São os departamentos do Governo que gerem melhor os objetivos da AZORINA do que qualquer outra entidade dotada de autonomia administrativa e financeira.

Não! É a Administração Regional que gere melhor. Este foi o seu argumento.

Então, como é que, com esse argumento, e face ao Regime Jurídico da Contabilidade Pública, à Lei de Bases da Contabilidade Pública, o senhor vai cobrar tarifas? Vai cobrar entradas? Ou não pretende cobrar entradas? Também é legítimo. O Governo tem toda a legitimidade para fazer isso. Mas certamente reconhecerá, Sr. Secretário, que esta Casa também tem

toda a legitimidade para perguntar: muito bem, os senhores querem extinguir e, a partir daí, como é que se processa?

É a essas duas perguntas que o senhor ainda não respondeu.

À primeira, não respondeu, porque diz tanto pode ser assim, como pode não ser assim, desmentindo, por completo, o argumento para a extinção da AZORINA.

Relativamente à segunda, o Sr. Secretário nem sequer sabe como é que há de responder.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário Artur Lima não fala? Não responde à réplica do Sr. Secretário das Finanças?

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tenho que lhe fazer uma pergunta, na sequência daquilo que afirmou. A pergunta é: não podem os serviços simples, ou seja, os serviços que não têm nem autonomia

administrativa, nem administrativa e financeira, cobrar receitas?

Essa é a sua visão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não!

O Orador: Essa é a sua visão.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não é! Eu já lhe explico!

O Orador: Então qual é o problema da cobrança de receitas.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu já lhe explico.

O Orador: A questão é essa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Cobrar receitas pode!

O Orador: E há serviços simples, no âmbito da Administração Regional, que cobram receitas, são taxas, são serviços prestados a cadastral, por exemplo, os serviços cadastrais.

Portanto, aquilo que disse, relativamente à cobrança de receitas não é verdade. Ou seja, o impedimento legal, do ponto de vista da contabilidade, que levanta, não é verdade, a não ser que demonstre aqui, de forma fundamentada, qual é o diploma que diz que não pode.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário Artur Lima não fala? O Sr. Secretário Regional das Finanças pediu-lhe ajuda!

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Vasco Viveiros, claro que pode cobrar receitas.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Então qual é o problema?

O Orador: Mas a Contabilidade Pública fixa um procedimento para cobrar receitas. O senhor vai à Fazenda Pública, à Delegação da Contabilidade Pública, com a guia de receita, pagar aquilo que deve.

O que eu gostava que o senhor me explicasse é, como é que neste caso, alguém chega ao portão da Caldeira Velha, passam-lhe a guia de receita, vai para Ponta Delgada, paga, e volta para a Caldeira Velha para entrar e visitar?

Sr. Deputado, isso não faz sentido nenhum. E a vossa incapacidade de explicar...

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Não tem razão nenhuma!

O Orador: Eu tenho razão! Quer o diploma? Consulte o Regime da Contabilidade Pública!... Consulte o Regime da Contabilidade Pública!

Ó senhores, pelo amor de Deus! Consulte o Regime da Contabilidade Pública! O senhor não consegue fazer isso de outra maneira.

Deputado António Vasco Viveiros (PSD): Consigo!

O Orador: Não consegue.

Consegue em instituições dotadas de autonomia administrativa e Financeira, mas não é o caso, porque o vosso argumento é que não devem ser instituições com Autonomia Administrativa e Financeira.

Os senhores das duas, uma: ou sabem a resposta e não querem partilhar com esta Assembleia e esclarecer as legítimas dúvidas que esta Assembleia coloca, ou, então, nem sequer sabem o que é hão- -de fazer a partir daqui.

Qual das duas a pior!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário Regional não fala? Sr. Secretário Artur Lima não responde à réplica do Sr. Secretário das Finanças? O Sr. Secretário das Finanças pediu-lhe ajuda!

Presidente: Não havendo... Sr. Deputado Vasco Cordeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário das Finanças, estas duas questões, e essas duas perguntas são, para mim, importantes, para mim, e não só para mim!

Eu acho que a tomada de uma decisão e de uma posição, nesta Assembleia, face a um diploma que tem estes impactos, face à argumentação que o senhor avançou daquela tribuna, não pode passar sem um esclarecimento.

Deputado Berto Messias (PS): Pode ser que o Sr. Vice-Presidente saiba!

O Orador: Não pode passar sem um esclarecimento. E é isso que lhe peço, é um esclarecimento às duas questões que lhe coloquei. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional. Faça favor.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Joaquim Bastos e Silva):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, à primeira pergunta, já lhe respondi que qualquer passagem de um organismo público, não empresarial, para outro organismo público não empresarial, cumpre as mesmas funções, e nem sequer é isso que estamos aqui a discutir. Nós não estamos aqui a discutir o trespasse de nenhuma parte dos parques naturais para nenhuma entidade.

O que eu não compreendo é o que é que motivou o Governo, em 2010, a criar esta empresa?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: É isso que eu não compreendo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que esta!

O Orador: Essa é que é esta!

Por isso, também é a resposta à segunda pergunta, porque o que está em causa é por que é que foi necessário criar uma empresa para gerir estes parques naturais?

O que eu não vislumbro é porque é que os serviços não o fizeram e também não vejo nenhum impedimento legal pela cobrança de entradas em qualquer parque natural, ou qualquer centro de interpretação. Eu não vislumbro essa dificuldade.

E não vou estar aqui a discutir o problema técnico de finanças públicas, relativo a uma coisa que me parece uma operação de uma simplicidade elementar.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós já vamos com uma hora e qualquer coisa de debate...

Deputado João Vasco Costa (PS): Está com pressa?

O Orador: ... e começámos este debate sobre a extinção da AZORINA, com as preocupações do Bloco de Esquerda que quer uma Administração Pública com funcionários de uma categoria e, dentro da mesma categoria, com tratamento diferenciado; com o Partido Socialista a falar da integração, pelos vistos, de um só funcionário, em comissão de serviço, preocupações que, aparentemente, pareciam ser legítimas relativamente a pessoas, a empregadores.

Perante as explicações, coerentes, baseadas na legalidade, do procedimento que tem sido desenvolvido para a ação deste Governo relativamente à extinção da empresa AZORINA...

Deputado Berto Messias (PS): Boa tentativa, Sr. Deputado!

O Orador: ... e aquilo que também foi dito pela Sra. Deputada Sabrina Furtado, relativamente à correção com que estes problemas foram corrigidos, finalmente descobrimos porque é que afinal o Partido Socialista,...

Deputado Berto Messias (PS): Responda às perguntas, Sr. Deputado!

O Orador: ...pelos vistos, criou esta empresa e não a quer extinguir? Foi para cobrar entradas na Caldeira Velha.

Deputado Manuel Ramos (PS): E do Enxofre!

O Orador: Parece que o Partido Socialista, agora, de repente, atrás de qualquer solução que é apresentada para os problemas que foram levantados, quer pelo Bloco de Esquerda, quer pelo Sr. Deputado Carlos Silva, que, legitimamente, apesar de não

concordarmos com as observações e a forma como queriam resolver este problema da integração dos trabalhadores, enfim, são questões ideológicas do Bloco de Esquerda a que o Partido Socialista se agarra de forma até, digamos, pouco coerente com a sua história.

Mas temos agora o Partido Socialista, pela voz do seu líder, preocupado com a cobrança de entradas na Caldeira Velha.

Parece que esta empresa foi criada para cobrar entradas na Caldeira Velha!

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, no último relatório do Tribunal de Contas, eu vou ler-lhe uma razão (aliás, o PSD votou contra a criação da AZORINA), que devia ser suficiente para V. Exa. se preocupar mais com o facto de ter empresas públicas que foram criadas para fins diversos daqueles que deveriam ter sido, e que deveria também fazê-lo pensar sobre as razões pelas quais, para além da inutilidade, em termos funcionais desta empresa, deveria provocar a sua concordância com a sua extinção. Pontos 11.1 e 11.3, das conclusões do Relatório do Tribunal de Contas, relativas à Conta de 2019, da AZORINA.

“Não foram cumpridas as obrigações legais de transparência relativas à divulgação de informações sobre o órgão de gestão e sobre documentos provisionais e prestação de contas”.

Só isto deveria merecer a extinção desta empresa.

Muito obrigado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo apresentou esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, de extinção da AZORINA, argumentando que as suas funções seriam melhor desempenhadas pelos organismos da Administração, por cinco departamentos do Governo.

Questionado sobre as razões como isso se processaria, o Governo não foi capaz de esclarecer as questões que lhe foram colocadas.

Perguntado sobre as razões como se processariam, a partir daqui, questões, tão simples, como a cobrança de entradas nos parques naturais, o Governo não foi capaz de esclarecer.

Mas deste debate, e por toda a argumentação que, até a este momento, foi avançada, quer por parte da bancada do PSD, quer por parte do Sr. Secretário Regional, resulta claro, e resulta à evidência, as razões pelas quais se vai extinguir a AZORINA.

As razões pelas quais se vai extinguir a AZORINA é, tão só e apenas, porque foi um Governo do Partido Socialista que a criou.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isso não diz nada sobre as razões pelas quais ela foi criada, mas diz tudo sobre a falta de razões para ela ser extinta.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, não! Esta empresa não vai ser extinta por ter sido a Partido Socialista a criá-la. Vai ser extinta, porque as razões pelas quais o Partido Socialista criou esta empresa estão erradas, foram erradas, e não devia ter sido criada por aquelas razões que estão bem explícitas nos relatórios do Tribunal de Contas que revelam a falta de transparência com que V. Exa. liderou estes processos, a criação e a gestão destas empresas públicas.

É por isso e pela razão funcional que foi explicada pelo Sr. Secretário,...

Deputado João Vasco Costa (PS): Não foi explicada!

O Orador: ... e pelas quais este Governo determinou, que nós apoiamos a extinção desta empresa, conforme outras que não têm qualquer utilidade para a Região e que são um meio de criar despesa pública e não de boa gestão da coisa pública.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário das Finanças não fala? O Sr. Secretário das Finanças pediu ajuda!

Presidente: Não havendo, vamos avançar para a votação do diploma.

Vamos votar, na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XII, que “Regula a extinção da Sociedade da Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário, para o anúncio da votação na generalidade.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XII, foi aprovada, na generalidade, com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente, 24 votos contra do PS e 2 votos contra do BE.

Presidente: Vamos iniciar o debate e votação na especialidade.
Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo, vamos passar à votação.

Está à votação o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente, 24 votos contra do PS e 2 votos contra do BE.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Pergunto à câmara se posso colocar à votação, em conjunto, os artigos 2.º, 3.º, 4.º e o 5.º?

Então estão à votação esses quatro artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente, 24 votos contra do PS.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração ao n.º 1, do artigo 6.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi reprovada com 21 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra do CH, 1 voto contra da IL, 1 voto contra do Deputado Independente, 23 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Muito obrigado.

Está à votação o artigo 6.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente, 24 votos contra do PS e 2 votos contra do BE.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 1 do artigo 7.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi reprovada com 24 votos contra do PS, 21 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra do CH, 1 voto contra da IL, 1 voto contra do Deputado Independente, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 7.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor

do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do Deputado Independente, 23 votos contra do PS, 2 votos contra do BE e voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 2, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao artigo 8.º

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi reprovada com 24 votos contra do PS, 21 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra do CH, 1 voto contra da IL, 1 voto contra do Deputado Independente, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 8.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do Deputado Independente, 24 votos contra do PS, 2 votos contra do BE e voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 9.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE; 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor da PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente e 24 votos contra do PS.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação, em conjunto, as propostas de alteração apresentadas pelo BE ao artigo 10.º.

Sr. Deputado Carlos Silva, faça favor. Tem a palavra.

Deputado Carlos Silva (PS): Separada por números, Sr. Presidente.

Presidente: Então coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE ao n.º 1, do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi reprovada com 21 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra do CH, 1 voto contra da

IL, 1 voto contra do Deputado Independente, 24 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Coloco à votação a proposta de alteração apresentada pelo BE ao n.º 2, do artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi reprovada com 24 votos contra do PS, 21 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra do CH, 1 voto contra da IL, 1 voto contra do Deputado Independente, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 3.º, ao artigo 10.º, apresentada pelo BE.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento colocada à votação foi reprovada com 24 votos contra do PS, 21 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP, 2 votos contra do PPM, 1 voto contra do CH, 1 voto contra da IL, 1 voto contra do Deputado Independente, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 10.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo colocado à votação foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do Deputado Independente, 24 votos contra do PS, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 11.º e 12.º.

Estão à votação os artigos 11.º e 12.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente e 24 votos contra do PS.

Presidente: Coloco à votação da câmara a proposta de alteração, apresentada pelo PSD, CDS-PP e pelo PPM, ao artigo 13.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 13.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XII, foi aprovada, em votação final global, com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, 1 voto a favor do PAN, 1 voto a favor do Deputado Independente, 24 votos contra do PS e 2 votos contra do BE.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Sabrina Furtado.

(*) **Deputada Sabrina Furtado (PSD):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou favoravelmente a extinção da AZORINA, por vários motivos, desde logo, a começar por ter votado contra a sua própria criação e, mantendo assim, alguns anos depois, a sua coerência no que diz respeito ao princípio pelo objeto da criação da própria empresa.

Depois, não porque foi o Partido Socialista a criar, mas, sim, porque a empresa, à semelhança de muitas outras, apenas servia para duplicar serviços que a Administração Pública Regional pode, perfeitamente, garantir e executar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Um terceiro vetor que, para nós, é, de facto, o mais importante, ter-se mantido, como tive oportunidade de referir, a paz social, no que aos trabalhadores diz respeito, boas conversações com cada um destes trabalhadores, como se cada um dos 270 fossem, de facto, todos iguais e cada um com a mesma importância que o outro tem, independentemente do cargo que ocupam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: As pessoas têm que sentir, quando há alterações bruscas na sua vida, na vida como elas conhecem, que, efetivamente, podem ter com quem falar, com quem dizer o que acham sobre as alterações que eventualmente lhes forem

impostas, e de que forma é mais confortável a condução da sua própria vida familiar e profissional de ali em diante.

Por isso está de parabéns o Governo Regional pela forma como tem conduzido o processo de extinção das empresas públicas regionais,

Obrigada.

Deputados João Bruto da Costa Rui Espínola (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal votou favoravelmente este diploma, como não poderia deixar de ser, porque também aqui, e tal como disse de manhã daquela tribuna, se materializa e se concretiza o ponto 3 do acordo de incidência parlamentar que a Iniciativa Liberal assinou com o Partido Social Democrata, que visa uma nova estratégia para o Setor Empresarial Regional, e é disto que se trata aqui.

Falta agora que o Governo trate de, de facto, dar um ímpeto novo a esta reforma, concessionando, por exemplo, aquilo que assusta o Partido Socialista, os centros interpretativos, a Caldeira Velha e todos estes espaços que estão a ser explorados pela AZORINA.

Importa também, naqueles serviços que a AZORINA prestou, nomeadamente ao nível da reflorestação de bacias hidrográficas, que os serviços do ambiente e os serviços florestais o continuem a fazer, da forma eficaz e eficiente, como a AZORINA estava a fazer

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista votou contra a proposta de extinção da AZORINA, porque, desde logo, o Governo não soube responder às questões que foram aqui colocadas; não soube esclarecer em Comissão às dúvidas que foram levantadas.

A AZORINA tinha, e tem, um papel importante na gestão dos parques naturais, numa gestão integrada, gestão essa que agora passa a ser dividida em cinco departamentos do Governo Regional e que, por sua vez, terão coordenadores, chefes de

divisão, que anulam, por completo, qualquer poupança que se possa estimar.

Também o Governo não conseguiu comprovar que poupança irá gerar essa extinção. Não conseguiu também explicar como irá cobrar as receitas que até agora eram cobradas pela AZORINA. Não soube responder, não quis responder, e, portando, demonstra uma vez mais que não tem qualquer estratégia, que não sabe, que não tem resposta para os problemas que a Região enfrenta.

Este é mais um caso simples, mas que denota a falta de estratégia, a falta de rumo e a incapacidade deste Governo em resolver os problemas que ele próprio cria.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O que este debate demonstrou é que esta era uma iniciativa necessária.

O anterior Governo nunca conseguiu explicar por que razão é que era necessária a AZORINA, cujas competências replicavam as

competências da Direção Regional do Ambiente. Não existia nenhuma explicação plausível.

Eu lembro-me que quando este processo iniciou, eu estava aqui neste Parlamento quando a AZORINA foi criada, o que foi dito na altura, foi que eram muitos poucos funcionários. Não sei precisar o número, mas penso que andaria à volta de uns 10 funcionários, pouco mais do que isso.

Aquilo que foi dito por vários Grupos Parlamentares, foi que o número iria crescer exponencialmente. Este número de funcionários, porque não foram realizados concursos (as pessoas eram contratadas da forma que o Tribunal de Contas referenciou), subiu para 207! Duzentos e sete funcionários!

Portanto, isso significou um aumento de despesa muito grande...

Deputado Carlos Silva (PS): As receitas também entraram, Sr. Deputado!

O Orador: ... para fazer exatamente aquilo que, cujas competências pertencem ao Governo Regional, e que o Governo Regional podia fazer diretamente.

Portanto, esta entidade nunca fez sentido.

A verdade é que agora se resolve o problema, e não se resolve, ao contrário do que aqui foi argumentado,...

Deputado Berto Messias (PS): Não, não! Agora é que se criou um problema! O Sr. Secretário Alonso Miguel é que vai ter que resolver este grande problema!

O Orador: ... prejudicando os trabalhadores, muito pelo contrário.

Estes trabalhadores não tinham expectativas de entrar no serviço regional e agora vão entrar na Administração Pública Regional.

Deputado Carlos Silva (PS): Não são todos!

O Orador: Onde é que esteve o descontentamento por parte dos trabalhadores?

Os trabalhadores que são integrados na Administração Regional foram muito beneficiados. Isto é uma vantagem. Todos eles, a grande maioria dos casos, estão de acordo, porque obviamente melhora a sua situação profissional.

Portanto, em relação aos trabalhadores, que foi uma das questões aqui abordadas, e cujos argumentos foram aqui apresentados, nomeadamente (não vou fazer agora referências, porque o Bloco de Esquerda ainda pode falar) por parte do Bloco, não têm razão, na minha opinião, na minha perspetiva. O Bloco tem outra, legítima, com certeza! Mas não tem razão. Os trabalhadores ficam numa situação profissional melhor.

Mais!... Os próprios trabalhadores estão de acordo. Não há discordância por parte dos trabalhadores, nesta matéria.

Depois, em relação à cobrança de receitas, e termino Sr. Presidente, o futuro irá mostrar que também não há problema, porque já vamos poder ver, nos próximos meses, que existe uma solução e que é possível concretizar.

Portanto, esta questão que aqui foi levantada é uma questão que nos próximos meses ficará clara, quem é que tem razão.

O Governo argumentou que o pode fazer e, nos próximos meses, vai ficar demonstrado que efetivamente assim é.

Muito obrigado.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda votou contra a extinção da AZORINA, porque, à semelhança do que aconteceu com a extinção de outras empresas públicas, esta extinção não garante na íntegra, os direitos de todos os trabalhadores da empresa.

Ora, esta extinção trata os trabalhadores de forma desigual: uns, como já foi referido, até são beneficiados, mas outros são prejudicados.

Para este Governo e para esta maioria há trabalhadores de primeira e trabalhadores de segunda.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: E, nenhum deles, nenhum destes trabalhadores, tem qualquer responsabilidade nas decisões políticas do anterior e deste Governo, mas são, no entanto, eles, quem pagam a fatura da extinção.

Para o Bloco de Esquerda não seria esta a forma de extinguir esta empresa, ou qualquer outra empresa pública. E para fazer alegadas poupanças ao erário público, não é nos trabalhadores que se corta.

Mas esta coligação e esta maioria, à semelhança da anterior PAF, “Portugal à Frente”, pelos vistos não hesita, a nova AD, nas suas propostas, nas suas decisões, em cortar nos salários dos trabalhadores.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade, Sr. Deputado. Entram para a administração pública!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

Não havendo, vamos avançar na nossa agenda de trabalhos, para o ponto 2: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XII - “Cria o apoio regional à frequência de estágios curriculares”**. É uma iniciativa apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Falámos muito da utilização dos fundos europeus pelas empresas para ajudar na recuperação económica, para enfrentar a crise que estamos a viver.

Mas, não podemos descurar o verdadeiro recurso estratégico que os Açores dispõem, que é termos hoje a geração mais qualificada e bem preparada de sempre na Região.

E este recurso, é um recurso que é absolutamente decisivo para que se possa investir melhor, para que se possa fazer diferente e para que se possa ter uma economia com mais valor acrescentado.

E, por isso, se nós queremos evitar o desperdício do contributo desta geração para o desenvolvimento da nossa Região e, simultaneamente, enfrentar as preocupações relativas ao défice demográfico, e é absolutamente decisivo não deixarmos de responder aos desafios das qualificações dos nossos jovens, permitindo a estes encararem o futuro com esperança e confiança.

Os estágios curriculares dão um contributo positivo no acesso à formação em contexto de trabalho, dão um importante contributo para intensificar e estreitar a ligação dos estudantes ao mercado de trabalho, promovendo a capacidade dos estudantes em frequentá-los nas empresas e organizações da Região, mesmo durante o tempo da sua formação.

Propõe-se, pois, neste Projeto de Decreto Legislativo Regional atribuir um conjunto de apoios aos estudantes que realizem estágios curriculares em qualquer entidade de acolhimento com sede nos Açores, para fazer face às despesas exigidas pelas condições em que se realizam os estágios frequentados pelos estudantes universitários, nomeadamente no plano alimentar, das deslocações e, se for o caso, alojamento, permitindo ao mesmo tempo a mobilidade através de um apoio financeiro às passagens aéreas ou marítimas dos estudantes.

O simples facto de um estudante ter de se deslocar, o simples facto de um estudante ter de ir estagiar para uma localidade onde não tem um conjunto de serviços de apoio necessários a qualquer estudante, como por exemplo o acesso a cantinas, faz com que seja necessário garantir apoios especiais aos estudantes para a continuação dos seus estudos, garantir apoios importantes para o desempenho do seu estágio que, em grande parte, são obrigatórios para a conclusão da sua formação superior e, conseqüentemente, obtenção do grau académico.

Sabemos ainda que, em muitos casos, os estudantes são confrontados a pagar do seu próprio bolso as deslocações e a habitação para o cumprimento do seu estágio, o que muitas vezes acentua as graves situações sociais e económicas que muitos vivem porque não contam com nenhum apoio para suportar as despesas diárias que decorrem da frequência do seu estágio.

Em vários casos, também, quando chega a hora de fazer a “triagem” dos cursos superiores, muitos estudantes e suas famílias encontram, infelizmente, dificuldades para escolher um curso por muitas razões, mas dentro dessas razões, a escolha muitas vezes recai na capacidade para suportar os custos associados à frequência de um curso superior e o estágio curricular de natureza obrigatória só vem agravar a decisão de escolher um percurso formativo no ensino superior.

Em outros casos os estudantes desistem dos seus estudos académicos porque não têm a capacidade para suportar os custos acrescidos inerentes à permanência do curso do ensino superior em que está inscrito e depois confrontados com a questão de realizar estágios obrigatórios, sendo muitas vezes colocados longe do seu estabelecimento de ensino superior, acabam por desistir.

E perante estas dificuldades, é necessário responder a este tipo de situações e urgente tomar medidas que possam no fundo aliviar os custos acrescidos com a frequência do ensino superior e, por isso, se torna tão relevante nesta fase dramática.

Ora, este projeto cumpre exatamente um triplo objetivo: apoiar os estudantes em despesas essenciais para o acesso e frequência do ensino superior face também ao aumento do custo de vida que se avizinha, por um lado, garantir condições aos estudantes para o desempenho dos seus estágios curriculares, por outro e, por fim, abrir a possibilidade dos estudantes que estão no exterior a qualificar-se possam regressar aos Açores, no âmbito de um

estágio curricular e aqui familiarizados com o mercado de trabalho e com a dinâmica de trabalho possa ser uma forma de olharem para a Região de uma forma diferente e ficar na sua Terra, do que nunca chegarem a regressar, nem sequer para fazer um estágio mesmo durante o tempo da sua formação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com toda a humildade e sentido democrático, o Partido Socialista avançou com um conjunto de alterações ao diploma no sentido de ir ao encontro das críticas e das sugestões que as entidades ouvidas em sede de comissão especializada nos fizeram chegar.

Com toda a responsabilidade democrática, o Partido Socialista apresenta esta iniciativa nesta Casa, ainda no decorrer deste ano, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental, para que possa ser executado pelo Governo Regional durante o seguinte ano económico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Está na hora de escolher.

Como iremos votar este diploma?

Quem ganha e quem perde com a votação?

Vamos avançar ou queremos recuar nas respostas que valorizam as qualificações e competências dos estudantes açorianos?

E respondendo desde já às perguntas que eu próprio coloco, digo que estamos prontos e convictos que a aprovação desta iniciativa

significará mais qualificação e mais inovação para a nossa região, como verdadeira destinatária dos benefícios da iniciativa.

Por isso, mesmo perante adversidades, esta é uma iniciativa importante para não só atrair açorianos e jovens açorianos para o ensino superior, mas também numa altura em que ainda estamos numa situação difícil em que algumas famílias tiveram dificuldades no âmbito da pandemia, este é mais um instrumento para ajudar os nossos estudantes, para ajudar as nossas famílias. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Quanto a esta iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, e pelo Deputado Vílson Gomes, o CDS acompanha esta preocupação que está forçada nesta iniciativa. A verdade é que este problema que foi identificado surge já há largos anos, este constrangimento que alguns alunos sentem quando têm de realizar o seu estágio curricular e não foi um problema que existiu, ou que surgiu agora,...

Deputado Carlos Silva (PS): Ele não disse isso!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Eu não disse isso!

A Oradora: ... na atual governação. É algo que já tem largos anos, porque da intervenção de tribuna do Sr. Deputado Vílson Gomes, parecia que até este problema tinha surgido agora e isso não é verdade.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Como tal reconhecemos a importância de fixar os jovens na nossa Região, de incentivar os jovens a frequentar o ensino superior, e, como tal, sabemos que isto é um problema que não é de agora, mas que realmente urge resolver.

O CDS, ao longo dos anos, há muito que tem identificado este problema e tem dado os seus contributos nesta matéria, sendo as iniciativas mais recentes a questão do Prémio de Mérito,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: ... que foi apresentado e aprovado nesta Casa, ou ainda recentemente, em junho deste ano, o Apoio aos Estudantes Deslocados, uma iniciativa aprovada por unanimidade, e que prevê um gabinete de apoio aos estudantes deslocados, que interage com as diversas áreas, desde a solidariedade social, educação e também da juventude, bem como a criação do mecanismo de apoio ao pagamento de rendas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem lembrado, Sr. Deputado!

A Oradora: Como tal, isto é algo que o CDS sinalizou, desde há muito tempo, e tem dado os seus contributos.

Mas também no nosso entender, a verdade é que o Governo tem apoiado os alunos do ensino superior, com importantes medidas, como o aumento em 50% do prémio de mérito, como o pagamento de bolsas de estudo para alunos que tenham mais dificuldades económicos, ou ainda o programa de apoio ao pagamento de propinas a estudantes do ensino superior, ou, ainda mais recentemente o protocolo de cooperação com entidades no Porto, criando um apoio aos estudantes, no que concerne ao alojamento.

Como tal, existe aqui uma série de iniciativas que dão apoio aos estudantes, tendo como base a importância que é os nossos jovens poderem frequentar o ensino superior, o seu curso, e terem a sua formação superior.

Como tal, este Governo também tem implementado diversas medidas nessa matéria.

Também, quanto à iniciativa, em concreto, avaliamos como positiva a evolução que ela teve, desde a sua entrada, em junho de 2021, e agora a substituição integral que foi apresentada em outubro, porque a verdade é que, no nosso entender, no documento inicial, existiam algumas fragilidades no documento, como a limitação de idades, como a questão da autonomia das próprias universidades que parecia fazer crer, na iniciativa inicial, que elas perdiam essa autonomia.

Aliás, foram preocupações do Grupo Parlamentar na audição, mas também das audições que fizemos e, por isso, parece-nos que foi positiva esta evolução que se fez.

É de todo importante a operacionalização desta iniciativa e deste conjunto de medidas que são aqui apresentadas e, no nosso entender, parece-nos que o Gabinete de Apoio aos Estudantes Deslocados, que, por si, também na sua criação, prevê a integração de várias áreas, que terá um papel ou poderá eventualmente ter um papel também fundamental na implementação e na operacionalização daquilo que está previsto neste diploma.

Para terminar, só dizer que existem duas questões que, no entender do Grupo Parlamentar do CDS, são necessárias ressaltar.

Primeiro, no âmbito da primeira audição foi transmitido, por parte da Universidade dos Açores, muitas vezes, a dificuldade que existia em arranjar os estágios que eram necessários. Falaram, se não me falha a memória, em cerca de 200 estágios que eram necessários disponibilizar aos estudantes, e o receio que tinham de, com esta medida, criando outras condições e outro apoio para a frequência desses estágios curriculares, que seja aumentada a dificuldade em encontrar os estágios por parte, neste caso, da universidade, que tem essa função para disponibilizar aos estudantes do ensino superior.

Também é crucial garantir, e no nosso entender queríamos deixar essa ressalva, uma vez que o diploma prevê que estas medidas sejam implementadas aquando da entrada em vigor do Orçamento para a Região de 2022, parece-nos que teria sido importante o Partido Socialista ter apresentado uma proposta de alteração ao Plano e Orçamento que assegurasse a verba, no Plano e Orçamento, exatamente para executar esta iniciativa.

Muito obrigada.

Deputados Rui Martins (CDS-PP) e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da minha parte vejo, com bons olhos, essa iniciativa apresentada pelo Partido Socialista, porque é importante, em várias fases em que os nossos jovens, e não só, até os pouco menos jovens, possam querer valorizar a sua carreira profissional, que sintam

por parte do Estado que há uma atenção sempre, em todas essas fases, para proporcionar que esse enriquecimento e valorização profissional seja uma realidade e que seja algo que interesse e que motive os nossos jovens.

No entanto, queria fazer uma ressalva, que o artigo 6.º deste diploma, no meu entender, é muito limitador em termos de promoção de entidades recetoras que ficam mais desviadas dos grandes aglomerados populacionais. Passo a explicar:

O facto de que o valor do apoio para o transporte tem um limite máximo de aproximadamente 70 euros, ou seja, 10% do salário mínimo regional, limita muito a possibilidade dos interessados, dos estagiários, de fazerem estágio em zonas mais deslocalizadas dos centros urbanos. Por exemplo, um jovem que reside em Ponta Delgada e que eventualmente possa utilizar, como entidade recetora, alguma instituição, algum organismo que esteja na Povoação ou no Nordeste, por exemplo, obviamente vai querer arranjar uma solução que seja muito mais próxima de casa, porque de nenhuma forma será apelativo fazer estágios nessas zonas.

Dei o exemplo em Ponta Delgada, mas poderei dar, por exemplo, no Pico. Alguém que seja residente na Madalena, jamais quererá ir fazer um estágio para as Lajes, porque, para além da distância e que por si só já é um constrangimento o tempo que se perde nos transportes, obviamente que aquilo que fica assegurado de forma,

no meu entender, cega, que é o limite dos 70 euros, limita muito essa possibilidade de fazer os estágios nesses sítios.

Portanto, eu acho que se o Partido Socialista apresentasse uma alteração no sentido de que tornasse mais abrangente e que, no fundo, fosse um processo que fosse mais em função das distâncias, em que o apoio fosse em função das distâncias e não que tivesse esse limite máximo, enriqueceria, com certeza, o documento.

Não obstante essa situação, e deixo esse alerta, eu vou votar favoravelmente esta proposta, mas achava, por bem, que houvesse uma atenção especial neste sentido, para que o diploma ficasse mais concreto.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Flávio Soares. Faça favor.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todas as medidas de promoção da fixação ou do regresso à nossa Região de jovens, ou menos jovens, são verdadeiramente importantes para o desenvolvimento económico e social dos Açores.

Igualmente todas as medidas de apoio económico e de formação são relevantes para a criação de condições para o sucesso dos nossos estudantes.

Acreditamos que, entre outras medidas, é com a implementação de incentivos sérios, equitativos e justos é que conseguimos contribuir para alterar o paradigma da diminuição de população nas nossas ilhas. Infelizmente, nos últimos anos, essa estratégia esteve errada e os indicadores demonstram isso mesmo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: No Programa deste Governo Regional está bem presente a vontade do Governo de criar condições de fixação de pessoas em todas as nossas ilhas, de dar apoio aos nossos estudantes, como a atribuição de bolsas de estudos, o apoio ao pagamento de propinas, ou o aumento do prémio de mérito, entre outras medidas, medidas estas que o Partido Socialista votou contra, ao votar contra o Plano e Orçamento para 2022.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Outra estratégia definida no Programa do Governo é a de criar incentivos à contratação, como o programa CONTRATAR, onde já foram aprovadas cerca de 1200

candidaturas, conforme foi anunciado nesta casa, no último plenário, pelo Senhor Secretário Regional.

Assumimos, portanto, tanto o Governo como os partidos que o suportam, a necessidade premente de estar ao lado de todos os jovens açorianos e não de servir-nos das condições de carência dos nossos jovens e das suas famílias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas não escondemos, Sras. e Srs. Deputados, a necessidade de que é preciso dar ainda mais condições aos nossos jovens, quer seja na atribuição de apoios como na valorização do seu papel, mas com medidas justas e sérias, como já afirmei anteriormente.

Aliás, é importante que o Partido Socialista quantifique esta medida de modo a esclarecer a câmara e todos os açorianos...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma boa pergunta!

Deputado Carlos Silva (PS): Quando o senhor explicar as receitas da AZORINA!

O Orador: ... e não podia deixar de dar nota da evolução que o diploma teve ao longo das audições que realizámos na Comissão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como já referi, estaremos ao lado de todos os jovens açorianos, de todas as iniciativas vindas por bem, iniciativas que vão, efetivamente, melhorar ou contribuir para melhorar a qualidade de vida dos nossos jovens como temos vindo a demonstrar desde novembro de 2020...

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e neste sentido, e com a humildade democrática que nos assiste, iremos votar a favor da iniciativa, porque acima dos interesses partidários estão os interesses dos jovens Açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e do Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!~

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não foi uma, nem duas vezes, nem sequer três vezes que aqui falámos de qualificar, qualificar, qualificar, como forma de retirar cidadãos desta Região, que pretendem melhorar o seu conhecimento, a sua formação, as suas aptidões para o mercado de trabalho, que entendemos que devemos apoiar, como forma de os retirar de situações de pobreza, resiliente, que conhecemos por todas as ilhas dos Açores.

Neste sentido, a Iniciativa Liberal vai votar favoravelmente este diploma, não sem antes apresentar uma proposta de alteração, que

a seu tempo irá ser discutida, no sentido de não limitar a idade de acesso aos 30 anos, uma vez que entendemos que há bastante gente que, apesar de já estar em idade mais avançada, retoma os estudos, qualifica-se e estes ainda têm mais necessidade de serem apoiados nesses processo, porque há gente que apenas aufero o ordenado mínimo nacional, às vezes têm filhos, e faz um esforço muito grande para estudar mais para poder melhorar, mais tarde, a sua situação profissional.

Neste sentido, vamos votar favoravelmente esta proposta e apresentamos a proposta de alteração que referi.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Há três inscrições. Muito sinceramente não sei quem se inscreveu primeiro. Olhei...

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego. Faz favor.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, uma breve abordagem àquilo que está na lei e àquilo que está no espírito da lei. Em relação a quê? Em relação, em concreto, à lei travão, que é algo que o legislador, tanto regional, como nacional, quer seja no âmbito da Constituição da República Portuguesa, quer seja no âmbito do Estatuto, e depois

naturalmente declinado no Regimento deste Parlamento e da Assembleia da República, deve ser tido em consideração, porque o que está escrito na Constituição da República Portuguesa, no artigo 167.º, n.º 2, é que não podem ser apresentadas propostas que alterem receitas, ou despesas, no ano em curso. Isto é o que está na Constituição, isto é o que está vertido também para o Estatuto, e isto é o que está declinado no Regimento.

Sucede que o espírito da lei é de não poderem ser feitas alterações pelos parlamentos, para os orçamentos e planos que já estão aprovados.

Ora, o Orçamento e Plano para 2022 já está aprovado. É verdade que tudo isto fazia sentido, nomeadamente nos Açores, quando não tínhamos plenários em dezembro, e o último plenário do ano era o plenário do Plano e Orçamento.

Agora com plenários em dezembro, acontece-nos o que está a acontecer agora. Eu estou só a fazer uma análise...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Jurídica!

O Orador: ... da componente legislativa/jurídica, é isso que estou fazendo, que fica de nota para análise futura, quer seja para em plano da revisão constitucional, quer seja no âmbito da revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, porque se é este o espírito da lei, se o espírito da lei é este, tem de ser corrigido, naquilo que são os dizeres da lei, para que não aconteça, como está a acontecer, em que este diploma entrou, o Orçamento e Plano ainda não tinham sido aprovados,

aprovámos o Orçamento e o Plano numas determinadas contingências e circunstâncias orçamentais, e de alguma rigidez,...

Deputado Nuno Barata (IL): Rigidez! Aí é que está!

O Orador: ... e agora, por via desta situação, vamos aprovar aqui propostas que poderão aumentar as despesas, como poderíamos aprovar também propostas que diminuíssem as receitas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Exatamente!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):
Demagogia!

O Orador: E é isto só que queria alertar, que é importante para memória futura, para que seja clarificado, quer seja no plano da Constituição, quer seja no Plano do Estatuto Político-Administrativo.

Dito isto, é importante reter a componente do conteúdo da proposta.

O conteúdo da proposta, desde o primeiro momento, ainda ela era muito diversa do que aqui temos hoje, merece, da parte do XIII Governo, a concordância. Achamos que é uma abordagem positiva para os nossos jovens.

Permitam-me fazer um pequeno sublinhado, um parenteses mais político, porque o provedor, hoje, de todas as queixas podia ter sido autor de todas as soluções ontem, mas tudo bem, estamos aqui naturalmente num processo evolutivo e as pessoas vão reconhecendo alguns erros que cometeram, algumas lacunas que

não supriram, e estamos aqui todos hoje, naturalmente para melhorar e, naturalmente, reconhecendo também o *mea culpa* que o Partido Socialista faz por não ter, quando foi Governo, feito isto e agora apresenta como provedor de queixas atuais.

Muito bem, Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes (Grupo Parlamentar do Partido Socialista) estamos de acordo.

Há mais uma questão que eu gostaria de colocar. Eu percebo que entendam que eventualmente um DLR possa ter mais peso, possa dar uma contabilidade político/legislativa mais simpática. Mas permitam-me que vos faça menção de que há certas circunstâncias, certas temáticas, e certos momentos, em que talvez fosse mais avisado ir por uma Resolução do que ir por um DLR.

Deputado Carlos Silva (PS): Era o que faltava o senhor vir decidir isso!

O Orador: Eu não tenho, naturalmente, capacidade para impor, nem alterar a vontade do Partido Socialista, mas, como já aconteceu no passado, eu sugeri isso e não tendo seguido a minha sugestão a verdade é que chumbaram as vossas pretensões.

Portanto, de novo, com toda a sinceridade, vos digo que talvez fosse mais viável ir por uma resolução do que ir por um DLR, porque não sendo incumprida a lei, estritamente, em relação ao espírito da lei tenho sérias dúvidas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Mas que é o artigo da Constituição?

O Orador: Mas se fosse uma Resolução ela não seria mais subjetiva do que este DLR, porque uma das razões que poderiam apontar era: bem, mas uma Resolução é uma sugestão, é uma recomendação ao Governo, e que não dá umas tramitações muito claras.

Até pode dar, mas também posso-vos dizer que não há resolução aprovada nesta Casa que não seja cumprida pelo XIII Governo Regional.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não é verdade!

O Orador: Portanto, podem estar confortáveis, podem estar à vontade, que uma Resolução aprovada nesta Casa é cumprida pelo Governo Regional.

E qual era a diferença entre a Resolução, e o DLR, no fundo, e no seu conteúdo?

Temos aqui que o valor de apoio à alimentação é regulamentado pelo Governo, o valor do apoio ao transporte é regulamentado pelo Governo, o valor de apoio ao alojamento é regulamentado pelo Governo, o procedimento para formação de candidatura é regulamentado pelo Governo, a análise e decisão também, o pagamento, cobertura de encargos, irregularidades... É basicamente tudo regulamentado pelo Governo. Então porque é que os senhores não fizeram a proposta de resolução? Estava limpinha, correta, sem problema algum e o Governo iria cumpri-la, como irá cumprir também este Decreto Legislativo Regional.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado João Vasco Costa (PS): Qual é o artigo da Constituição, Sr. Secretário?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Alexandra Manes. Faça favor.

Deputada Alexandra Manes (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa legislativa em debate pretende definir a atribuição de apoios para a frequência de estágios curriculares, integrados nos planos de estudo de cursos ministrados, em instituições de ensino superior sediadas dentro ou fora da região.

Estes estágios curriculares são, em grande parte dos cursos superiores, obrigatórios para o exercício das suas funções em contexto laboral.

No entanto, e como bem é referido no preâmbulo da presente proposta, a frequência destes estágios torna-se complicada a nível económico, chegando a haver desistências por parte de estudantes.

Nomeadamente, há quem defina o seu acesso ao ensino superior baseando-se na disponibilidade de estágios curriculares perto da sua área de residência, para não encarecer a sua aposta na educação.

Um recente estudo da Pordata revelou, mais uma vez, aquilo que já sabemos. Em toda a União Europeia o risco de pobreza é mais acentuado entre indivíduos sem escolaridade ou com um nível básico, sublinhando que em Portugal cerca de uma em cada quatro pessoas com, no máximo, o 9.º ano de escolaridade, é pobre.

O risco de pobreza diminui à medida que a escolaridade aumenta, tanto que em Portugal esse risco atinge os 23,1% entre as pessoas com escolaridade entre o pré-escolar e o ensino básico, baixando depois para 11,8% entre quem completou o ensino secundário ou pós-secundário e caindo para 5,1% nas pessoas com o ensino universitário.

Portanto, mais uma vez, o papel determinante que o ensino superior tem para a erradicação da pobreza.

Considerando a elevada taxa de abandono e insucesso escolar, é necessário que as e os jovens vejam a educação como uma variável que devem equacionar, na sua vida, e que esta em vez de lhe fechar as portas, pelo contrário, as abra para uma nova realidade.

A região com maior risco de pobreza do país não pode, de forma alguma, dificultar o acesso à educação, neste caso em concreto à frequência de um ciclo de estudos.

Não nos podemos esquecer da dificuldade que temos na fixação de jovens, numa região cada vez mais envelhecida.

É necessário um profundo investimento na educação. E há mais mundo do que o ensino dual que poderá ser um forte contributo para que jovens não ingressem no ensino superior.

Se queremos uma região com mão de obra qualificada, bem remunerada, para o desenvolvimento sócio económico, é nosso dever promover políticas facilitadoras na frequência de estágios curriculares, também.

À semelhança do que disse o Sr. Deputado Nuno Barata, da IL, que fez uma proposta de alteração, o grupo parlamentar do BE considera que não se deve limitar a idade das pessoas na aposta da sua formação.

-Cada vez há mais pessoas a frequentarem o ensino universitário cada vez mais tarde, também sabemos que existe os “maiores de 23” que veio dar hipótese a muitas pessoas apostarem na sua formação mais tarde, exatamente porque as Bolsas de Mérito permeiam as pessoas que têm possibilidades e que não tiveram grandes entraves no caminho, muitas vezes e há pessoas que têm entraves nesse caminho e não conhecem atingir o tal mérito. O seu mérito próprio é conseguir entrar na Universidade, frequentar, pagar as contas e acabar um concurso.

Como devem calcular o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vai votar favoravelmente esta proposta.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Ninguém é bom juiz em causa própria!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes. Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, no seguimento das várias intervenções que foram feitas, peço a palavra para fazer alguns comentários e algumas referências ao que foi dito sobre a matéria que estamos a debater.

Em primeiro, e respondendo aqui um pouco àquilo que foi dito pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, é que de certa forma, em momento algum, mencionei naquela tribuna que isto seria um problema atual, aliás, é atual, mas não circunscrito à governação atual.

Realmente tem razão e, como sabe, nós não fizemos essa parte, mas foram feitas muitas outras coisas que efetivamente fazem a diferença na vida das pessoas. Como sabe, num espaço governativo, nem sempre é possível fazer tudo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Ah!...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: O Partido Socialista tem essa noção e com a humildade democrática que nos é interpretada, estamos aqui a assumir que os tempos mudam, as circunstâncias mudam, e assim é necessário responder, não ficar amarrado às circunstâncias anteriores e isso faz com que, nós, também, não tenhamos aqui

qualquer resposta para os desafios que estamos a enfrentar e aqueles que também, certamente, vamos ter pela frente.

Mas pegando um pouco também naquilo que foi a intervenção que iniciou o debate desta iniciativa, perceber também que a questão que se trata, neste caso concreto é de um apoio adicional para os estudantes do ensino superior poderem permanecer, continuar o seu ensino superior.

Porque o valor que custa a um estudante frequentar qualquer formação, em ensino superior, é, ainda hoje, elevado. É tão elevado que faz com que vários estudantes, várias famílias, questionam se conseguem entrar ou não no ensino superior.

É perante este desafio, da dificuldade que nós temos em entrar no ensino superior, é que entendemos que esse apoio regional à frequência de estágios curriculares pode atenuar esta fragilidade e, sabendo bem, que a frequência do ensino superior, é muito mais do que apoio que está aqui referido neste diploma e não é por isso que deixamos de apresentar a iniciativa de forma a que os estudantes universitários possam ter um apoio, um instrumento para ajudar no ensino superior.

Também dizer que a dúvida levantada pelo CDS-PP, relativamente à dificuldade em arranjar estágios, assumindo aquilo que fizemos desde o início, melhorando o diploma, encontrando as alternativas necessárias para que a sua execução fosse mais acertada com as necessidades que as entidades de acolhimento, os próprios estudantes, encontram no mercado de

estágio curricular, a dificuldade em encontrar um estágio, também deve ser vista noutra perspetiva. Deve sim, o Governo Regional, encetar esforços, manifestar junto das direções comerciais, das câmaras de comércio, para que essas entidades possam acolher qualquer jovem que se encontre nestas circunstâncias.

Ao fim e ao cabo, nós estamos aqui também a criar um incentivo, uma forma que o Governo Regional deve interpretar esta sua ação de forma a que as entidades, quer privadas, ou de outra natureza, possam acolher o estudante do ensino superior nestas circunstâncias. Isso não deve ser desperdiçado, aliás, pela governação regional. Devem ser intensificadas estas oportunidades.

Também dizer que aquilo que foi o alerta colocado também pelo Sr. Deputado Carlos Furtado, no qual eu percebo a intenção, no entanto, nós temos aqui um diploma que prevê um conjunto de apoios, nomeadamente a questão não só do transporte, das deslocações, mas também a questão do alojamento. Ou seja, um estudante que fique colocado numa zona, numa localidade mais distante da sua área de residência, mais distante também do estabelecimento do ensino superior, que frequenta o seu curso do ensino superior, pode também recorrer a um apoio para se alojar naquela localidade. Isto também fica, à partida, compensado e atenua também este princípio de não abranger, ao fim e ao cabo, a questão do transporte.

Mas o transporte também vai ao encontro daquilo que são os apoios sociais aplicados nos apoios a nível de bolsa de estudo do ensino superior, como é o caso da DGS, da Direção Geral do Ensino Superior...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... ou seja, são apoios que são associados a este tipo de matéria. Por isso, entendemos que este diploma corresponde, não só, às várias tipologias de apoio, salvaguardando sempre os critérios e os princípios da boa gestão dos dinheiros públicos, de uma forma criteriosa e rigorosa.

É esse aspeto que nos fez também criar aqui uma série de condicionantes, digamos assim, que possam prevalecer, sobretudo, o beneficiário, e também toda gestão governativa à volta deste assunto.

Também dizer que a questão da quantificação do valor que está, à partida, previsto para esta iniciativa, naturalmente que o impacto orçamental que nós entendemos pode surgir, fruto também da aplicabilidade desta iniciativa, em nada fere aqueles que são os princípios...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas quando?

O Orador: ... da norma travão, que é aquilo que o Sr. Secretário Regional mencionou há pouco, porque o que está aqui em causa tem a ver com o ano económico em curso.

Se nós tivéssemos apresentado uma iniciativa, em janeiro de 2022, aí punha em causa qualquer princípio de equilíbrio orçamental, e está salvaguardado no diploma.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: E mais!... Acrescentando também que, com a atenção e o cuidado que devemos ter em relação à leitura de qualquer diploma nesta Casa, podemos ver que no seu artigo 12.º está previsto aqui um conjunto que tem a ver com a conjuntura de encargos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas quando?

O Orador: ... e diz o seguinte (passo a citar):

“A verba global destinada aos apoios financeiros a atribuir anualmente, a que se refere o presente diploma, é definida por resolução do Conselho do Governo Regional”.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Agora percebo porque é que o Sérgio Ávila não está na sala!

O Orador: O que está aqui em causa é que o Governo Regional, em sede do Conselho do Governo, definirá o valor, o montante, o limite máximo, para cada ano, salvaguardando também todas as circunstâncias que isso possa daí advir.

Mas também há um outro aspeto que eu gostava de partilhar com a câmara, porque penso que é pertinente e vai favorecer, de certa forma, a leitura feita pelo Sr. Secretário Regional da Juventude,

Qualificação Profissional e Emprego, que teve em relação diploma.

Se nós formos consultar o Orçamento aprovado em 2022, aprovado no plenário passado, no mês passado, há uma norma que diz, no Orçamento (e essa norma vou citar)...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso tem um problema de legado que se chama iniciativa!

O Orador: ... que diz, exatamente quais são as alterações orçamentais.

Essas alterações orçamentais previstas nessa norma, que diz exatamente que “o Governo Regional fica autorizado a alterar qualquer questão orçamental entre as várias ações”, está aqui no Orçamento.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso o Partido Socialista, com responsabilidade, com respeito democrático que deve a esta câmara e aquilo que está a propor nesta câmara, salvaguardou qualquer princípio que possa ser aqui apresentado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

No fundo, percebendo também que é na Comissão que se trabalha qualquer iniciativa, e sendo na Comissão que se trabalha qualquer iniciativa é que ela teve uma evolução, a nosso ver, positiva, de forma a que não possa ferir qualquer...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é uma trapalhada!

O Orador: ... princípio de aplicabilidade no que concerne também aos apoios financeiros.

Queria terminar também dizendo que, nesta situação, o que nós estamos aqui a propor, o que estamos aqui a discutir, é nada mais, nada menos do que um apoio adicional para o acesso à frequência do ensino superior, sabendo os custos inerentes que tem para uma família, para um estudante, esta frequência do ensino superior, e o que nós queremos é que nenhum estudante fique para trás, que nenhum estudante fique impedido de desempenhar o seu estágio curricular, porque o estágio curricular é uma condição para a conclusão da sua formação superior, e, perante este cenário, o que nós estamos aqui a propor, e que é com muito agrado que vejo uma aceitação unânime da câmara, até o parecer do Governo Regional foi um parecer favorável nesta matéria, o qual nós agradecemos a amplitude que o Sr. Secretário Regional conseguiria ir mais além daquela perspetiva que iniciou na primeira audição que teve em Comissão, e isso é de salutar e isto é importante também para nós estarmos a propor um incentivo, um apoio que possa fazer a diferença na vida dos estudantes açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Sérgio Ávila até saiu da sala.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Tem a certeza que não está na sala? O Sr. Deputado Sérgio Ávila está na sala!

O Orador: Ah! Está lá trás.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma obsessão muito grande!

O Orador: Não, não é obsessão nenhuma! É porque, de facto, eu ia fazer referência ao artigo 5.º do Orçamento, como uma forma do Governo resolver este problema que nós aqui, no espírito da lei (e aí concordo com o Sr. Secretário) provavelmente estamos a criar.

Mas não estava à espera era que fosse o Partido Socialista a clarificar esta situação, muito sinceramente, porque o Partido Socialista, aqui, nesta Casa, exortou a que chumbássemos o Orçamento da Região, por causa dessa norma,...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Precisamente por causa desta norma. Foi um dos principais discursos do Sr. Deputado Sérgio Ávila, e bem, porque esta norma, de facto, não devia estar aqui,

Deputado Carlos Silva (PS): E como é que o Sr. Deputado votou essa proposta?

O Orador: Sr. Deputado Carlos Silva, os seus apartes são muito pertinentes, permitem-me responder. É uma vantagem que tem os apartes do Sr. Deputado Carlos Silva. Tem outros problemas, que é criar aqui um certo barulho de gralha, um certo ruído, mas depois tem algumas vantagens, porque o Sr. Deputado Carlos Silva esteve atento a todo o debate do Plano e Orçamento, eu votei favoravelmente, mas, no final, em declaração de voto, fiz referência precisamente às falhas que o documento tinha.

Agora, o que eu não fiz foi votar contra a norma...

Deputado Carlos Silva (PS): É preciso ter lata!

O Orador: ... dizer da norma aquilo que “Maomé jamais disse do seu filho”, e depois chegar aqui, apresentar um diploma que é muito válido, e usar-se da norma para dizer que o Governo pode aplicar o diploma. Isto é que eu não fiz, nem em sede do Orçamento, nem vou fazer aqui hoje, que é muito diferente daquilo que o Partido Socialista está a fazer.

Na minha terra, e em bom português, diz-se que “não se cospe para o ar, porque cai-nos normalmente na testa”.

Foi isso que o Partido Socialista fez.

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é que o senhor fez?

O Orador: Vilipendiou um documento estrutural, num momento grave para esta Região, que precisava de ser aprovado, por causa desta norma, e ainda não passou um mês e já a está a usar a norma, como argumento para cumprir um Decreto Legislativo Regional...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

... que é fundamental para ajudar os estágios curriculares.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma constitui relevante importância para os jovens e menos jovens dos Açores, porque muitas vezes (e vou usar aqui uma expressão publicitária, passe o populismo baratinho) falta, a muita gente, o “danoninho” para chegar onde é preciso.

Deputado Carlos Silva (PS): É exatamente o que lhe está a faltar!

O Orador: E aquilo que estamos aqui a falar é de “danoninhos”. E, Sr. Secretário, o senhor tem certamente grandes “iogurtes”, no seu Orçamento, de onde pode tirar um bocadinho para dar um “danoninho” a estes jovens e a estes menos jovens que pretendem fazer estágios curriculares depois de terem voltado ao mercado da educação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Flávio Soares. Faça favor.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Falta “danoninho” e falta coragem!

Deputado Nuno Barata (IL): Coragem para quê?

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Carlos Silva (PS): “Eu votei a favor, mas disse na declaração de voto que não concordo!”... É preciso ter lata!

O Orador: Antes que o Partido Socialista,...

Deputado Carlos Silva (PS): O Sr. Deputado Barata quer reescrever a história, mas não consegue!

O Orador: O Sr. Deputado Carlos Silva está demasiado excitado. ... venha com a mesma história do costume, a dizer que o PSD está contra os jovens açorianos, quero deixar claro que o PSD concorda e por isso vai votar a favor desta iniciativa, porque concordamos que existam apoios direcionados aos jovens açorianos e às famílias com mais carências na nossa Região.

Mas é importante também lembrar dois ou três aspetos.

Em primeiro lugar, lembrar, uma vez mais (já lembrei há pouco, mas nunca é demais lembrar) que o Partido Socialista votou contra o Plano e Orçamento para a Região...

Deputado João Vasco Costa (PSD): Contra e bem!

O Orador: ... para o ano de 2022, Plano e Orçamento esse que tinha apoios como a atribuição de bolsas de estudo aos estudantes açorianos, o apoio ao pagamento de propinas também para os

nossos estudantes e o aumento do apoio ao Prémio de Mérito, que o Partido Socialista votou contra.

Mais!... O Partido Socialista não apresentou, como aliás já foi referido pela Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, qualquer proposta de alteração que pudesse salvaguardar esta mesma iniciativa.

Agora, achamos ainda mais curioso, mas já estamos habituados a esta falta de coerência do Partido Socialista, nos últimos tempos, de antes de ter votado contra a uma norma e de ter dito mil e uma coisa sobre essa norma, a dizer que era o “fim do mundo” para os Açores...

Deputado João Vasco Costa (PSD): Estava no Orçamento!

O Orador: ... a aprovação deste Plano e Orçamento, porque continha esta norma, e agora utiliza esta norma, para justificar aquilo que não contabilizou no Plano e Orçamento para justificar essa mesma ação.

Deputada Ana Luis (PS): Não foi nada para justificar, pelo amor de Deus!

O Orador: Mas estamos habituados a este ziguezague do Partido Socialista...

Deputado José Contente (PS): Não é ziguezague, é “zigueChega”!

O Orador: ... aliás, como várias vezes foi referido.

Resumindo, e concluindo: aquilo que nós consideramos é que esta é uma boa iniciativa e é por isso que vamos votar a favor. Tarda é por efetivamente vir tarde.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego. Faz favor.

(*) Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dar aqui apenas mais um sublinhado relativamente à questão da constitucionalidade.

Eu não estou a colocar em causa a constitucionalidade formal. Não está em causa, mas a constitucionalidade material pode estar. A constitucionalidade material pode estar! E o artigo 167.º, n.º 2 da Constituição, refere claramente, e vê-se lá, qual é o espírito do legislador. Por isso há a constitucionalidade formal e material. Mas por aqui me fico. Fica só uma última segunda questão que eu gostaria de colocar nesta intervenção.

Eu já tive oportunidade, ao Sr. Deputado Vílson Gomes e também ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, com a toda a humildade, de disponibilizar-me para ajudar a encontrar soluções noutras circunstâncias.

Desta vez sou eu que estou pedindo, Sr. Deputado. É porque, segundo o artigo 12.º, que remete para o Governo, o que o senhor referiu, por resolução do Conselho do Governo, o montante global a gastar nesta matéria, eu gostava que o senhor me dissesse qual é?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faz favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo: Sr. Deputado Vílson Gomes, o senhor é Presidente da Juventude Socialista, desde novembro de 2019, não é? Desde novembro de 2019!

Eu percebo o seu contentamento nesta discussão. V. Exa. esteve um ano a tentar convencer o Governo do Partido Socialista a aprovar uma medida deste tipo. E o Governo do Partido Socialista de então, não concordou, não considerou importante.

V. Exa. vem agora e apresenta a este Governo, ao Governo plural da coligação, esta proposta, e tem acolhimento por parte do Governo. Teve um contributo, até do ponto de vista técnico, teve um contributo dos diversos partidos políticos e vê, V. Exa., esta preocupação acolhida.

Por isso eu bem o compreendo, Sr. Deputado,...

Deputado Berto Messias (PS): O Governo não concorda!

O Orador: ... porque V. Exa. tem aqui o acolhimento, em relação a estas matérias, que não teve no passado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

E quero dizer-lhe, Sr. Deputado, que concordo consigo. Esta matéria é uma matéria vital: a formação dos nossos jovens. O acesso a esta formação é essencial! É aqui que se ganha o futuro. Concordo que isto seja uma prioridade, concordo que esta é uma matéria muito relevante e digo-lhe já: a primeira vez que analisei este assunto, a última coisa com que me preocupei com a norma travão, porque acho que isto é mesmo essencial. Noutros tempos, este tipo de questões seria o suficiente.

Eu tive aqui propostas que foram inviabilizadas, nem sequer puderam ser discutidas neste Parlamento.

Deputado José Ávila (PS): Mas não era igual!

O Orador: Eu sei que esse seria um tipo de questões técnicas que afastaria o essencial, que impediram que o assunto que é realmente importante, pudesse aqui ser votado e pudesse ser discutido e adotado para a melhoria das condições do estudo, de estágio, dos nossos jovens, para melhoria do seu futuro.

Por isso é que lhe quero dizer que conta, nesta matéria, com o apoio do PPM, um apoio empenhado, um apoio solidário. O acolhimento de que esta matéria é, de facto, essencial, e é por isso que o Grupo Parlamentar do PPM vai votar a favor. Não, por questões táticas, por uma questão de convicção, porque eu considero que nestas matérias o importante é sempre isto: a convicção!

Esta medida é uma medida que vai favorecer os jovens açorianos. Não tenho nenhuma dúvida! É o caminho do futuro.

Parabéns, Sr. Deputado, por ter apresentado neste plenário e parabéns ao Governo Regional por ter mostrado esta capacidade de acolhimento das propostas da oposição, coisa que não aconteceu no passado.

Muito obrigado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Mas o Sr. Secretário diz que não concorda!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra, porque há matéria relevantes, aqui dita pelo Sr. Secretário Regional, que tentou imputar aqui a responsabilidade do valor orçamental, quantificada, que está aqui em causa, mas faço-lhe a mesma pergunta: como é que o Sr. Secretário quantificou também a linha de apoio social que está inscrita no Plano e Orçamento, para 2022?

Da mesma maneira que quantificou essa, quantifica também para esta matéria.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: É essa a questão que está, em cima da mesa.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Duarte Freitas): Nem sabe quantos alunos estão neste momento!

O Orador: Também respondendo, ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, que até terminou a sua intervenção de uma forma crescente, porque iniciou de uma certa maneira a dizer que a Juventude Socialista, na qual eu desempenho funções nesta estrutura, nunca apresentou propostas.

Eu posso relembrar-lhe um pouco que as propostas atuais do Governo Regional, que está a tentar melhorar o Programa de Estágios, foi a Juventude Socialista dos Açores que propôs e foi a Juventude Socialista que também propôs um conjunto de propostas que existem, hoje, na nossa Região, e foi através da

Juventude Socialista, e sendo o Governo Regional do Partido Socialista, que implementou na Região.

Não é por estar na Juventude Socialista, não por pertencer a uma organização que deixamos de fazer o nosso trabalho e fazemos. E essa proposta foi apresentada agora, porque entendemos que o momento é este e entendemos também que a altura para apresentar é agora, e não por razões táticas, ou por razões de impossibilidade da anterior governação, que nós estamos agora a apresentar, porque o que o Partido Socialista fez enquanto era Governo, está também agora a fazer na oposição...

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: ... que é construir propostas e respostas para melhorar a vida dos jovens açorianos.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras pede a palavra para uma interpelação?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18h08 minutos.

Eram 17 horas e 49 minutos

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 24 minutos.

Estamos no ponto 2 da nossa Agenda, uma iniciativa legislativa, do Partido Socialista: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XII - “Cria o apoio regional à frequência de estágios curriculares”**.

A Mesa neste momento não tem inscrições?

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação deste diploma, na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XII foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos ao debate e votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, os dois primeiros artigos do diploma não foram alvo de propostas de alteração.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

Não havendo oposição, estão à votação os artigos 1.º e o 2.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Coloco à votação a proposta de eliminação da alínea a), do n.º 1 do artigo 3.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação colocada à votação, foi aprovada com 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor do Deputado Independente, 24 votos contra do PS, 1 voto contra do IL e o 1 voto contra do PAN.

Presidente: Tendo sido aprovada, está prejudicada a proposta de alteração apresentada pela Iniciativa Liberal, à mesma alínea.

Sendo assim, coloco à votação o artigo 3.º, com esta proposta de alteração que acabámos de introduzir.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo 3.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 4.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo 4.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 5.º, apresentado pelo Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A proposta de alteração colocada à votação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 5.º do diploma, com esta proposta de alteração que acabámos de aprovar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O artigo 5.º colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, os restantes artigos do diploma não são alvo... Sr. Deputado Carlos Furtado...

Deputado Carlos Furtado (*Independente*): Sr. Presidente, solicitava que o artigo 6.º fosse votado à parte.

Presidente: Então vamos votar o artigo 6.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra, faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 6.º colocado à votação, foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 21 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE, 2 votos a favor do PPM, 1 voto a favor do CH, 1 voto a favor da IL, o 1 voto a favor do PAN e 1 voto de abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação os restantes artigos do diploma, que não são alvo de propostas de alteração.

Estão então à votação os artigos 7.º, 8.º, 9.º, 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º, 15.º e 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XII foi aprovado, em votação final global, por unanimidade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS, IL e do Deputado Paulo Estêvão)

Presidente: Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, para uma declaração de voto faz favor. Tem a palavra.

(*) Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Este será mais um mecanismo de apoio para o incentivo dos jovens que frequentam o ensino superior, para a fixação destes jovens na nossa Região.

No meio das medidas que já estão implementadas, este será, certamente, mais um contributo para esse desígnio.

A verdade é que o debate foi pelo caminho da constitucionalidade, mas o Grupo Parlamentar do CDS entende que as vantagens serão muito maiores para estes alunos que frequentam o ensino superior e este será, sem dúvida, um contributo, mais um contributo, para que tenhamos maior taxa de alunos a frequentar o ensino superior e isso trará, certamente, melhor futuro para a nossa região.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com a mesma convicção que votei favoravelmente, continuo com a mesma convicção que o artigo 6.º não faz justiça aquela que é a boa vontade, mas também a ambição, a vontade de chegar mais à frente do povo açoriano, porque aqueles que já depois do tempo normal que frequentam a escola, veem neste diploma a possibilidade de voltar a enriquecer a sua carreira através de melhor formação.

Também, se calhar, são aqueles que já dispõem de carro, ou já dispõem de uma motorizada, ou já dispõem de um amigo que tem um carro para os levar até ao sítio onde fazem o estágio.

Eu acho que é demasiado redutor estarmos aqui a aprovar um documento que, no fundo, cria aqui um estigma social, de que só terá apoio quem fizer prova de que utiliza os transportes públicos para sua deslocação, para esses estágios. Só esses é que serão

beneficiados com esse apoio, até os 10% do valor do salário mínimo regional.

Continuo a achar que isso é demasiado redutor, que não premeia a excelência e a motivação das pessoas chegarem mais além de terem viatura própria, de terem alguém que lhes ajude, no fundo, a que essas pessoas possam concretizar uma evolução da sua carreira formativa.

É pena!... Estou em crer que o tempo há de me dar razão, e que, em devido tempo, há de aparecer nesta Casa uma proposta de alteração que resolva esse problema, essa injustiça para com as pessoas que tendem chegar, ou que querem chegar mais além.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto.

Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes, faça favor.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A aprovação desta iniciativa, desde diploma, nesta câmara, representa um conjunto de indicadores, desde logo, daquilo que representa também para a frequência e o acesso ao ensino superior, daquilo que é a nossa convicção para que os estudantes açorianos tenham condições para aceder ao ensino superior e também qualificar a sua formação e qualificar também o seu percurso.

Não posso deixar de fazer uma nota. Em relação ao percurso que foi feito ao longo deste trabalho desenvolvido, no que toca à evolução da iniciativa, desde o início, na comissão especializada, merece uma nota relevante também, porque nós soubemos interpretar e também compreender as necessárias adaptações que o diploma carecia de serem feitas.

Também dizer que os aspetos que levaram a que a construção do diploma pudesse salvaguardar quaisquer situações de injustiça, e certamente a panóplia de apoios irá salvaguardar qualquer situação menos favorável, porque estamos a falar não só do apoio à alimentação, à deslocação e também, se for o caso, de alojamento. Mas também tem uma componente de mobilidade, que é fundamental para que, a frequência do estágio curricular, não se centre apenas numa determinada localidade e isso, a nosso ver, é efetivamente uma oportunidade para desenvolver oportunidades de trabalho, para dar aqui uma capacidade de integração no mercado de trabalho, porque quer queiramos, quer não, esta ferramenta é uma ferramenta integradora também para que os estudantes açorianos possam entrar no mercado de trabalho, possam ter uma transição para a vida de uma forma mais adaptada ao contexto da sua formação.

São essas notas que queria deixar, porque representa bem e merece, sem dúvida, uma saudação desta câmara pelo facto de nós aprovarmos aqui uma iniciativa que vai ser relevante para qualquer estudante universitário, relevante também para aqueles

que pretendem entrar no ensino superior e que o Parlamento, com a nossa ação, não poderia deixar, de certa forma, criar aqui um vazio que pudesse impossibilitar, ou que pudesse impulsionar, qualquer situação menos favorável para que os estudantes açorianos possam ter uma boa ferramenta, uma ferramenta que possa ajudar o seu percurso formativo.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é verdadeiramente o Parlamento com que eu sonhei durante tantas décadas, um parlamento plural, aberto às ideias dos diversos Grupos Parlamentares.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Viu-se no Plano e Orçamento!

O Orador: E isso ficou bem expresso nesta matéria.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Viu-se no Plano e Orçamento!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As suas ideias!

O Orador: O que é que é a política?

A política é sempre um conjunto de prioridades. O que é que é mais prioritário?

É evidente que não há dinheiro para tudo, mas nós podemos definir aquilo que é mais importante, aquilo que é mais decisivo

para o desenvolvimento da nossa sociedade, aquilo que é mais justo.

Essa é a definição que pode ser feita no âmbito daquilo que é a prática política.

A verdade é que, este Parlamento e este Governo, consideraram que a criação destes apoios à formação académica dos nossos jovens, é uma prioridade. É uma das políticas prioritárias. Não eram antes e passaram a ser agora nesta legislatura.

Isto é muito relevante. Há apenas uma coisa que eu discordo do Sr. Deputado Vílson Gomes quando diz que isto é importante agora. Não!... É importante há muito tempo. Há muito que estes apoios deveriam ter sido criados! Há muito tempo!

Mas este foi o momento em que as circunstâncias políticas permitiram, e permitiram porque já não existe uma maioria absoluta, uma maioria absoluta que tinha outras prioridades que não a formação académica dos nossos alunos (não apoiar).

Ora, esta medida, que é aqui aprovada, mostra que valeu a pena esta mudança.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Estes jovens todos, nos Açores, podem beneficiar nesta legislatura, e nas próximas, de um apoio muito significativo. Isto é muito, muito importante. É um capital político que este Parlamento passa a ter, é um capital político que este Governo tem de implementar.

Por isso é que eu considero que, depois de tantos anos de luta, de tantos anos em que se favoreceu aqui o pluralismo político, ter este resultado, em que se aprova uma proposta do maior partido da oposição, é muito positivo, ainda por cima com o contributo de diversos partidos e também do Governo Regional.

Por isso saúdo a aprovação desta iniciativa, que vai ter um impacto tão significativo no âmbito daquilo que são os prosseguimentos de estudos dos nossos jovens.

É aí que se pode ganhar o futuro. É essa a batalha que se pode ganhar, a batalha do desenvolvimento através da formação dos nossos jovens. É isso que é essencial e é isso que há muito tempo, Sr. Deputado Vílson Gomes, que é prioritário.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Aliás, eu recordo-me das propostas que V. Exa. apresentou sobre essa matéria e foram rejeitadas!

Presidente: Tem agora a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Flávio Soares.

(*) **Deputado Flávio Soares (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com a aprovação deste diploma, fica bastante claro que, para o PSD, acima dos interesses partidários, estão os interesses de todos os açorianos.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Consideramos que, efetivamente, este diploma vai ao encontro das necessidades dos nossos jovens, quer no momento atual, mas também de dificuldades que já vinham de anos anteriores. Desta forma, os jovens açorianos veem nesta iniciativa uma forma de ter um apoio, de ter uma ajuda, para fazer face a despesas que muitas famílias, infelizmente, não conseguem suportar nos dias de hoje.

Quero também realçar, em nome do PSD, que todas as propostas que defendam efetivamente os interesses dos jovens açorianos, serão sempre bem-vindas, tanto do PSD, como dos partidos que suportam o Governo Regional, mas também de outros partidos, como é o caso do PS.

A aprovação, por parte do PSD, deste diploma, esclarece precisamente isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto?

Não havendo vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Pedro Neves pede a palavra para?

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Faz favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN)**: Sr. Presidente, é só para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, que é o que eu tenho direito.

Presidente: Peço aos líderes e ao Sr. Subsecretário que se acerquem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Sra. e Srs. Deputados, a Representação Parlamentar do PAN retirou o seu pedido de intervalo e a Conferência de Líderes deliberou, por unanimidade, avançarmos nos nossos trabalhos com o ponto 4 da nossa Agenda, ficando o ponto 3 para amanhã.

Avançamos para a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XII - “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/A, de 27 de maio, regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas legais”**.

É uma iniciativa apresentada pelo Governo Regional dos Açores. Tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Presidência para apresentação do diploma.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência (Pedro Faria e Castro)**: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores submete à aprovação desta câmara a Proposta de Decreto Legislativo Regional – “terceira alteração ao

Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/A, de 27 de maio, sobre o regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas legais.

O DLR 25/2003, já foi atualizado por duas ocasiões: em 2007 e em 2020. Agora, em 2021, há que ter três aspetos em conta:

Em primeiro lugar, a necessidade de atualizar a matéria, ali, normativamente enquadrada, ao tempo presente, em que, na era digital, novas funcionalidades vão estando disponíveis.

Depois, novos tipos de atos que carecem de publicação. Na prática, já o eram, mas tal situação não estava ainda legalmente consagrada. São os casos dos despachos e dos anúncios relativos à contratação pública.

A terminologia jurídica foi melhorada, corrigindo não só a designação dos órgãos, mas também a precisão dos tempos verbais, indo ao encontro de melhores práticas de produção legislativa.

Mas, a alteração mais significativa reporta-se à possibilidade de publicação de atos, através de Suplementos às I e II Séries do Jornal Oficial.

Não parece, ao Governo, haver qualquer razão para limitarmos a possibilidade de publicação dos Suplementos, até em linha do que acontece com o Diário da República e com o Jornal Oficial da Madeira.

A urgência na publicação de diplomas, motivada pela pandemia, bem como noutras situações, revelaram este problema e que não

se coaduna com a espera para o dia seguinte, podendo levar a um vazio legal, entre o início do dia e a publicação do Jornal Oficial.

São 17, os artigos alterados e dois aditamentos.

Temos, portanto, uma Proposta de Decreto Legislativo Regional que tem por objetivo melhorar e atualizar o regime jurídico da publicação, identificação e formulário dos diplomas legais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Subsecretário Regional.

Estão abertas as inscrições?

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção, necessariamente, breve, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para referir que, genericamente, o Grupo Parlamentar concorda com as alterações que são aqui propostas, desde logo, a conformação legista com aquilo que foi sendo, ao longo dos tempos, as novas publicações e os novos atos publicados no Jornal Oficial, bem como também ter em conta, e salvaguardar em letra de lei, no caso, a Proposta de

DLR, aquela que foi a evolução digital, digamos assim, do Jornal Oficial, ao longo dos últimos anos.

Portanto, concordar com aquelas que são as propostas aqui apresentadas e também concordar com aquela que é, digamos, a alteração mais substancial deste diploma, ou seja, a possibilidade de passarem a ser publicados Suplementos, ou seja, publicações fora do horário previsto para a publicação daquele dia, tal como estava previsto.

Até ao momento, eram feitas publicações às zero horas de cada dia. Julgo que esse sistema se mantém. Com esta alteração passa a ser possível fazer a publicação de Suplementos fora dessa hora, desde que, mediante a devida justificação para essa publicação.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista concorda com a proposta de DLR que é aqui apresentada.

Muito obrigado.

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Uma intervenção breve, também, naturalmente, para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD apoia esta iniciativa do Governo Regional, sobretudo pela circunstância de ela vir adequar, tanto a tipologia dos atos normativos, como da terminologia que sobre

esta matéria também evoluiu e, bem assim, quanto à possibilidade de serem publicados Suplementos ao Jornal Oficial, na presunção de que esses Suplementos serão sempre por necessidades devidamente justificadas e não por menos cuidado na preparação da publicação ou publicitação dos atos normativos.

As razões invocadas pelo Governo Regional, nomeadamente naquilo que decorre da situação pandémica, que infelizmente ainda vivemos, justifica, sobremaneira, esta necessidade da existência de suplementos, sendo certo que eles também existem no Diário da República, no qual ainda, na passada sexta-feira, foram produzidos três suplementos, todos eles, curiosa e coincidentemente, com origem na Presidência do Conselho de Ministros e não fazendo referência a matérias que decorrem da pandemia, mas outras necessidades que a própria administração do país assim, cremos nós, justifica.

Portanto, nesta medida, naturalmente que apoiamos esta iniciativa do Governo Regional, dando o nosso voto favorável.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, não havendo, vamos passar à votação, na generalidade, deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XII, foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Este diploma tem quatro artigos.

Pergunto à câmara se posso colocá-los à votação em conjunto?

(Pausa)

Estão à votação os quatro artigos do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Os artigos colocados à votação foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XII, foi aprovada, em votação final global, por unanimidade.

Presidente: Está encerrado mais este ponto da nossa ordem de trabalhos.

Sugeria à câmara, porque estamos em condições, de fazer a eleição do Representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no Conselho da Diáspora Açoriana.

Podemos avançar?

Então avançamos para o ponto nove da nossa Agenda: **Eleição de um Representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no Conselho da Diáspora Açoriana.**

Regem, esta matéria, os artigos 173.º a 175.º do nosso Regimento.

A proposta que deu entrada na Mesa preenche os requisitos formais, que é da Sra. Deputada Elisa Sousa.

De acordo com o Decreto Legislativo Regional que rege esta matéria, integram este órgão três representantes da Assembleia, no limite de um Deputado por partido político.

A 25/3 foram eleitos os Srs. Deputados Ana Luísa Luís, Pedro do Nascimento Cabral e Catarina Cabeceiras.

Posteriormente, o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral suspendeu o seu mandato.

Neste seguimento, torna-se necessário a indicação do novo representante desta Assembleia, determinando a realização de nova eleição para o referido cargo.

Pedia a distribuição dos boletins, se fizessem favor.

(Neste momento procedeu-se à distribuição dos boletins de voto para votação)

Presidente: O Sr. Secretário vai fazer a chamada, e os Srs. Deputados dirigem-se à urna. Pedia ao Sr. Secretário que verificasse se a urna está em condições.

Vamos iniciar a chamada.

(Neste momento procedeu-se à chamada dos Srs. Deputados)

Presidente: Votaram 56 Sras. e Srs. Deputados.

Vamos proceder à contagem de votos. Se algum Grupo e Representação Parlamentar quiser acompanhar a votação, faça favor de se abeirar da Mesa.

(Neste momento procedeu-se à contagem dos votos entrados na urna pelo Sr. Presidente da ALRAA, os Srs. Secretários da Mesa e o Sr. Deputado Gustavo Alves)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão contados os votos. O Sr. Secretário está em condições de anunciar os resultados. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: A Representante da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no Conselho da Diáspora Açoriana, Deputada Elisa Lima de Sousa, foi eleita com 40 votos sim, 8 votos não, 7 votos de abstenção e 1 voto em branco.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muitos parabéns, Sra. Deputada. Votos de um bom trabalho.

Ficamos com três Sras. Deputadas no Conselho de Diáspora Açoriana.

Sras. e Srs. Deputados, sugiro que passemos ao ponto 10 da nossa Agenda: **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 333/16.4PAVPV.**

O relatório foi distribuído por todos. Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não havendo vamos passar à votação deste relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: O relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro pede a palavra para?

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Risos da Câmara)

Eu sei que isto é totalmente inesperado...

(Risos da Câmara)

... mas era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

(Risos da Câmara)

Presidente: Muito bem! É regimental, está concedido e atendendo ao nosso horário vamos encerrar os nossos trabalhos por hoje. Regressamos amanhã às 10h00.

Boa noite a todos.

Eram 19 horas e 20 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Carlos Emanuel Rego Silva

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

(*) Texto não revisto pelo orador

Documentos entrados

Listagem da correspondência:**Projeto de Decreto-Lei:**

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que altera a norma aplicável aos laboratórios utilizados pelos organismos de avaliação da conformidade dos equipamentos marítimos, transpondo a Diretiva Delegada (UE) 2021/1206 - MM - (Reg. DL 1256/XXII/2021) – n.º 54/XII -GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 11 – 23

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2021 – 12 – 13

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que altera o regime jurídico da reconversão da paisagem - MAAC- Reg. DL 1357/XXII/2021 – n.º 55/XII -GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 12 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2021 – 12 – 17

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que regulamenta as atividades de investigação científica marinha no espaço marítimo nacional e

águas interiores marítimas, quando realizadas por entidades internacionais - MM - (Reg. DL 1370/XXII/2021) – n.º 56/XII - GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 12 – 07

Comissão: Assuntos Sociais

Limite de parecer: 2021 – 12 – 26

Assunto: Projeto de Decreto-Lei que desenvolve o regime jurídico das atividades espaciais - MCTES - (Reg. DL 1325/XXII/2021) – n.º 57/XII -GR

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2021 – 12 – 09

Comissão: Economia

Limite de parecer: 2021 – 12 – 17

Projetos de Resolução

Assunto: N.º 1528/XIV (CH) - Pela equiparação das taxas aeroportuárias de Porto Santo e da Madeira à do aeroporto Humberto Delgado - n.º 93/XII-AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2021 – 11 – 24

Comissão: Economia

Data Limite de Parecer: 2021 – 12 – 14;

Projeto de Decreto Legislativo Regional:

N.º 44/XII

Assunto: [Regime jurídico do transporte de animais de produção na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: PSD

Data de Entrada: 2021 – 12 – 07

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2022 – 01 – 06.

Propostas de Decreto Legislativo Regional

N.º 23/XII

Assunto: [Estabelece medidas para a redução do consumo de produtos de utilização única e a promoção da reutilização e reciclagem](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2022 – 01 – 05;

N.º 24/XII

Assunto: [Segunda Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 12/2016/A, de 8 de julho, Medidas de Controlo da População de Animais de Companhia ou Errantes](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 03

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Limite de parecer: 2022 – 01 – 05;

Petições:

N.º 18/XII

Assunto: Pela normalização das consultas e tratamentos no serviço de Oncologia do Hospital do Divino Espírito Santo

Proveniência: Basílio Aires Raposo Ferreira

Data de Entrada: 2021– 12 – 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: Em processo de admissão;

N.º 19/XII

Assunto: Pela normalização das Consultas e tratamentos no serviço de Oncologia do Hospital do Divino Espírito Santo

Proveniência: Maria José Correia Cabral

Data de Entrada: 2021– 12 – 03

Comissão: Assuntos Sociais

Data Limite de Parecer: Em processo de admissão;

Requerimentos:

Assunto: [Situação epidemiológica na ilha São Jorge](#)

Autores: Maria Isabel Teixeira, (PS)

Data de Entrada: 2021 – 11 – 26

Referência: 54.02.05 – N.º 241/XII;

Assunto: [Instalações desportivas na Horta](#)

Autores: Salomé Matos, (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 11 – 26

Referência: 54.03.07 – N.º 242/XII;

Assunto: [Encaminhamento de passageiros em transporte aéreo no interior da Região](#)

Autores: Catarina Cabeceiras, Rui Martins e Pedro Pinto, (CDS-PP)

Data de Entrada: 2021 – 11 – 29

Referência: 54.01.00 – N.º 243/XII;

Assunto: [Aeroporto da Horta – Acordo de parceria – Portugal 2030](#)

Autores: Tiago Branco e Ana Luís, (PS)

Data de Entrada: 2021 – 11 – 29

Referência: 54.02.07 – N.º 244/XII;

Assunto: [Impacte Ambiental da Construção de Bar/Balneários na Zona Balnear da Praia da Riviera](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes, (BE)

Data de Entrada: 2021 – 11 – 30

Referência: 54.06.03 – N.º 245/XII;

Assunto: [Cancelamentos das viagens do barco Ariel entre as ilhas do Corvo e Flores](#)

Autores: Lubélio Mendonça, (PS)

Data de Entrada: 2021 – 12 – 02

Referência: 54.02.00 – N.º 246/XII;

Assunto: [Apoios ao Financiamento – Programa de Manutenção de emprego](#)

Autores: António Lima e Alexandra Manes (BE)

Data de Entrada: 2021 – 12 – 02

Referência: 54.06.00 – N.º 247/XII;

Assunto: [Centro de Saúde de Velas – Visto do Tribunal de Contas](#)

Autores: Maria Isabel Teixeira, (PS)

Data de Entrada: 2021 – 12 – 03

Referência: 54.02.05 – N.º 248/XII;

Assunto: [Plano Estratégico da Apicultura - Programa Apícola Nacional \(PAN\)](#)

Autores: Marco Costa, Carlos Freitas, Bruno Belo, Vitória Pereira e Alberto Ponte, (PSD)

Data de Entrada: 2021 – 12 – 03

Referência: 54.03.00 – N.º 249/XII;

Assunto: [Reforço da vacinação dos estudantes das áreas da saúde em estágio clínico](#)

Autores: Vilson Gomes, Ana Luís e Tiago Lopes, (PS)

Data de Entrada: 2021 – 12 – 09

Referência: 54.02.00 – N.º 250/XII;

Respostas a Requerimentos:

Assunto: [Greve dos tripulantes dos navios de investigação "Arquipélago" e "Águas-Vivas"](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 11 – 25

Referência: 54.02.00 – N.º 223/XII;

Assunto: [Pavilhão desportivo da EBI Roberto Ivens](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 11 – 29

Referência: 54.01.002 – N.º 222/XII;

Assunto: [Acumulação de funções públicas e privadas no Hospital Divino Espírito Santo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 11 – 29

Referência: 54.01.002 – N.º 171/XII;

Assunto: [Centros de Atividades de Tempos Livres na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 11 – 29

Referência: 54.03.02 – N.º 220/XII;

Assunto: [Contratação de Profissionais de Saúde](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 11 – 30

Referência: 54.06.00 – N.º 213/XII;

Assunto: [Serviço de oncologia - HDES](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 11 – 30

Referência: 54.06.02 – N.º 212/XII;

Assunto: [Relatório elaborado pela Microsoft após análise ao sistema informático do HDES](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 02

Referência: 54.06.03 – N.º 225/XII;

Assunto: [Empreitada de Construção do Edifício para as Instalações do Serviço de Ambiente do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 03

Referência: 54.07.09 – N.º 232/XII;

Assunto: [Pedido de Informações sobre o Conselho Científico para a Inovação Agroalimentar](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 03

Referência: 54.02.00 – N.º 216/XII;

Assunto: [Solicitação reiterada de documentação relativa à Escola do Mar dos Açores](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 218/XII;

Assunto: [Pedido reiterado de Resposta e de entrega de documentos](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 03

Referência: 54.06.00 – N.º 227/XII;

Assunto: [Projeto referente à Construção, reabilitação e museografia da Casa da Vigia no âmbito do Ecomuseu do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 06

Referência: 54.07.09 – N.º 231/XII;

Assunto: [Miradouro das Eiras do Maranhão](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 06

Referência: 54.07.09 – N.º 235/XII;

Assunto: [Empreitada de construção do refeitório e sala de terapia da fala na Escola Básica e Secundário Mouzinho da Silveira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 228/XII;

Assunto: [Miradouro da Caldeira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 234/XII;

Assunto: [Contabilização de avaliações de ex-militares residentes nos Açores para atribuição de posição remuneratória na administração pública](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 07

Referência: 54.06.00 – N.º 226/XII;

Assunto: [Atrasos no pagamento dos reembolsos na Unidade de Saúde da ilha Terceira](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 07

Referência: 54.06.03 – N.º 224/XII;

Assunto: [Energias renováveis na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 233/XII;

Assunto: [Porta contentores “sideloader” para carga e descarga autónoma de contentores, na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 237/XII;

Assunto: [Projeto referente à proteção da costa da falésia adjacente à Vila do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 230/XII;

Assunto: [Aeródromo da ilha do Corvo](#)
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIrequeresp238.pdf

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 238/XII;

Assunto: [Requalificação da Unidade de Saúde da Ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 07

Referência: 54.07.09 – N.º 229/XII;

Assunto: [Alteração de horário dos trabalhadores do Serviço de Imagiologia do HDES](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 10

Referência: 54.06.02 – N.º 236/XII;

Assunto: [A importância da SPEA na ilha do Corvo](#)

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2021 – 12 – 10

Referência: 54.06.09 – N.º 219/XII;

Informações:

Assunto: Ofício n.º 117/021/LT a apresentar a candidatura do Deputado Rui Miguel Mendes a Secretário da Comissão de Inquérito à Operacionalização das Agendas Mobilizadoras

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD

Data de Entrada: 2021 – 11 – 25;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da ALRAA sobre a constituição da Mesa da Comissão de Inquérito à Operacionalização das Agendas Mobilizadoras, eleita na sua reunião de 26 de novembro de 2021, a saber: Presidente:

Deputada Sandra Dias Faria (PS); Relator: Deputado Carlos Silva (PS); Secretário: Deputado Rui Espínola (PSD)

Proveniência: Sandra Dias Faria, Presidente da Comissão de Inquérito à Operacionalização das Agendas Mobilizadoras

Data de Entrada: 2021 – 11 – 26.

Assunto: Ofício n.º 1573-ST a remeter o Anteprojeto do Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, relativa ao ano de 2020

Proveniência: Branco Cordeiro Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2021 – 11 – 29;

Assunto: Pedido de suspensão de mandato, nos termos do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º do Estatuto dos Deputados, a partir de 03 de dezembro de 2021 (inclusive), por um período de 30 dias

Proveniência: Maria Valdemira Gouveia Andrade, Deputada do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 12 – 03;

Assunto: Ofício n.º 338, a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da suspensão do mandato da Deputada Maria Valdemira Gouveia Andrade, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da

Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARAA e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pelo candidato José Carlos San-Bento

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 12 – 03;

Assunto: Correio eletrónico remetendo, para conhecimento, o Relatório e avaliação sumária referente ao ponto 5 da resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 27/2014/A

Proveniência: Duarte Pimentel, Chefe de Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Data de Entrada: 2021 – 12 – 03;

Assunto: AT n.º 1635, a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a substituição, na Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento sustentável, da deputada Valdemira Gouveia pelo deputado Mário Tomé

Proveniência: Luís Rosa, Secretário do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 12 – 06;

Assunto: Solicitação de prorrogação de prazo por 30 dias, dos Projetos de Decreto Legislativo Regional n.º 37/XII (PS) - “Regime jurídico da classificação de arvoredos de interesse público na Região Autónoma dos Açores”, n.º 38/XII (PSD/CDS-PP/PPM/PAN) – “Regime Jurídico de Classificação do Arvoredos de Interesse Público na Região Autónoma dos Açores”, e n.º 43/XII (BE) – “Revogação do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º 5/2021/A, de 26 de abril – Proibição de utilização de glifosato”, dos Projetos de Resolução n.º 29/XII (PPM) – “Recomenda a atualização do regime jurídico da avaliação do impacto e do licenciamento ambiental vigente na Região Autónoma dos Açores”, n.º 31/XII (BE) - “Medidas para garantir o cumprimento das metas de reciclagem da União Europeia nos Açores”, n.º 33/XII (PAN) – “Caducidade da Declaração de Impacte Ambiental da Central de Valorização Energética de Resíduos na ilha de São Miguel – MUSAMI”, n.º 37/XII (CH) – “Recomenda ao Governo Regional a negociação com a AMISM no sentido de dar início à incineração de resíduos não recicláveis”, e das Petições n.º 8/XII – “Pela preservação da zona costeira de São Vicente Ferreira” e n.º 47/XII – “Pelo futuro da Gestão de Resíduos nos Açores”

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 12 – 07;

Assunto: Ofício n.º 122 a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a retirada do Projeto de Resolução n.º 54/XII – “Pela consagração da igualdade de direitos do “Programa Regressar”

Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, Catarina Cabeceiras, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP, e Paulo Estevão, Presidente do Grupo Parlamentar do PPM

Data de Entrada: 2021 – 12 – 09;

Assunto: Ofício n.º 339 a apresentar a candidatura da Deputada Joana Pombo Tavares a Relatora da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Proveniência: Vasco Cordeiro, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2021 – 12 – 09;

Assunto: Ofício ref.^a 52444302, a solicitar autorização para depoimento como testemunha do Senhor Deputado Pedro Nunes Pinto, no âmbito do Proc.º 333/16.4PAVPV, que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca dos Açores – Juízo de Competência Genérica da Praia da Vitória,

Proveniência: Dra. Regina Rocha, Meritíssima Juiz de Direito

Data de Entrada: 2021 – 12 – 07;

Assunto: Ofício n.º 1628-ST a remeter os seguintes Relatórios: Relatório n.º 18/2021 - VIC/SRATC (Ação n.º 20-431VIC3) – Ilhas de Valor, S.A.; Relatório n.º 19/2021 - VIC/SRATC (Ação n.º 20-436VIC3) – AZORINA – Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.; Relatório n.º 20/2021 - VIC/SRATC (Ação n.º 20-437VIC3) – Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão (RIAC); Relatório n.º 21/2021 - VIC/SRATC (Ações n.ºs 21/D146-25VIC3 e 21/D146-43VIC3) – Freguesia do Porto Judeu - AH; Relatório n.º 22/2021 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-10VIC3) – Unidade de Saúde da Ilha de São Miguel; Relatório n.º 23/2021 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-11VIC3) – Unidade de Saúde da Ilha do Corvo; Relatório n.º 24/2021 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-09VIC3) – Unidade de Saúde da Ilha de São Jorge; Relatório n.º 25/2021 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-28VIC3) – Praia Cultural - Cooperativa de Interesse Público e de Responsabilidade Limitada, CRL; Relatório n.º 26/2021 - VIC/SRATC (Ação n.º 21/D146-39VIC3) – Observatório do Turismo dos Açores

Proveniência: Branco Cordeiro Medeiros, Subdiretor-Geral da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas

Data de Entrada: 2021 – 12 – 10;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores da alteração da constituição da Mesa da CAPADS, a saber: Relatora – Joana Pombo Tavares, com efeitos a partir de 10 de dezembro de 2021

Proveniência: José Gabriel Eduardo, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 12 – 10;

Relatórios:

Assunto: [Que define o termo "couro" e estabelece as condições da sua utilização, enquanto denominação da composição dos produtos colocados no mercado nacional - METD - \(Reg. DL 1054/XXII/2021\)](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 11 – 26;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece as características e regras de produção, denominação legal, comercialização e regras de rotulagem das cervejas - METD - \(Reg. DL 1058/XXII/2021\)](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 11 – 26;

Assunto: [Projeto de Decreto-Lei que estabelece o regime jurídico dos Centros de Tecnologia e Inovação - METD - \(Reg. DL 1130/XXII/2021\)](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 11 – 26;

Assunto: [Sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Luís Carlos Cota Soares](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 12– 06;

Assunto: [Sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Paulo Duarte Gomes](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 12– 06;

Assunto: [Sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Joana Pombo Tavares](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 12– 06;

Assunto: [Sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Maria Salomé Dias de Matos](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 12– 06;

Assunto: [Sobre a verificação de impedimentos e incompatibilidades do Deputado Rui Miguel Oliveira Martins](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 12– 06;

Assunto: Da Audição do Gestor Público indigitado pela Presidência do Conselho de Administração do Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira – E.P.E.R.

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 12– 06;

Assunto: [Sobre o Projeto de Resolução n.º 74/XII - “Campanha institucional de promoção dos Açores em parceria com as empresas de lacticínios”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 12 – 09;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que assegura a execução das obrigações decorrentes do Regulamento \(UE\) 2017/352, que estabelece o regime da prestação de serviços portuários e regras comuns relativas à transparência financeira dos portos - MIH - \(Reg. DL 1150/XXII/2021\)](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 12 – 09;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 36/XII – “Sexta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 12 – 09;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 24/XII – “Regime Jurídico de Transporte Marítimo de Animais na Região Autónoma dos Açores.”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 12 – 09;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 20/XII – “Terceira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/A, de 27 de maio, regime jurídico da publicação, identificação e formulários dos diplomas legais”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 12 – 09;

Assunto: [Sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 14/XII – “Regula a extinção da Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S.A.”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 12 – 09;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XII – “Cria o apoio regional à frequência de estágios curriculares”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 12 – 10;

Assunto: [Sobre a Resolução n.º 77/XII – “Programa Regional de Prevenção e Combate ao *Bullying* e *Cyberbullying*.”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2021 – 12 – 10;

Assunto: Sobre a Petição n.º 6/XII – [“Por uma cobertura global de rede móvel e serviço de fibra ótica residencial em Santa Maria”](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2021 – 12 – 10;

Assunto: [Sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 333/16.4PAVPA](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2021 – 12 – 10.

Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária os Diários n.^{os} 42 e 43

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco